

ARIANE MARTINS ARAGÃO

**EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PENITENCIÁRIA DE DOURADOS-MS:
PROJETOS DE ENSINO E ATIVIDADES EDUCACIONAIS**



(SED/ CEEJA, 2018)

ARIANE MARTINS ARAGÃO

**EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PENITENCIÁRIA DE DOURADOS-MS:
PROJETOS DE ENSINO E ATIVIDADES EDUCACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade.
Orientadora: Profa. Dra. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani.

**DOURADOS, MS
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A659e Aragao, Ariane Martins

EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PENITENCIÁRIA DE DOURADOS-MS: PROJETOS DE ENSINO E ATIVIDADES EDUCACIONAIS [recurso eletrônico] / Ariane Martins Aragao. -- 2020.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani.

Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. escolarização. 2. educação na prisão. 3. processo de subjetivação. I. Ziliani, Rosemeire De Lourdes Monteiro. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Nessa humanidade central e centralizada, efeito e instrumento de complexas relações de poder, corpos e forças submetidos por múltiplos dispositivos de “encarceramento”, objetos para discursos que são eles mesmos elementos dessa estratégia, temos que ouvir o ronco surdo da batalha.

(FOUCAULT, 2014, p. 302)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem Ele nada seria possível.

À professora Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani, que orientou esta pesquisa, agradeço pelas orientações acadêmicas e para a vida, pela paciência, pelo carinho, pelos momentos de troca, pelo apoio, minha eterna gratidão a você, por tudo.

À minha família, principalmente à minha mãe por todo apoio e amor incondicional, saiba que tudo só foi possível através de seu auxílio e incentivo em todas as horas.

À minha filha Cecília, por iluminar meus dias e minha vida.

Agradeço ao meu marido Eduardo, você é maravilhoso, obrigada pelo amor, apoio, incentivo e compreensão.

Agradeço aos companheiros nessa jornada, alunos da Pós-graduação, por cada conversa, incentivo e auxílio. Principalmente aquela que se tornou amiga para a vida, Deysiane.

Agradeço aos professores de cada disciplina, por compartilharem tanto. Foi uma experiência fantástica.

Agradeço ao Grupo de Estudos Foucaultianos, pelos momentos de troca e partilha.

Agradeço a acolhida do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Faculdade de Educação (FAED) e a cada funcionário da UFGD.

Agradeço ao professor Antônio Carlos do Nascimento Osório por aceitar ser membro da minha banca, e pelas contribuições neste processo.

Agradeço à Professora Magda Sarat por todos ensinamentos desde meu ingresso no Programa, como aluna especial em sua disciplina, pelo aceite em ser membro desta banca e todas as suas contribuições neste processo.

À Gestão do CEEJA Dourados – MS (2018-2019).

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para que esta pesquisa fosse realizada.

ARAGÃO, Ariane Martins. Educação escolar na Penitenciária de Dourados-MS: projetos de ensino e atividades educacionais. Orientadora: Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani. 2020. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2020.

RESUMO

A pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD, nível de mestrado, teve como objetivo analisar o processo de educação escolar desenvolvido na Penitenciária Estadual de Dourados (PED), por meio do estudo de projetos e de atividades educacionais. Buscou, ainda, compreender como a educação escolar funciona, seu papel na constituição das subjetividades dos internos que acessam a escola, e como esses internos tomam para si a experiência escolar. Em relação à metodologia, optou-se pela análise documental, por meio das produções dos internos, resultado de projetos interdisciplinares que o Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) desenvolveu em sua extensão que funciona na PED, no ano de 2018. Em meados de 2018, tivemos contato com trabalhos produzidos pelos internos, resultado de projetos educacionais concluídos, como escritos (poesias, textos) e outras produções artísticas. Perguntamo-nos como a escolarização funciona no sistema prisional e como afeta os internos matriculados na extensão do CEEJA, isto é, como esses internos foram afetados e/ou se transformaram em meio às práticas e discursos educacionais aos quais tiveram acesso. Para análise das questões e objetivos propostos na pesquisa, utilizamos como aporte teórico conceitos inscritos na perspectiva foucaultiana, como poder-saber, dispositivo e processos ou modos de subjetivação. O primeiro capítulo selecionou aspectos relevantes da história da educação prisional no país e a relacionou com as políticas e práticas realizadas em presídios de Mato Grosso do Sul. No segundo capítulo, foi analisada a educação oferecida na extensão escolar do CEEJA na PED, identificando a posição ocupada pela escola no espaço-tempo prisional, os projetos educacionais e outras atividades desenvolvidas pelo Centro na prisão, a partir do relato de visita e desenvolvimento de uma roda de conversa sobre o tema “Educação Escolar na Prisão”. Finalmente, o terceiro capítulo analisa os aspectos centrais da educação escolar proposta aos internos, levando em conta alguns dos projetos de ensino desenvolvidos no ano de 2018 e as produções deles decorrentes. O ápice do trabalho desenvolvido pelo Centro foi uma Mostra Cultural que ocorreu em novembro de 2018, em Dourados, e que permitiu o acesso às produções dos alunos internos. Os resultados evidenciam que a educação escolar afeta de diferentes modos os internos que a ela têm acesso, mas o trabalho dentro do espaço-tempo prisional também tem parcela importante na construção das subjetividades dos sujeitos em situação de privação de liberdade; contudo, assim como no aspecto escolar, não atende a demanda da maioria. E, ainda que a escola realize esforços, ela não possui condições para atingir todos objetivos que lhes são atribuídos. Espera-se que a pesquisa contribua com as reflexões desse campo específico de saber/conhecimento, na compreensão das especificidades da educação escolar na prisão e seus possíveis “impactos” na constituição dos sujeitos/subjetividades que frequentam esses espaços.

Palavras-chave: Escolarização. Educação na prisão. Processo de subjetivação.

ABSTRACT

The research developed in the Graduate Program in Education at UFGD, master's level, aimed to analyze the school education process developed at the State Penitentiary of Dourados (PED), through the study of projects and educational activities. It also sought to understand how school education works, its role in constituting the subjectivities of the inmates who access the school, and how these inmates take the school experience for themselves. Regarding the methodology, we opted for documentary analysis, through the productions of the interns, the result of interdisciplinary projects that the State Center for Youth and Adult Education (CEEJA) developed in its extension that works at PED, in 2018. In mid-2018, we had contact with works produced by interns, the result of completed educational projects, such as writings (poetry, texts) and other artistic productions. We ask ourselves how schooling works in the prison system and how it affects the inmates enrolled in the extension of the CEEJA, that is, how these inmates were affected and / or were transformed into the educational practices and discourses to which they had access. For the analysis of the questions and objectives proposed in the research, we used concepts inscribed in the Foucauldian perspective as theoretical support, such as power-knowledge, device and processes or modes of subjectification. The first chapter selected relevant aspects of the history of prison education in the country and related it to the policies and practices carried out in prisons in Mato Grosso do Sul. In the second chapter, the education offered in the school extension of CEEJA at PED was analyzed, identifying the position occupied by the school in the prison space-time, the educational projects and other activities developed by the Center in prison, based on the report of the visit and the development of a conversation circle on the theme "School Education in Prison". Finally, the third chapter analyzes the central aspects of school education proposed to interns, taking into account some of the teaching projects developed in 2018 and the resulting production. The culmination of the work developed by the Center was a Cultural Exhibition that took place in November 2018, in Dourados, and which allowed access to the productions of in-house students. The results show that school education affects inmates in different ways who have access to it, but work within the prison space-time also plays an important part in the construction of the subjectivities of subjects in situations of deprivation of liberty; however, as in the school aspect, it does not meet the demand of the majority. And, even if the school makes efforts, it does not have the conditions to achieve all the objectives assigned to them. It is expected that the research will contribute to the reflections of this specific field of knowledge / understanding, in understanding the specificities of school education in prison and its possible "impacts" in the constitution of the subjects / subjectivities that frequent these spaces.

Keywords: Schooling. Education in prison. Subjectivation process.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Pessoas privadas de liberdade no Brasil (jun./2016)	30
Tabela 2. Principais dados do sistema prisional brasileiro, por Unidade da Federação e Sistema Penitenciário Federal.....	31
Tabela 3. Faixa etária das pessoas privadas de liberdade, por Unidade da Federação.....	33
Tabela 4. Raça, cor ou etnia das pessoas privadas de liberdade, por Unidade da Federação	34
Tabela 5. Distribuição das pessoas privadas de liberdade, de acordo com o tipo de atividade de ensino escolar, por Unidade da Federação.....	37
Tabela 6. Distribuição das pessoas privadas de liberdade, de acordo com o tipo de atividade educacional complementar, por Unidade da Federação.....	38

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Faixa etária das pessoas privadas de liberdade no Brasil	32
Figura 2. Raça, cor ou etnia das pessoas privadas de liberdade e da população total.....	33
Figura 3. Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil.....	35
Figura 4. Penitenciária Estadual de Dourados.....	56
Figura 5. Corredor interno da Penitenciária Estadual de Dourados.....	58
Figura 6. “Pátio de Sol” e parte externa das celas.....	61
Figura 7. Preso fabricando bola.....	63
Figura 8. Setor de panificação da Penitenciária Estadual de Dourados.....	64
Figura 9. Setor de confecção da Penitenciária Estadual de Dourados.....	65
Figura 10. Pasta com projetos aplicados durante o ano de 2018, dicionário dos alunos e peça artesanal na I Mostra Cultural do CEEJA	77
Figura 11. Capa do Projeto: “Plantando valores a vida por meio da cultura, da arte e da ciência”	77
Figura 12. Cerimônia de abertura da I Mostra Cultural do CEEJA.....	82
Figura 13. Parte externa da porta de entrada da Biblioteca	83
Figura 14. Parte interna da porta de entrada da Biblioteca	84
Figura 15. Banner de apresentação da I Mostra Cultural	84
Figura 16. Maquete de um sobrado com jardim	85
Figura 17. Recorte da maquete do sobrado. Ao fundo, a Coordenadora sendo entrevistada	86
Figura 18. Barco Pirata	86
Figura 19. Maquete História Zígarate	86
Figura 20. Maquete de casa	87
Figura 21. Pimbolim de sucata	88
Figura 22. Jogo pedagógico “Tabuada Prática” e outros trabalhos expostos na Mostra Cultural	89
Figura 23. Trave feita com materiais alternativos.....	89
Figura 24. Pufes coloridos.....	90
Figura 25. Cantinho da leitura em formato de “casinha”	90
Figura 26. Cozinhas infantis feitas de materiais recicláveis.....	91
Figura 27. Cozinha infantil planejada.....	91

Figura 28. Bilboquês e carrinhos.....	92
Figura 29. Labirinto de bolinha.....	92
Figura 30. Brinquedo de balanço.....	93
Figura 31. Boliche dos números.....	93
Figura 32. Televisão e notebook, entretenimento e notícias.	94
Figura 33. Representação do vírus.	95
Figura 34. Formas de energia renovável.....	95
Figura 35. Sabão sustentável.	96
Figura 36. Utensílios artesanais de cozinha	97
Figura 37. Porta chaves com decoração artesanal.....	97
Figura 38. Painel com trabalhos de educação artística: pintura, colagem.....	98
Figura 39. Origami de Cisnes.	98
Figura 40. Sala da Biblioteca com exposição.....	99
Figura 41. Índia.	100
Figura 42. Caça.	100
Figura 43. “Sem Saber”	101
Figura 44. Entrega do termo de doação dos materiais durante a I Mostra Cultural	103
Figura 45. Capa do projeto “Dicionário da PED”	105
Figura 46. Capa do Dicionário dos alunos privados de liberdade	110
Figura 47. Elementos pré-textuais do dicionário dos alunos internos	111
Figura 48. Continuação dos elementos pré-textuais do dicionário dos alunos privados de liberdade	112
Figura 49. Páginas do dicionário dos alunos privados de liberdade	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Localização e seleção dos trabalhos nas plataformas Capes e BDTD-IBICT, conforme descritores utilizados na pesquisa.....	16
Quadro 2. Identificação dos temas nos trabalhos da plataforma CAPES (Descritor 1)	17
Quadro 3. Identificação dos temas nos trabalhos na plataforma CAPES (Descritor 3)	17
Quadro 4. Identificação dos temas nos trabalhos da plataforma BDTD-IBICT (Descritor 3)	17
Quadro 5. Dados gerais sobre a escolaridade dos presos.....	50
Quadro 6. Oferta de educação à população carcerária de acordo com os níveis (2014)	51
Quadro 7. Percentual de matrículas nos níveis de ensino.....	51
Quadro 8. Relação entre a demanda educacional e a oferta.....	52
Quadro 9. Exames de certificação.....	69
Quadro 10. Relação de escolas estaduais que ofertam EJA (Projeto Conectando Saberes)..	74

LISTA DE SIGLAS

AGEPEN	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CEDLET	Colégio Estadual Dona Lourdes Estivaleta Teixeira
CEEJA	Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos
CES	Centro de Estudos Supletivos
CF	Constituição Federal
CRC	Centro de Ressocialização de Cuiabá
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DSP	Diretoria de Saúde e Atendimento Psicossocial
EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
FAED	Faculdade de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
LEP	Lei de Execução Penal
LDBEN/LDB	Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional
PEE	Plano Estadual de Educação
PED	Penitenciária Estadual de Dourados
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGEdu	Programa de Pós-Graduação em Educação
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SED	Secretaria de Estado de Educação
SEJUSP	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UnB	Universidade de Brasília
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UNEI	Unidade Educacional de Internação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I. SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL E EDUCAÇÃO ESCOLAR	27
1.1 Sistema prisional e educação escolar	27
1.1.1 Características gerais do sistema prisional brasileiro.....	30
1.1.2 Esboço da oferta de educação escolar nos presídios	36
1.2 Sistema prisional e educação escolar na região Centro-Oeste	39
1.2.1 Características gerais do sistema prisional em Mato Grosso do Sul	44
CAPÍTULO II. A PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE DOURADOS (PED) E EDUCAÇÃO ESCOLAR: TRABALHO E FORMAÇÃO.....	48
2.1 As estatísticas sobre educação escolar na Penitenciária Estadual de Dourados	48
2.2 O trabalho como princípio: espaços-tempos de produção na “formação” dos presos.....	53
CAPÍTULO III. PROJETOS DESENVOLVIDOS E AS PRODUÇÕES DE ALUNOS-INTERNOS: ESCOLARIZAR, FORMAR E CINTOMPOR SUBJETIVIDADES	68
3.1 A educação desenvolvida pelo CEEJA na PED: “projetos” como metodologia de ensino-aprendizagem	68
3.1.1 Proposta do CEEJA para a Educação de Jovens e Adultos.....	73
3.2 A educação escolar e os projetos de ensino	76
3.2.1 Projeto “Plantando valores à vida por meio da cultura da arte e da ciência”	77
3.2.1.1 I Mostra Cultural do CEEJA	81
3.2.2 Projeto: Dicionário da Penitenciária Estadual de Dourados.....	104
3.3 Resistência e invenção: (re)significando o mundo no interior da prisão.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	117
ANEXO A	124
ANEXO B.....	133

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se configura como dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Os resultados da pesquisa apresentados neste Relatório de Dissertação, inserem-se na temática da educação escolar nas prisões abordando, de modo mais específico, a educação na Penitenciária Estadual de Dourados (PED), como extensão do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) de Dourados-MS, objetivando compreender o processo de educação escolar oferecido nessa unidade do sistema prisional, por meio da análise de seu funcionamento, levando em conta o espaço-tempo e as atividades desenvolvidas em seu interior, em especial os projetos educacionais.

Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa e parte da hipótese de que o sujeito que tem acesso à escolarização na prisão tem sua subjetividade afetada de alguma maneira. Os sujeitos que participam dos projetos educacionais desenvolvidos, e aos quais a pesquisa deu alguma visibilidade, são homens em situação de privação de liberdade, com baixa escolaridade e que frequentam as salas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Ensino Fundamental (EF) ou no Ensino Médio (EM).

O objetivo geral da pesquisa foi analisar como a educação escolar funciona na prisão, o papel que a mesma atribui ao processo de escolarização desenvolvido no interior da prisão e, simultaneamente, buscar uma aproximação dos modos como os internos que dele participaram desenvolvem as atividades propostas e as transformam na constituição de si mesmos. Tem como lócus a Penitenciária Estadual de Dourados (PED), localizada no município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul.

Os objetivos específicos da pesquisa, desenvolvidos nos capítulos foram: 1) Identificar e apresentar aspectos relevantes da história da educação escolar prisional no país e as políticas destinadas a presídios do estado de Mato Grosso do Sul, utilizando a produção científica e documentos oficiais como fontes; 2) Descrever a educação oferecida na extensão escolar do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA), na Penitenciária Estadual de Dourados (PED), por meio dos projetos educacionais desenvolvidos pela escola na prisão; e, 3) Verificar e analisar os aspectos centrais da educação escolar proposta aos

internos da PED, e as respostas dos mesmos, utilizando como fonte projetos de ensino desenvolvidos no ano de 2018.

O problema central de investigação foi analisar como a escola funciona dentro da prisão e como contribui para a composição/produção da subjetividade dos internos, tentando responder algumas questões como “para quem e porque a escola na prisão”? Levamos em consideração o fato de a escola atender, em média, somente 11% da população carcerária; nesse sentido nos indagamos quem são esses sujeitos que frequentam a escola? Como são selecionados? O que o sujeito tem feito com essas práticas que tentam conformar e compor seus corpos/subjetividades? Há algo de novo?

O recorte temporal foi delimitado entre os anos de 2017 e 2018, pois foi o período de transição em que o Ceeja de Dourados assumiu a gestão da escola que funciona na PED, que até aquele momento era de responsabilidade e extensão de uma escola localizada no município de Campo Grande-MS, a Escola Estadual Polo Prof^a Regina Lucia Anffe Nunes Betine, e passa a ser extensão do CEEJA.

Dessa forma, o recorte temporal insere-se na história do tempo presente, que tem sido importante para dar subsídio aos pesquisadores da história da educação interessados em investigar e problematizar períodos e questões mais recentes.

Nesta pesquisa, serão adotados os termos “educação escolar” e/ou “escolarização na prisão”, considerando o que destacam Zanetti e Catelli Jr. (2014, p. 47), após a realização de um mapeamento das produções acadêmicas sobre educação em prisões, no período de 2000 a 2012:

Educação prisional, escola prisional ou educação penitenciária ou carcerária são termos que aparecem em 18% dos trabalhos deste grupo. Essa terminologia remete à ideia do ‘aprender a ser preso’. Superar esse equívoco pressupõe estar atento a ele e compreender que a educação em prisões exige considerar na prática educativa e nas políticas educacionais, a especificidade dos educandos em privação de liberdade e do próprio espaço penitenciário.

A prisão, ou o sistema de punição, como vem funcionando na atualidade, começa a aparecer entre os séculos XVII e XVIII. Até então, o suplício, espetáculo teatral público de punição e domínio ao corpo, era a forma adotada de punir, sendo que o tamanho do martírio se referia à proporção e prejuízo do crime cometido pelo sujeito:

A punição ideal será transparente ao crime que sanciona; assim, para quem a contempla, ela será infalivelmente o sinal do crime que castiga; e para quem sonha com o crime, a simples ideia do delito despertará o sinal punitivo. Vantagem para a estabilidade da ligação, vantagem para o cálculo das proporções entre crime e castigo e para a leitura quantitativa dos interesses; pois tomando a forma de uma consequência natural, a punição não aparece como o efeito arbitrário de um poder humano. (FOUCAULT, 2014, p. 103).

A partir do movimento dos reformadores do sistema penal, o tempo passou a ser o operador da pena. Esse processo no mundo não teve os mesmos motivos para acontecer, nem mesmo a cronologia, mas a punição deixa, gradativamente, de ser uma cena, um espetáculo:

Desaparece, destarte, em princípios do século XIX, o grande espetáculo de punição física: o corpo supliciado é escamoteado; exclui-se do castigo a encenação da dor. Penetramos na época da sobriedade punitiva. Podemos considerar o desaparecimento dos suplícios como um objetivo mais ou menos alcançado, no período entre 1830 e 1848. (FOUCAULT, 2014, p. 19).

Para Foucault (2014, p. 223) a prisão:

[...] se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão, antes que a lei a definisse como a pena por excelência.

No modelo panóptico (BENTHAM, 2000) do século XIX, o prisioneiro seguia uma rotina dividida entre necessidades básicas, orações e trabalho; posteriormente, pensou-se a educação como um dispositivo para a “ressocialização”. De lá para cá, não houve mudanças tão expressivas.

Foucault (2014, p. 265) elenca alguns dos princípios da educação do detento em condição penitenciária: “[...] é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento”.

Na atualidade, os termos reeducação, reintegração e ressocialização tomam espaço quando o assunto é a escolarização na prisão. Para Luna (1985 apud MIRABETE; FABBRINI, 2007, p. 25), “A finalidade das penas privativas de liberdade, quando aplicadas,

é ‘ressocializar’, recuperar, reeducar ou educar o condenado, tendo uma finalidade educativa que é de natureza jurídica”.

Conforme mencionado por nós (Aragão e Ziliani, 2019, p. 161-162) em um mapeamento parcial de produções acadêmicas, realizado entre 2017 e 2018, apontamos que,

Os discursos que circularam nas pesquisas analisadas afirmam a importância de pensar a educação na prisão de forma diferenciada, valorizando as especificidades ou particularidades deste espaço-tempo e a necessidade de políticas públicas e investimentos dirigidos para a educação. Mas evidencia-se, por parte dos sujeitos que colaboraram nas pesquisas, uma ‘crença’ no papel ressocializador ou ‘redentor’ da educação escolar. Entendimento que [também] cerca a educação escolar em geral, para a qual tem-se atribuído o complexo papel de minimizar as desigualdades sociais instauradas no país, formar sujeitos capazes de atender a volatilidade do mercado de trabalho e auxiliar para que cada um exerça a cidadania.

Foram localizadas no mapeamento, pesquisas sobre a educação na prisão que abordam os seguintes temas: o papel da escolarização, pensando as possibilidades e limitações do processo; os aspectos da ressocialização, das políticas públicas; o exercício da docência entre grades; e, outras pesquisas que pontuam mais especificamente o funcionamento do sistema prisional a partir de alguns estados brasileiros.

Sobre o sucesso dos objetivos da educação escolar no sistema prisional, dados apontam que no Brasil os índices de reincidência são altos. Nesses termos nos indagamos porque a recorrente indicação e/ou problematização da educação escolar como estratégia de “ressocialização”, presente nas legislações e nas produções acadêmicas.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) aponta a educação como direito subjetivo e o Estado fica obrigado a oferecê-la. Para Duarte (2004, p. 113):

O interessante é notar que o direito público subjetivo configura-se como um instrumento jurídico de controle da atuação do poder estatal, pois permite ao seu titular constranger judicialmente o Estado a executar o que deve. De fato, a partir do desenvolvimento deste conceito, passou-se a reconhecer situações jurídicas em que o Poder Público tem o dever de dar, fazer ou não fazer algo em benefício de um particular. Como todo direito cujo objeto é uma prestação de outrem, ele supõe um comportamento ativo ou omissivo por parte do devedor.

Em nosso país, são recorrentes as queixas sobre a precariedade da educação escolar, que se faz por diversos motivos. As queixas indicam problemas com a qualidade do ensino oferecido, salas superlotadas, problemas de infraestrutura das instituições, limites na formação e remuneração docente, etc.

No contexto prisional tais aspectos se repetem ou ampliam. A educação escolar não é ofertada a todas as pessoas em situação de privação de liberdade, como evidenciaram os dados levantados. Então, utiliza-se desse dispositivo por quê? E, para quem ou quantos?

Nos últimos anos houve um aumento considerável de pesquisas que tratam sobre o tema, mas ainda se observa escassez de trabalhos que tratem sobre a educação escolarizada nas unidades prisionais.

No Quadro 1, apontamos os descritores utilizados no mapeamento, as plataformas de busca utilizadas, quantos trabalhos foram localizados e, após a análise, quantos foram selecionados, a partir do objetivo da pesquisa.

Quadro 1. Localização e seleção dos trabalhos nas plataformas CAPES e BDTD-IBICT, conforme descritores utilizados na pesquisa

Descritores		Plataformas			
		CAPES		BDTD-IBICT	
		Trabalhos localizados	Após a seleção	Antes da seleção	Após a seleção
D1	Educação AND penitenciária AND modelo panóptico	16	3	1	0
D2	Educação AND unidades prisionais AND modelo panóptico	4	0	1	0
D3	Educação AND prisões	146	7	90	2
Total		166	10	92	2

Fonte: Aragão e Ziliani (2019, p. 154).

Segundo os dados apresentados no Quadro 1, é possível notar que apesar da considerável quantidade de trabalhos localizados e selecionados, poucos trabalhos tratam especificamente da educação nos espaços-tempos escolares.

Nos Quadros 2, 3 e 4, identificamos nos trabalhos selecionados o ano de publicação, o tipo de trabalho, a instituição responsável e a temática. Foram selecionados os descritores 1 e 3, considerando que o D2 não teve trabalhos selecionados.

Quadro 2. Identificação dos temas nos trabalhos na plataforma CAPES (Descritor 1)

Nº	Ano	Tipo	Instituição	Tema
1	2017	Mestrado	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Direitos humanos/ressocialização
2	2017	Mestrado	Universidade Estadual da Bahia	Projeto Político Pedagógico e educação prisional
3	2010	Mestrado	Centro Universitário Salesiano de São Paulo	Educação e ressocialização

Fonte: Aragão e Ziliani (2019, p. 155).

Quadro 3. Identificação dos temas nos trabalhos na plataforma CAPES (Descritor 3)

Nº	Ano	Tipo	Instituição	Tema
1	2017	Mestrado	Universidade Tuiuti do Paraná	Educação prisional e políticas públicas
2	2016	Mestrado	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Representações sociais e ressocialização
3	2016	Mestrado	Universidade Federal de Minas Gerais	Docência no sistema prisional
4	2013	Mestrado	Universidade Federal de São Carlos	Docência no sistema prisional
5	2013	Doutorado	Universidade Estadual de Campinas	Espaços-tempos da escola e ressocialização
6	2005	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Políticas/ambiente institucional
7	2003	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Políticas públicas/ressocialização

Fonte: Aragão e Ziliani (2019, p. 155 - 156).

Quadro 4. Identificação dos temas nos trabalhos da plataforma BDTD-IBICT (Descritor 3)

N	Ano	Tipo	Instituição	Tema
1	2011	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Educação/ressocialização
2	2011	Mestrado	Universidade Federal da Paraíba	Educação/ressocialização

Fonte: Aragão e Ziliani (2019, p. 156).

Na conclusão da identificação dos trabalhos selecionados, evidenciamos que se trata de uma produção recente, a maioria dos trabalhos são dissertações de mestrado e apenas um dos trabalhos selecionados resulta de pesquisa de doutorado. Nesse mapeamento, chamam a atenção os temas, pois em vários trabalhos o enunciado principal trata da ressocialização que vem aparecendo como uma espécie de “plano de fundo” da função da escola dentro da prisão:

Analisando os trabalhos, ou o mapa que com eles se pode produzir, pode-se admitir que a educação escolar ocupa lugar privilegiado na experiência dos sujeitos das pesquisas; aspecto que nos pareceu determinante para uma visão restrita presente em algumas produções, sobre o papel contraditório e questionável que a própria escola vem desempenhado na história da educação do país. (ARAGÃO; ZILIANI, 2019, p. 161).

A escola na prisão, lugar de privilegiados, pois não atende toda a população carcerária que não concluiu os estudos; como na sociedade, também na prisão “não é um lugar para todos”. As vagas são poucas e os critérios de seleção dos alunos internos não são claros. Concluindo ainda que,

[...] a análise dos trabalhos proporcionou uma visão geral sobre as pesquisas, que tendem a refletir sobre a educação escolar na prisão como ferramenta de ressocialização, mas também de controle. Os trabalhos acessados ‘denunciam’ aspectos como a falta de vagas, a necessidade de pensar as especificidades da Educação de Jovens e Adultos, sua dinâmica metodológica e didática, o espaço-tempo da escola na prisão, as elevadas taxas de reincidência inclusive entre os sujeitos que frequentaram a escola, o exercício da docência e as políticas públicas em curso, entre outros aspectos. (ARAGÃO; ZILIANI, 2019, p. 161)

Observamos assim que os objetivos da educação escolar na prisão, extrapolam os objetivos da educação escolarizada em si, transitando entre os objetivos educacionais e de segurança através do controle do sujeito. Conforme os dados, mesmo entre a minoria que frequenta a educação escolar na prisão, as taxas de reincidência criminal são bastante altas, ou seja, esse objetivo de ressocializar o sujeito por meio da educação escolar não está sendo atingido. Para Foucault (2006, p. 413):

Estamos em uma época em que o espaço se oferece a nós sob a forma de relações de posicionamentos. De qualquer forma, creio que a inquietação de hoje se refere fundamentalmente ao espaço, sem dúvida muito mais que ao tempo; o tempo provavelmente só aparece como um dos jogos de distribuição possíveis entre elementos que se repartem no espaço.

Para levantar aspectos de interesse para a pesquisa, foi realizado mais um mapeamento sobre a escolarização nas prisões e não foi possível localizar produções que tratassem de projetos educacionais desenvolvidos em escolas da prisão, ou da PED; quais os desdobramentos, resultados e efeitos da escolarização na constituição de subjetividades em situação de privação de liberdade, bem como não localizamos trabalhos dedicados a refletir sobre a questão do espaço-tempo escolar na prisão.

Sobre a região Centro-Oeste do Brasil, dando ênfase ao estado de Mato Grosso do Sul, foram localizados 17 trabalhos com os descritores “educação *and* prisão”, os quais foram abordados mais detalhadamente no Capítulo I. O mapeamento das produções a respeito dessa temática enfatiza a importância da pesquisa para a história da educação na prisão, tendo em vista a escassez de pesquisas que tratem do tema no estado, especialmente tendo como referencial teórico-metodológico o trabalho do pensador francês Michel Foucault.

Para Menotti e Onofre (2015, p. 205):

Um dos papéis fundamentais da educação é promover uma sociedade com melhor qualidade de vida e formar sujeitos capazes de criar e recriar o espaço e a vida social onde estão inseridos. Há que se considerar, no entanto, que no Brasil ainda existem sérios problemas a serem enfrentados uma vez que parcela considerável da população permanece analfabeta, e conseqüentemente, vítima da exclusão social.

A educação escolar na prisão é um tema recente nas produções, tornando-se relevante pesquisá-la na atualidade, na perspectiva de ampliar as análises ou mesmo vislumbrar novas possibilidades, considerando as permanentes críticas ao seu funcionamento.

Podemos questionar o motivo de o modelo punitivo da prisão manter-se por séculos, como lócus privilegiado para vigiar e controlar os chamados delinquentes, os criminosos e outros. Talvez uma das respostas ainda possa ser buscada nas reflexões de Foucault (2012, p. 182) sobre os sistemas punitivos ocidentais, que ainda nos são familiar:

Eu diria: precisamente porque, de fato, ela produzia delinquentes e a delinquência tem certa utilidade econômico-política nas sociedades que conhecemos. [...] quanto mais houver crimes, mais haverá medo na população; e, quanto mais houver medo na população, mais aceitável e mesmo almejavél se tornará o sistema de controle policial. [...]. Isso explica porque, nos jornais, na rádio, na TV, em todos os países do mundo, sem nenhuma exceção, se dá tanto espaço à criminalidade, como se a cada novo dia se tratasse de uma novidade.

Há uma discussão sobre o direito a escolarização no sistema prisional, direito este garantido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDB), Lei n° 9.394/96 (BRASIL, 1996), a Lei de Execução Penal (LEP), Lei n° 7.210/84 (BRASIL, 1984), no Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), no Plano Estadual de Educação (PEE) para as prisões do Estado (MATO GROSSO DO SUL/PEE, 2015).

Com a promulgação do Decreto n° 3.569/1986 (MATO GROSSO DO SUL/PEE, 2015), a educação escolar começou a ser oferecida nas penitenciárias, mas com um caráter informal, isto é, a escola funcionava, mas as aulas eram organizadas pelos próprios detentos e/ou funcionários das penitenciárias, e não havia certificação ou documentos comprobatórios de que o preso havia passado pela escola, muito menos o mecanismo jurídico de remição de pena¹.

Espera-se que a pesquisa contribua com reflexões neste campo específico de saber, na compreensão das especificidades da educação escolar na prisão e seus possíveis “impactos” na constituição dos sujeitos/subjetividades que frequentam esse espaço-tempo.

Para a discussão e análise das informações coletadas, foi utilizado como referencial teórico conceitos das obras de Michel Foucault (1987; 2003), como a questão do poder. A concepção de poder é entendida nessa perspectiva como relações de forças, como exercício provisório e que também circula na microfísica das instituições sociais.

Desde o século XIX, o poder vem transformando-se, principalmente porque não possui mais como tecnologia somente a disciplina dos corpos, a maximização de suas forças individuais, mas também como um “biopoder”, que possui como tecnologia o controle da população de modo amplo. Todavia, Foucault (1987) salienta que as duas tecnologias – controle e disciplina –, se combinam em algumas instituições. Consideramos que essa seja exatamente a situação da prisão e da escola na prisão.

Nessa perspectiva de análise, as instituições não são fontes de poder, e sim mecanismos operatórios práticos que estabelecem e regulam relações, por aparelhos e regras:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. (FOUCAULT, 2006, p. 183).

¹ O instituto da remição de pena iniciou-se com a previsão na Lei de Execução Penal (1984).

Foucault (1987 apud VEIGA-NETO, 2007) faz uma análise sobre a constituição do poder a partir das práticas discursivas, e sobre como essas práticas produzem saberes. Nesse âmbito, o poder existe e funciona em meio a uma ampla rede, em que há pontos de resistência ao poder. No entanto, não se deve projetar a resistência como uma antítese ao poder (VEIGA-NETO, 2007). O saber é uma construção histórica e, dessa forma, produz suas verdades e seus regimes de verdade que, ao mesmo tempo, se instauram e se revelam nas práticas discursivas e não-discursivas (como as instituições). As “relações de força constituem o poder, ao passo que as relações de forma constituem o saber” (VEIGA-NETO, 2007, p. 129-130).

Partimos do princípio de que para compreender a escolarização que se efetiva no interior da prisão, ou ao menos a escolarização que se pretende efetivar, é necessário estudar/analisar sua forma de funcionamento, o espaço-tempo e as atividades que ali se desenrolam cotidianamente.

A prisão é um espaço-tempo pensado em primeiro lugar pela preocupação com a segurança e em segundo plano por outros aspectos, entre eles o escolar. No espaço-tempo prisional a educação escolar, quando presencial, com as salas e sua arquitetura própria, constitui-se como um “outro lugar” no espaço-tempo de privação de liberdade. Entretanto, podemos supor que funciona como uma heterotopia (FOUCAULT, 2001), isto é, lugar real, mas de passagem, assim como se espera que seja a própria prisão.

A memória se relaciona diretamente ao conceito de sociedade, de homem e de história, e também ao processo de constituição do ser social, pela atividade e não pela passividade. A memória é um elemento crucial do que chamamos de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das tarefas fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. São “as sociedades cuja memória social é em maior parte oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória” (LE GOFF, 1990, p. 476).

Sobre o processo de subjetivação, referimo-nos aos discursos e práticas que compõem os sujeitos, em cada momento e em cada sociedade, mas, e também a um processo interno, relativo ao cuidado do indivíduo consigo mesmo: a forma como ele internaliza, se afeta nas suas relações e experiências. A subjetividade foi definida como “a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona

consigo mesmo” (FOUCAULT, 2004, p. 236). Nesses termos, podemos interpretar que o sujeito é constantemente construído, o sujeito é constituinte.

A memória coletiva é um campo discursivo e de forças em que as memórias individuais se configuram “[...] A memória coletiva recompõe magicamente o passado, ou seja, busca reconstruí-lo com um contínuo de recordações aproximadas sempre da percepção que se tem do momento presente” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1994, p. 46). A concepção de memória foi retomada no sentido de analisar algumas das produções dos alunos-internos, como um projeto que foi desenvolvido na escola que funciona na PED (Capítulo 3), esclarecendo que os trabalhos analisados resultam de práticas individuais e/ou coletivas.

A proximidade do historiador com os sujeitos gera a ampliação dos temas a serem contemplados nas pesquisas, trazendo discussões e a introdução de novas fontes históricas, já que tudo pode ser considerado como fonte ou como documento, fornecendo ao historiador novas indagações e contribuindo para o levantamento de diferentes respostas. Desse modo, as possibilidades de novas fontes como “crônicas de jornal, os almanaques e revistas, os livros didáticos, os romances, as poesias, [...] os guias turísticos, [...], os livros de receitas, [...] os cartazes de propagandas, as pinturas, os filmes, [...], casas, prédios, monumentos, [...], brinquedos” (PESAVENTO, 2005, p. 98).

No aspecto metodológico, a pesquisa desenvolveu-se pela análise documental e de campo, na escola da Penitenciária Estadual de Dourados (PED) e no Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA), localizados no município de Dourados-MS. Para traçar as linhas gerais de sua emergência, analisaram-se os seguintes documentos: Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), resoluções da Secretaria da Educação (SED/MS) e da Secretaria de Segurança (SEJUSP/MS), e as legislações estaduais que visam regulamentar a atuação do novo dispositivo.

Definido o local em que a pesquisa seria realizada, contatou-se a Coordenadora da Educação da PED, por *e-mail*, tendo como resposta um histórico da educação no Mato Grosso do Sul, com marcos teóricos. Após esse contato inicial, foi agendada uma reunião com a equipe gestora do Ceeja, responsável pela escola que funciona na PED, para apresentar o projeto de pesquisa. Na visita ao Ceeja de Dourados, em agosto de 2018, momento em que foram verificados junto às diretora e coordenadora do referido Centro, foi possível buscar aspectos relacionados à administração escolar e a proposta pedagógica, a relação entre a Secretaria Estadual de Educação e de Segurança e quais os procedimentos para se ter acesso aos arquivos escolares. O acesso à escola, que funciona na PED, e aos seus arquivos ocorreu

por meio de autorização da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN) e da Secretaria Estadual de Educação (SEE), para a qual foi encaminhado o pedido com a cópia do Projeto de Pesquisa, para avaliação dos dois órgãos, respectivamente.

Nessa primeira conversa informal com a equipe gestora do Ceeja, a coordenação prestou informações gerais sobre o trabalho desenvolvido pelo Centro e escola na PED, quantidade de professores, projetos aplicados e condições de trabalho. Mostraram fotos e projetos aplicados, mas disseram que poderiam fornecer esse material apenas com a autorização para a pesquisa, sendo pontuado a respeito do “cuidado” com o espaço físico da PED. Esclareceram ainda que muitos dos alunos retornam ao Ceeja para concluir os estudos, mesmo quando saem da prisão. Foi esclarecido ainda que, até 2017, a escola da PED era uma extensão vinculada a Escola Estadual Regina Nunes Betine, situada no município de Campo Grande, responsável por toda a escolarização ofertada ao Sistema Prisional do Estado de Mato Grosso do Sul e também pela escolarização ofertada nas Unidades Educacionais de Internação (UNEI's), mas que a partir de 2018, cada município ficou responsável pela educação escolarizada do seu sistema prisional.

Durante essa primeira visita, a equipe mostrou-se disposta a auxiliar na pesquisa, e inclusive fomos convidadas a visitar a Mostra Cultural que aconteceu em novembro de 2018.

A Mostra Cultural é um evento realizado em parceria entre a Agepen e a SEE, por meio do Ceeja. Através da ciência, arte e cultura, os internos que estudam na escola da PED têm suas atividades escolares expostas. O evento tem o objetivo de apresentar à sociedade o trabalho desenvolvido com alunos que acessam as escolas que funcionam tanto na PED quanto nas UNEIs locais, além da participação dos alunos da sede do Ceeja. A exposição é aberta a toda comunidade e realizada na própria sede do Centro, localizada em Dourados.

A direção do Ceeja (2018) informou a existência de um Acordo de Cooperação Mútua² (MATO GROSSO DO SUL, 2015) entre a SED/MS e a SEJUSP/MS, a fim de possibilitar a oferta da escolarização aos internos da Unidade. Informou ainda que a administração da escola pertence ao Ceeja e que os membros da direção vão até a PED

² O Estado de Mato Grosso do Sul assinou o Termo de Cooperação Mútua sob nº 020, de 04/08/2015, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, com a interveniência da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN) – para a oferta da modalidade Educação de Jovens e Adultos nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, por meio da Escola Estadual Polo Profª. Regina Lúcia Anffe Nunes Betine aos custodiados dos estabelecimentos penais de Mato Grosso do Sul –, e do Acordo de Cooperação Técnica nº 03, do Departamento Penitenciário Nacional/DEPEN, publicado no Diário Oficial da União em 05 de setembro de 2012.

algumas vezes por semana, mas as reuniões pedagógicas acontecem no próprio Ceeja, com professores e equipe gestora.

Em conversa informal (CEEJA/DIR.; COORD. PEDAG., 2018), os representantes do Centro disseram que até ocorrer essa mudança na gestão, enquanto a responsabilidade era da Escola Estadual Regina Maria Betine, “o trabalho de coordenação pouco acontecia, pois as equipes passavam por todo o estado”. Afirmaram que essa mudança foi muito benéfica para o trabalho (a coordenadora foi professora no presídio em anos anteriores), já que, anteriormente, quando havia alguma questão a ser resolvida, o contato com a gestão ocorria, em geral, só por telefone ou *e-mail*, dada a distância. Este era um aspecto que dificultava em muito o trabalho. Afirmaram ainda que funcionam desde aulas de alfabetização até o Ensino Médio, e que são variadas as idades dos alunos presos. A escola funciona nos períodos matutino e vespertino. Nesse encontro, ficou acordado que a pesquisadora encaminharia um ofício, juntamente com o projeto de pesquisa, via *e-mail*, ao Diretor da Coordenadoria, solicitando autorização para a realização da pesquisa.

Desse modo, foi encaminhado ao Diretor da Coordenadoria um ofício e o projeto solicitando autorização para a realização da pesquisa. A resposta ao ofício encaminhado foi que “antes seria necessária autorização da AGEPEN” (CORRESPONDENCIA/OF., 2019). Assim, o ofício e o projeto foram encaminhados via agência dos Correios à Agepen. Entretanto, a mesma respondeu que a autorização deveria vir do Ceeja “já que a pesquisa envolve a escola”. E o Ceeja, por sua vez, retornou a responsabilidade ao diretor da Coordenadoria, alegando que não possui autonomia para dar a referida autorização. Saliento, que até a finalização da pesquisa, a pesquisadora não havia recebido a autorização de ambos os órgãos.

Sobre a dificuldade no processo de autorização, e a obscuridade de dados, Lucas Silva (2017, p. 25) justifica que, em sua pesquisa de mestrado, precisou buscar dados que foram divulgados em 2015, mas que foram levantados em 2014. E completa citando “A falta de dados e a dificuldade de acesso às unidades prisionais são exemplos da ‘névoa de sigilo’ que encobre a execução da pena contemporânea. Por trás desse sigilo se escondem gravíssimas violações de direitos” (REDE JUSTIÇA CRIMINAL, 2016, p. 6).

O documento informativo da Rede (2016) chama a atenção para o fato de que:

[...] a carência de informações não prejudica apenas o acompanhamento social do impacto das ações estatais, mas também a formulação, pelos órgãos públicos, de políticas públicas baseadas em evidências, que possam ser aprimoradas a partir de monitoramento e avaliações. (REDE JUSTIÇA CRIMINAL, 2016, p. 13).

Na visita à Mostra Cultural, ocorrida no final de 2018, foram feitos registros fotográficos da “pasta de projetos desenvolvidos durante o ano”, bem como das produções finais. Relataremos essa visita à exposição e as fontes coletadas, no Capítulo 3.

Os resultados da pesquisa, e o alcance dos objetivos, foram organizados em três capítulos. O Capítulo I, intitulado “Sistema prisional no Brasil e educação escolar”, teve como objetivo selecionar aspectos relevantes da história da educação prisional no país e relacioná-los com as políticas e práticas realizadas em presídios de Mato Grosso do Sul, utilizando para essa tarefa a produção científica sobre o tema e documentos oficiais, incluindo as estatísticas sobre o sistema prisional brasileiro.

O segundo Capítulo, denominado “A Penitenciária Estadual de Dourados (PED) e educação escolar: trabalho e formação”, pretendeu-se conhecer a PED e a educação oferecida na extensão escolar do Ceeja, analisando a relação que em seu interior se efetiva entre trabalho e formação.

O Capítulo 3, com o título “Projetos desenvolvidos e as produções de alunos-internos: escolarizar, formar e compor subjetividades”, teve como objetivo analisar os aspectos centrais da educação escolar proposta aos internos da PED, levando em conta alguns dos projetos de ensino desenvolvidos no ano de 2018, em especial seus resultados apresentados na I Mostra Cultural do CEEJA, realizada em 2018. Pretendeu-se, nesse Capítulo, uma aproximação de como os alunos elaboram a experiência escolar na prisão.

E nas considerações finais, apontamos que a pesquisa pode contribuir com as reflexões dessa área de conhecimento específico e para a compreensão de suas singularidades. Os resultados evidenciam que a educação escolar, na prisão, afeta de diferentes modos os internos que a ela têm acesso, e o trabalho no espaço-tempo prisional também tem parcela importante para a construção das subjetividades dos sujeitos em situação de privação de liberdade. Contudo, nem as atividades produtivas desenvolvidas e a educação escolar oferecida na prisão conseguem atender a demanda da maioria das pessoas que se encontram em situação de privação de liberdade. E, mesmo fazendo esforços, a escola não tem subsídios para atingir todos objetivos a ela atribuídos, mas a importância do espaço-tempo que a mesma ocupa dentro da prisão, é inquestionável tanto aos alunos-presos quanto aos professores.

CAPÍTULO I

SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL E EDUCAÇÃO ESCOLAR

Este capítulo teve o objetivo de retomar aspectos relevantes da história da educação prisional no país, e relacioná-los com as políticas e práticas realizadas em presídios de Mato Grosso do Sul-MS, utilizando a produção científica e documentos oficiais como fontes.

O texto elabora um retrato do tema utilizando as produções acadêmico-científicas (teses e dissertações) mapeadas no Banco de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), e no Catálogo de Teses e Dissertações do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES). Sobre o sistema prisional brasileiro, foram utilizadas estatísticas nacionais, as legislações em vigor no país e algumas específicas do estado de Mato Grosso do Sul.

Contextualizando a educação escolar na prisão, esta pesquisa aponta elementos sobre o espaço-tempo escolar e prisional, e analisa dados sobre a oferta de escolarização nas prisões do país, no estado de MS, buscando nessa massa documental uma aproximação da escola que funciona na Penitenciária Estadual de Dourados (PED), como extensão do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA), em Dourados-MS.

1.1 Sistema prisional e educação escolar

Atualmente, as pesquisas sobre prisões têm dirigido a atenção ao aspecto da “ressocialização” dos aprisionados; fator que comparece em diversas produções como uma espécie de “plano de fundo”, que em muitos casos acaba por justificar até a existência da instituição prisional.

Foucault (2012, p. 34) aponta que “repete-se de bom grado que a prisão, pelo menos idealmente, ‘trata’ ou ‘readapta’ os delinquentes”. Ela é, ou deveria ser, dizem mais ‘terapêutica’ do que punitiva”, isto é, a função da instituição prisional seria a de tratar o “delinquente”, aquele que desrespeita as leis impostas para que, ao retornar à sociedade, não as infrinja novamente. Mas, o pensador explicita que a prisão é produtiva, visto que produz o delinquente:

“[...], a prisão é um instrumento de recrutamento dos delinquentes para o exército. É para isso que ela serve. Há dois séculos se diz: ‘A prisão

fracassa, já que ela fabrica delinquentes’. Eu diria, de preferência: ‘Ela é bem-sucedida, pois é isso que lhe pedem’” (p. 33).

As taxas de reincidência criminal são o fator que justifica o “fracasso” prisional apontado pelos estudiosos. Mas, se o objetivo da prisão é ressocializar o indivíduo, claramente as estratégias adotadas não têm funcionado como deveriam.

A resposta de Foucault (2012, p. 189):

A prisão marginaliza? Sem dúvida. Mas isso não quer dizer que a penalidade seja uma instituição marginal na sociedade. O direito de punir, assim como o de fazer guerra, é um dos mais importantes e mais discutíveis. Quero dizer, pelo menos que, a cada instante, ele merece ser discutido. Ele apela demasiada regularidade para o uso da força e repousa demasiado profundamente em uma moral implícita para não dever sê-lo, com atenção e austeridade.

No Brasil, entre as principais legislações que sancionam os direitos da pessoa em situação de privação de liberdade, está a Lei de Execução Penal (LEP), Lei nº 7.210/84 (BRASIL, 1984), que tem como objetivo, conforme o Artigo 1, “efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Uma das metas desta lei estabelece a valorização dos direitos humanos do preso, tendo garantias através do viés da assistência material à saúde, social, religiosa, jurídica e, enfim, assistência educacional.

A autora Torres (2019, p.92) afirma que:

[...] o Brasil foi o décimo e último país da América Latina a institucionalizar a remição de pena por estudo. O dispositivo jurídico foi inserido no ordenamento jurídico-penal com o advento da promulgação da Lei n. 12.433, de 29 de junho de 2011, de autoria do senador da república Cristovam Buarque. A legislação trouxe alterações especificamente à Lei de Execução Penal, a fim de incluir entre as diretrizes do tratamento penal brasileiro a garantia do direito de a pessoa presa reduzir parte do tempo de pena estudando em prisões.

Dados apontam que o país tinha, em 2012, um sistema prisional com o número aproximado de 548.000 detentos (DEPEN, 2012). Entretanto, a justiça penal não consegue diminuir os índices de criminalidade, nem “ressocializar” os detentos, aspecto tido como a principal função dos estabelecimentos prisionais.

Para Abreu (2016, s/p):

O cárcere é um ‘espaço geograficamente repleto de contradições’. É um lugar em que vivem pessoas de diferentes idades, classes sociais e que

estão pagando a pena por ter cometido os mais variados “crimes”, desde pequenos furtos até homicídios ou estupros. Ao mesmo tempo em que possui homens e mulheres que praticaram atos definidos como ‘erros’ ou delitos e estão privadas de liberdade, há também os que cometeram e continuam praticando crimes dentro e fora da prisão, seja contra um cidadão extramuros, um servidor prisional ou outro detento. Além disso, a oferta de educação escolar, não se constitui tarefa simples, como não o é fora das prisões; um dos aspectos são os espaços destinados para a escolarização e também pela escassez de profissionais capacitados e interessados em trabalhar em um presídio.

Historicamente, segundo Foucault (2012, p. 181):

O sistema da prisão, quero dizer, da prisão repressiva, a prisão como castigo, foi estabelecido tardiamente, no final do século XVIII. Antes do final do século XVIII, a prisão não era uma punição legal: prendiam as pessoas apenas para detê-las antes de lhes instruírem um processo, não para puni-las, exceto em casos excepcionais. Pois bem, criaram-se prisões como sistema de repressão afirmando o seguinte: a prisão será um sistema de reeducação dos criminosos. Depois de uma temporada na prisão, graças a uma domesticação de tipo militar e escolar, poderemos transformar o delinquente em um indivíduo obediente as leis.

Nesse sentido, podemos entender a prisão como um lugar de passagem, uma instituição de sequestro que foi criada para, a partir do disciplinamento dos corpos, transformar os sujeitos delinquentes em “obedientes” às leis. O sujeito é retirado do convívio em sociedade, contido para manter a ordem social, e nesse ingresso à prisão passaria a ser “domesticado”. Após esse processo, teoricamente, ao ter contato com a sociedade da “rua”, não incomodaria, não praticaria infrações e seguiria a vida sem intercorrências criminais.

Nesse processo, a educação seria coadjuvante e entraria como um dispositivo de controle, uma ferramenta, para que houvesse êxito no alcance do objetivo previsto.

A educação para a “ressocialização”, conforme Julião (2009, p. 20-21):

[...] pode vir assumir papel de destaque, pois além dos benefícios de instrução escolar, o preso pode vir a participar de modificação capaz de melhorar sua visão de mundo, contribuindo para a formação do senso crítico, principalmente resultando no entendimento do valor da liberdade e melhorando o comportamento na vida carcerária.

Assumindo papel de destaque nesse processo de “ressocialização”, a educação deve ser pensada e problematizada, tanto pelas especificidades desse recorte da sociedade que significa estar encarcerado, como pelo fato de que os dados (INFOPEN, 2016) apontam que o Estado não tem dado conta de oferecer educação escolarizada para todos (POPULAÇÃO... 2018). Aliás, esses números apontam que uma minoria dos internos no sistema prisional tem

acesso a escolarização, em média 11% apenas. Então, é contraditório a educação escolar assumir um papel de destaque na vertente ressocializadora se a oferta é para poucos.

1.1.1 Características gerais do sistema prisional brasileiro

Em 2017, após serem divulgados os dados do Infopen, apontando que o Brasil tinha uma população prisional de 726.712 detentos, o país chegou à marca de ter a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Pessoas privadas de liberdade no Brasil (jun./2016)

Brasil - Junho de 2016	
População prisional	726.712
Sistema Penitenciário	689.510
Secretarias de Segurança/ Carceragens de delegacias	36.765
Sistema Penitenciário Federal	437
Vagas	368.049
Déficit de vagas	358.663
Taxa de ocupação	197,4%
Taxa de aprisionamento	352,6

Fonte: INFOPEN/Levantamento... (jun./2016); SNSP (2016); IBGE (2016); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015).

Na Tabela 1, podemos observar que no ano de 2017 o *déficit* de vagas no sistema prisional era quase o dobro de sua capacidade de lotação. Esse aspecto de superlotação das prisões acarreta problemas sérios, em relação principalmente aos aspectos de saúde, alimentação, segurança e educação. Tem-se, desse modo um “confinamento” insalubre.

Segundo dados por Unidade de Federação (Tabela 2), o estado com a maior população prisional é o de São Paulo (SP), com 240.061 pessoas presas, e o estado que possui a menor população prisional é Roraima (RR), com 2.339 pessoas presas.

O total de pessoas presas, um dos dados apontados na Tabela 2, diz respeito à porcentagem de pessoas privadas de liberdade e sem condenação; 40,2% da população carcerária, número correspondente a 292.450 pessoas, estão presas sem condenação, sob medida de tutela provisória.

Sobre a questão do “abuso de direito” Foucault (2012, p. 189-190) afirma:

Há medidas imediatas a serem tomadas. Elas seriam da ordem da conjectura, mas teriam um alcance geral e um valor de engajamento. Tratar-se ia, em suma, de eliminar tudo o que é abuso de direito sobre a maneira como se aplica a lei. Abusos excepcionais, com certeza, mas também, e sobretudo, abusos usuais, ou melhor, instituídos. Abusos de direito, a prática corrente e a detenção preventiva (40% dos 42 mil detentos o são, atualmente, a título preventivo). Abusos de direito, os QHS³ e a maneira como funcionam como prisões de exceção. Abusos de direito, punições decididas pela própria administração penitenciária, sem haver ali nem controle nem defesa. Abusos de direito, toda supressão de direito além da simples privação de liberdade pela lei.

Tabela 2. Principais dados do sistema prisional brasileiro, por Unidade da Federação e Sistema Penitenciário Federal (2016)

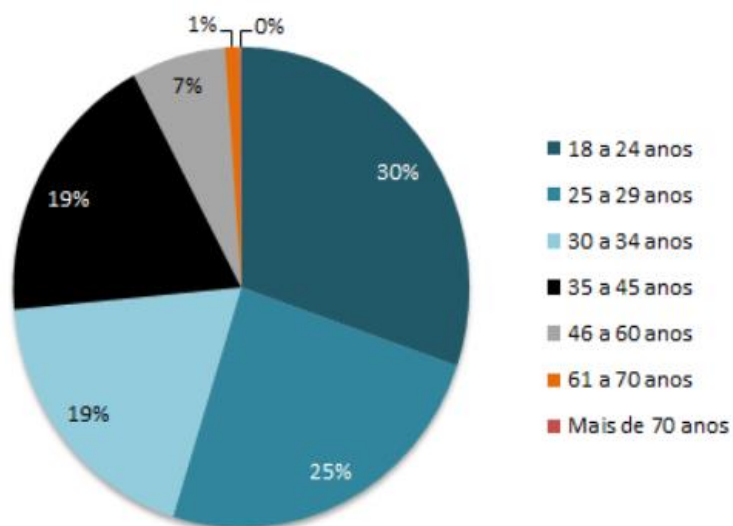
UF	População prisional	Taxa de aprisionamento	Vagas no sistema prisional	Taxa de ocupação	Total de presos sem condenação	% de presos sem condenação
AC	5.364	656,8	3.143	170,7%	1.989	37,1%
AL	6.957	207,1	2.845	244,5%	2.588	37,2%
AM	11.390	284,6	2.354	483,9%	7.337	64,4%
AP	2.680	342,6	1.388	193,1%	628	23,4%
BA	15.294	100,1	6.831	223,9%	8.901	58,2%
CE	34.566	385,6	11.179	309,2%	22.741	65,8%
DF	15.194	510,3	7.229	210,2%	3.651	24,0%
ES	19.413	488,5	13.417	144,7%	8.210	42,3%
GO	16.917	252,6	7.150	236,6%	6.828	40,4%
MA	8.835	127,0	5.293	166,9%	5.177	58,6%
MG	68.354	325,5	36.556	187,0%	39.536	57,8%
MS	18.688	696,7	7.731	241,7%	6.058	32,4%
MT	10.362	313,5	6.369	162,7%	5.436	52,5%
PA	14.212	171,8	8.489	167,4%	6.860	48,3%
PB	11.377	284,5	5.241	217,1%	4.798	42,2%
PE	34.556	367,2	11.495	300,6%	17.560	50,8%
PI	4.032	125,6	2.363	170,6%	2.217	55,0%
PR	51.700	459,9	18.365	281,5%	14.699	28,4%
RJ	50.219	301,9	28.443	176,6%	20.141	40,1%
RN	8.809	253,5	4.265	206,5%	2.969	33,7%
RO	10.832	606,1	4.969	218,0%	1.879	17,3%
RR	2.339	454,9	1.198	195,2%	1.033	44,2%
RS	33.868	300,1	21.642	156,5%	12.777	37,7%
SC	21.472	310,7	13.870	154,8%	7.627	35,5%
SE	5.316	234,6	2.251	236,2%	3.461	65,1%
SP	240.061	536,5	131.150	183,0%	75.862	31,6%
TO	3.468	226,2	1.982	175,0%	1.368	39,4%
União	437	-	832	52,5%	119	27,2%
Total	726.712	352,6	368.049	197,4%	292.450	40,2%

Fonte: INFOPEN/Levantamento... (jun./2016); Secretaria Nacional de Segurança Pública (2016); IBGE (2016); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015).

³ Q.H.S - Quartiers de haute sécurité (Foucault, 2012, p. 276).

No estado do Mato Grosso do Sul, em 2016 a população prisional era de 18.688, para 7.731 vagas no sistema prisional. Dessas pessoas, 6.058 estavam presas em caráter preventivo, sem condenação (INFOPEN, 2016). Como indicam as estatísticas, as características dessa população são de sujeitos jovens, isto é, 74% têm até 34 anos de idade, conforme evidenciado na Figura 1.

Figura 1. Faixa etária das pessoas privadas de liberdade no Brasil



Fonte: INFOPEN/Levantamento... (jun./2016).

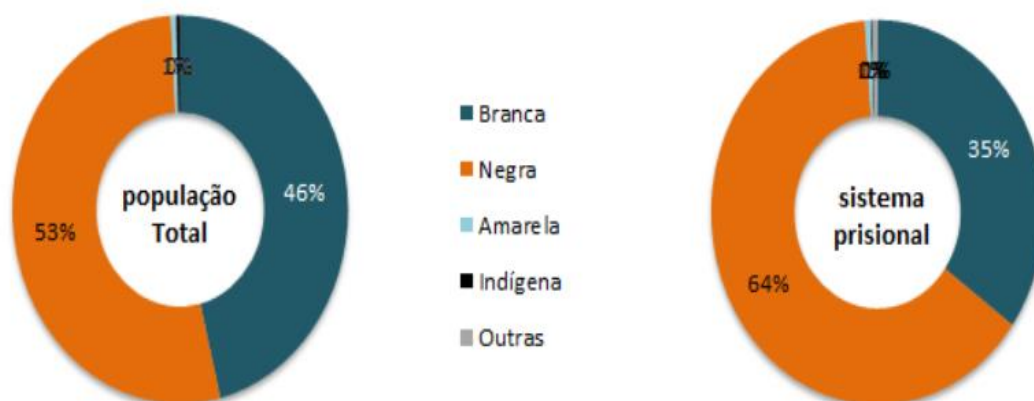
Ainda sobre o MS, é possível observar na Tabela 3 que, em relação à faixa etária da população nacional, o estado segue pouco abaixo da média, com 67% da população carcerária estando na faixa etária entre 18 e 34 anos de idade.

Tabela 3. Faixa etária das pessoas privadas de liberdade, por Unidade da Federação

UF	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 45 anos	46 a 60 anos	61 a 70 anos	Mais de 70 anos
AC	45%	25%	14%	13%	4%	1%	0%
AL	29%	31%	18%	15%	6%	1%	0%
AM	40%	24%	17%	15%	4%	0%	0%
AP	36%	24%	18%	18%	4%	0%	0%
BA	38%	23%	17%	16%	5%	1%	0%
CE	32%	24%	18%	18%	7%	1%	0%
DF	29%	24%	19%	21%	6%	1%	0%
ES	39%	25%	15%	15%	6%	1%	0%
GO	30%	30%	20%	13%	6%	1%	0%
MA	32%	27%	21%	14%	6%	1%	0%
MG	32%	25%	18%	18%	6%	1%	0%
MS	24%	23%	20%	23%	9%	1%	0%
MT	26%	29%	19%	18%	6%	1%	0%
PA	37%	28%	17%	12%	4%	1%	0%
PB	30%	27%	19%	16%	6%	1%	0%
PE	36%	25%	15%	13%	8%	2%	0%
PI	33%	24%	18%	17%	6%	1%	0%
PR	28%	26%	19%	18%	8%	1%	0%
RJ	37%	22%	15%	18%	7%	1%	0%
RN	37%	22%	14%	17%	6%	3%	2%
RO	28%	27%	22%	17%	6%	1%	0%
RR	28%	23%	19%	18%	9%	2%	0%
RS	25%	22%	21%	22%	8%	1%	0%
SC	23%	25%	21%	21%	9%	1%	0%
SE	36%	26%	16%	15%	6%	1%	0%
SP	28%	25%	20%	20%	7%	1%	0%
TO	39%	20%	18%	17%	5%	1%	0%
Brasil	30%	25%	19%	19%	7%	1%	0%

Fonte: INFOPEN (jun./2016).

A Figura 2, com os dados coletados pelo Infopen (2016), aponta que mais da metade da população carcerária brasileira é composta por pessoas de cor negra, e a Figura 3 demonstra que as pessoas que estão presas, em sua maioria, não concluíram a educação fundamental ou média.

Figura 2. Raça, cor ou etnia das pessoas privadas de liberdade e da população total

Fonte: INFOPEN (jun./2016); PNAD (2015).

A questão da raça/cor ou etnia encontra-se detalhada na Tabela 4, evidenciando a majoritária presença da população negra no sistema prisional, em quase todas as unidades da Federação. Em relação ao Mato Grosso do Sul, 62% da população carcerária são de pessoas negras, número este que se aproxima muito da média nacional, que é de 64%; outro dado evidenciado na Tabela 4 é que apenas dois estados apontaram porcentagem de indígenas em situação de privação de liberdade: Roraima com 3%, e Mato Grosso do Sul com 1%.

Tabela 4. Raça, cor ou etnia das pessoas privadas de liberdade, por Unidade da Federação

UF	Branca	Negra	Amarela	Indígena	Outras
AC	5%	95%	0%	0%	0%
AL	20%	80%	0%	0%	0%
AM	16%	84%	0%	0%	1%
AP	9%	91%	1%	0%	0%
BA	11%	89%	0%	0%	0%
CE	15%	84%	1%	0%	0%
DF	17%	82%	1%	0%	0%
ES	19%	78%	3%	0%	0%
GO	21%	79%	0%	0%	0%
MA	15%	84%	1%	0%	0%
MG	28%	71%	2%	0%	0%
MS	35%	62%	0%	1%	1%
MT	26%	74%	0%	0%	0%
PA	14%	83%	2%	0%	1%
PB	22%	77%	0%	0%	0%
PE	13%	83%	1%	0%	3%
PI	16%	84%	0%	0%	0%
PR	66%	33%	0%	0%	0%
RJ	26%	72%	0%	0%	3%
RN	27%	72%	0%	0%	0%
RO	21%	77%	1%	0%	0%
RR	12%	81%	0%	3%	4%
RS	68%	30%	0%	0%	2%
SC	56%	42%	1%	0%	0%
SE	11%	86%	2%	0%	1%
SP	44%	56%	0%	0%	0%
TO	19%	78%	3%	0%	0%
Brasil	35%	64%	1%	0%	1%

Fonte: INFOPEN/Levantamento... (jun./2016).

Para refletir sobre a educação prisional, na modalidade EJA, é necessário um conhecimento das características dos sujeitos em privação de liberdade, e refletir sobre as condições de marginalização e exclusão em que estes se encontram. Faz-se necessário entender que a maioria dos que estão em tal situação no país são exatamente os “indivíduos

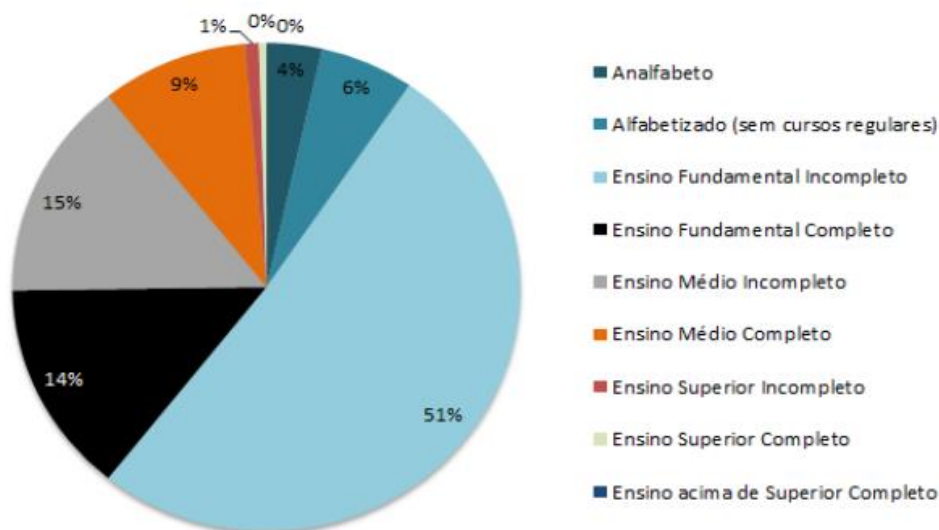
para quem falharam todas as oportunidades socialmente criadas, falhou a família, falhou a religião, falhou a educação, falhou o mercado de trabalho” (MOREIRA, 2008, p. 46), ou algumas dessas condições.

Foucault (2012, p. 33) ressalta que a organização das prisões dirigiu a pobreza:

[...]. Pois bem, isso lhe permite quebrar a continuidade dos ilegalismos populares. Com efeito, ela (prisão) isola um pequeno grupo de pessoas que podem ser controladas, vigiadas, conhecidas de ponta a ponta e que são alvo de hostilidade e de desconfiança dos meios populares dos quais saíram, pois, as vítimas da insignificante delinquência cotidiana ainda são as pessoas mais pobres.

Sobre a escolaridade das pessoas privadas de liberdade, segundo dados do Infopen (2016), a maioria não possui o ensino fundamental completo. Entre analfabetos, alfabetizados sem cursos regulares e com fundamental incompleto, somam-se 61% da população carcerária, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3. Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil



Fonte: INFOPEN/Levantamento... (jun./2016).

Sobre o público ao qual a Educação de Jovens e Adultos atende, Arroyo (2005, p. 29) aponta que “[...] são jovens e adultos populares. Fazem parte dos mesmos coletivos sociais, raciais, étnicos e culturais”. Coincidentemente, percebemos que as pessoas em situação de privação de liberdade, em sua maioria, possuem características comuns:

Ademais, há uma clivagem entre duas categorias de pessoas que se interessam pela prisão: por um lado as que querem reparar, compensar os

efeitos nocivos da prisão e, por outro, as que a consideram como devendo ser posta em questão, não apenas por ser um meio não eficaz de punir, mas por fazer parte de um sistema geral de punição que não pode ser aceito. O essencial do problema é o que provocará o envio de um indivíduo a prisão. (FOUCAULT, 2012, p. 55).

Esses dados do perfil das pessoas em situação de privação da liberdade denunciam que existe certa “seletividade” dos indivíduos e grupos que estão em cárcere que, em certa medida, são marginalizados pela sociedade.

1.1.2 Esboço da oferta de educação escolar nos presídios

A educação oferecida nos presídios nem sempre foi escolarizada, a organização se dava de maneira informal e as aulas eram ministradas por agentes, representantes religiosos ou pelos próprios presos.

Entre os direitos que vêm sendo contemplados, é imprescindível citar que no ano de 2010 o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou a Resolução nº 2/2010 sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, estabelecendo que:

[ART. 2º] As ações de educação em contexto de privação de liberdade devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança. (BRASIL/Diretrizes..., 2010, p. 2).

[Art. 3º] A oferta de educação para jovens e adultos em estabelecimentos penais obedecerá às seguintes orientações: I – é atribuição do órgão responsável pela educação nos Estados e no Distrito Federal (Secretaria de Educação ou órgão equivalente) e deverá ser realizada em articulação com os órgãos responsáveis pela administração penitenciária, exceto nas penitenciárias federais, cujos programas educacionais estarão sob a responsabilidade do Ministério da Educação em articulação com o Ministério da Justiça, que poderá celebrar convênios com os Estados, Distrito Federal e Municípios.. (BRASIL/Diretrizes..., 2010, p. 2).

As Tabelas 5 e 6 evidenciam a quantidade de pessoas que frequentam as atividades escolares.

Tabela 5. Distribuição das pessoas privadas de liberdade de acordo com o tipo de atividade de ensino escolar, por Unidade da Federação

UF	Alfabetização		Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior		Curso Técnico (acima de 800 horas de aula)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
AC	85	38%	112	50%	19	8%	4	2%	0	0%
AL	100	27%	238	65%	8	2%	6	2%	0	0%
AM	100	11%	520	57%	242	27%	0	0%	45	5%
AP	6	12%	38	78%	0	0%	5	10%	0	0%
BA	490	21%	1.226	53%	535	23%	6	0%	19	1%
CE	329	19%	1.022	60%	291	17%	19	1%	0	0%
DF	300	19%	581	36%	285	18%	44	3%	0	0%
ES	493	13%	1.727	47%	1.098	30%	8	0%	1	0%
GO	90	18%	335	66%	79	16%	2	0%	0	0%
MA	341	38%	433	49%	69	8%	1	0%	2	0%
MG	991	12%	4.951	61%	1.669	21%	187	2%	23	0%
MS	185	15%	792	64%	212	17%	26	2%	24	2%
MT	310	24%	600	46%	332	25%	4	0%	0	0%
PA	141	11%	799	63%	238	19%	15	1%	66	5%
PB	379	35%	500	46%	173	16%	7	1%	0	0%
PE	1.136	22%	2.900	57%	1.025	20%	1	0%	0	0%
PI	270	71%	88	23%	22	6%	2	1%	0	0%
PR	416	7%	3.036	53%	922	16%	42	1%	287	5%
RJ	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
RN	35	40%	35	40%	5	6%	0	0%	0	0%
RO	116	12%	607	62%	200	20%	10	1%	3	0%
RR	6	2%	46	14%	204	62%	66	20%	3	1%
RS	479	22%	1.230	56%	442	20%	5	0%	3	0%
SC	459	24%	1.096	56%	354	18%	27	1%	3	0%
SE	135	56%	82	34%	23	10%	0	0%	0	0%
SP	2.432	13%	7.764	41%	5.903	31%	49	0%	144	1%
TO	9	2%	354	77%	46	10%	4	1%	0	0%
Brasil	9.833	16%	31.112	50%	14.396	23%	540	1%	623	1%

Fonte: INFOPEN (jun./2016).

Em relação ao tipo de atividade escolar que os presos têm acesso, segundo dados do Infopen (2016), 50% estão frequentando o ensino fundamental e 23% frequentam as aulas do ensino médio. Os dados demonstram que somente um percentual pouco expressivo da população carcerária tem acesso à educação escolarizada.

Tabela 6. Distribuição das pessoas privadas de liberdade de acordo com o tipo de atividade educacional complementar, por Unidade da Federação

UF	Pessoas matriculadas em programa de remição pelo estudo através da leitura		Pessoas matriculadas em programa de remição pelo estudo através do esporte		Pessoas envolvidas em atividades educacionais complementares (videoteca, atividades de lazer, cultura)	
	N	%	N	%	N	%
AC	0	0%	0	0%	0	0%
AL	0	0%	0	0%	0	0%
AM	50	100%	0	0%	0	0%
AP	0	0%	0	0%	0	0%
BA	20	12%	0	0%	148	88%
CE	0	0%	0	0%	0	0%
DF	0	0%	0	0%	22	100%
ES	58	7%	0	0%	759	93%
GO	23	100%	0	0%	0	0%
MA	25	26%	0	0%	70	74%
MG	1.113	61%	136	7%	589	32%
MS	32	100%	0	0%	0	0%
MT	54	49%	0	0%	57	51%
PA	0	0%	0	0%	0	0%
PB	0	0%	0	0%	0	0%
PE	0	0%	0	0%	12	100%
PI	0	0%	20	0%	30	0%
PR	2.266	98%	0	0%	50	2%
RJ	NI	NI	NI	NI	NI	NI
RN	48	100%	0	0%	0	0%
RO	187	98%	0	0%	4	2%
RR	0	0%	0	0%	0	0%
RS	114	72%	0	0%	44	28%
SC	835	100%	0	0%	4	0%
SE	0	0%	15	100%	0	0%
SP	469	8%	0	0%	5.237	92%
TO	192	47%	0	0%	215	53%
Brasil	5.486	43%	171	1%	7.241	56%

Fonte: INFOPEN (jun./2016).

A garantia de escolarização ao preso, prevista na legislação brasileira, não vem sendo cumprida, como podemos observar na Tabela 6, pois considerando a margem de pessoas que não concluiu os estudos, ou nunca teve acesso à escola, a maioria também não está acessando a educação escolar no interior das penitenciárias.

Como crítica às leis, ou ao seu papel, podemos admitir que as mesmas não foram “feitas para ser respeitadas”? Foucault (2012) quando questionado sobre “Como definir essa gestão de ilegalismos? A fórmula supõe uma concepção insólita da lei, da sociedade, de seus relacionamentos? Ele responde:

Só uma ficção pode fazer crer que as leis foram feitas para ser respeitadas, a polícia e os tribunais destinados a fazê-las respeitar. Só uma ficção teórica pode fazer crer que subscrevemos de uma vez por todas às leis da sociedade a qual pertencemos. Todos sabem, também, que as leis são feitas por uns e impostas aos outros. (FOUCAULT, 2012, p. 35).

Ao analisar as tabelas apresentadas, fazendo a comparação com o número de pessoas que estão em situação de privação de liberdade no país e a quantidade destas que não concluíram os estudos, observa-se que pouquíssimas estão inseridas em atividades educacionais. Na Tabela 7, podemos observar que somente 12% dos presos frequentava atividades educacionais em 2016. Enfim, a educação escolar no sistema prisional não se insere no enunciado em circulação, que parte de uma discussão teórica e normativa de educação como direito, desde fins do século XX, que educação “é um direito de todos” (BRASIL, 1988).

1.2 Sistema prisional e educação escolar na região Centro-Oeste

Para entender se existem especificidades do sistema prisional em sua relação com a educação escolar, foi realizado um mapeamento das produções da região Centro-Oeste do país, pertinentes ao tema. Localizamos 17 trabalhos relevantes ao objetivo da pesquisa. Esses 17 trabalhos foram desenvolvidos em universidades dos seguintes estados: Goiás (6), Mato Grosso (7), Mato Grosso do Sul (3) e Brasília (1). Nas buscas foram utilizados os descritores “educação *and* prisão” e “educação *and* penitenciária”.

Os trabalhos que compuseram esse mapa foram: 2 dissertações da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO); 1 dissertação da Universidade Estadual de Goiás (UEG); 3 dissertações da Universidade Federal de Goiás (UFG); 3 dissertações da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); 4 dissertações e 1 tese da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); 1 tese da Universidade de Brasília (UNB); e, por fim, 1 dissertação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Lucas Silva (2017) insere sua pesquisa no campo da universalização do acesso à educação, e busca

[...] entender como tem ocorrido o processo de implementação da educação escolar na referida unidade, do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, bem como a contribuição da educação escolar do CEDLET para o processo de humanização e emancipação dos detentos. (SILVA, 2017, p. 8).

Silva (2017 p. 138) conclui em sua pesquisa que a “Universalização da Educação Básica ainda é um desafio a ser enfrentado em nosso país”, pois ainda não foi alcançado. E os números evidenciam que se caminha “a passos lentos” para alcançar este objetivo nas unidades prisionais.

A autora Lamarck (2015) investiga a respeito de uma pena alternativa à prisão, a ser utilizada pelo Poder Judiciário de Goiás, como forma de substituir a pena de privação da liberdade, para os casos de sujeitos em conflitos com a lei, decorrentes de conduta ilícita relacionada ao consumo de drogas ou sob a influência das mesmas. Essa autora dá ênfase ao Programa Justiça Terapêutica adotado na Comarca de Goiânia.

Santiago (2016, p. 172) busca compreender se as práticas educativas realizadas na Unidade Prisional de Goianésia-GO conseguem “articular uma educação compatível com a proposta de reinserção social dos sujeitos presos”. A autora se propõe, em sua investigação, descobrir quais as práticas utilizadas na escola que também funcionam na prisão, e se estas são condizentes com a ideia de reintegração e conclui que:

[...], foi possível inferir que, por meio de suas práticas, as professoras procuram, além de garantir a escolarização dos presos, promover reflexões e possibilitar a busca de novas perspectivas e novos posicionamentos por parte dos alunos, fazendo com que suas práticas educativas carreguem um viés político e sejam articuladas com uma proposta de reinserção social. (SANTIAGO, 2016, p. 172)

Na pesquisa sobre a reincidência penitenciária, Alencar (2018, p. 12) discute a relação entre instituição, sujeito e reincidência. E finaliza sua pesquisa apontando que “a reincidência é multideterminada por forças sociais, políticas, econômicas, subjetivas”. Ou seja, são vários fatores que podem influenciar no âmbito da reincidência criminal.

Cabral (2014) investigou as ações do Patronato do Estado de Goiás no apoio à reintegração social dos egressos. Os resultados apontados pela autora indicam baixíssimo alcance das ações de reintegração social dos egressos, com valores inferiores a 25%. A autora ainda afirma que:

Embora o discurso construído com relação ao sistema penitenciário reivindique a presença de atividades educacionais e laborativas, em prol da ideia de reintegração, observou-se que as ações de reintegração social, no período analisado, não correspondem a um índice expressivo frente à gravidade da problemática abordada. (CABRAL, 2014, p. 9)

Luciana Almeida (2009) buscou compreender a ideia de educação e trabalho para os atores sociais que fazem parte de sua investigação, entre os quais: gestores, professores, agentes prisionais e pessoas em privação de liberdade, que participam das atividades do colégio e de oficinas de trabalho que funcionam dentro da Penitenciária Odenir Guimarães, localizada em Goiânia-GO. A autora aponta que as políticas sociais para a concretização de melhorias na prisão não se configuram de forma clara. Na conclusão, Almeida (2009, p. 8) afirma que “Isso ocorre porque o sistema penitenciário está inserido na lógica do Estado neoliberal cuja prioridade são as relações de mercado, e não as relações humanas”.

Refletindo sobre quais “discursos se formulam e circulam no espaço do Centro de Ressocialização de Cuiabá sobre a ressocialização? De que modo esses discursos significam, considerando a relação linguagem e mundo na atual formação social?” Barreto (2016, p. 6) observou que os discursos produzidos pelos sujeitos em privação de liberdade, reafirma-se, tal como o Estado, a necessidade de ressocialização daqueles que cumprem pena para posterior reintegração à sociedade.

A tese de Quadrado (2014) problematiza relações entre experiências na prisão e constituição de processos de subjetivação. A autora evidencia em sua pesquisa que:

As narrativas denunciam a trajetória de sofrimento precoce e contínuo associada às condições de classe social – pobreza e trabalho precarizado – , vulnerabilidade da mulher, especialmente na relação conjugal – e questões geracionais – a difícil educação dos filhos. Soma-se a essas ausências a do Estado com sua precária e ineficiente ‘política de tratamento penal’. Os dados revelaram também a capacidade dessas mulheres de usarem novos esquemas de estruturação biográfica, ligados a uma assimilação subjetiva das experiências proporcionadas ou não, no ambiente carcerário, e com ela, a produção de um sentido biográfico próprio, ainda que associado a um espaço social imediatamente próximo. (QUADRADO, 2014, p. 5).

Ramos (2012) analisa como se dá o processo de alfabetização e de letramento dos sujeitos privados de liberdade no Centro de Ressocialização de Cuiabá-MT (antigo Presídio do Carumbé) e observa a concepção de educação dos envolvidos no processo.

Carvalho (2017) problematizou as formulações do saber-poder institucional nos processos ordinários esculpidos nas interações entre as mulheres trabalhadoras e as mulheres em reclusão. Fez uma análise do espaço-tempo na prisão, sobre como as mulheres em condição de reclusão constroem saberes de resistências-resiliências, explícitos ou não, nascidos da luta, do sofrimento.

O estudo de Medeiros (2016) descreve a educação para mulheres presas, evidenciando a fragilidade do ambiente de privação de liberdade em cumprir os direitos das reeducadas, principalmente o direito à educação escolar. Medeiros (2016, p. 9) aponta que:

[...] ainda que garantida em lei a educação em prisões se mostra tímida na sua aplicação e para um sistema excludente ela se tornou mais um privilégio que um direito. A falta de servidores, salas de aula sem estrutura, as próprias questões relacionadas à segurança são fatores que colaboram com a fragilidade dessa educação. Contudo para as mulheres reeducandas que desejam mudança a educação se mostra na sua essência como a porta principal, para garantir melhores condições humanas de vida ao egressarem à sociedade. Ante a essa constatação resta o desejo que a educação seja realmente um direito humano e universal para as mulheres em privação de liberdade.

Guilherme Almeida (2014) analisa a dinâmica da vida prisional através das práticas sociais especializadas, evidenciando as estratégias de sobrevivência e de organização que existem dentro da prisão, compreendendo como se dão as disputas pelo poder no espaço: o controle, gestão e apropriação dos espaços pelos presos, indicando como os presos são sujeitos ativos nesse processo. O estudo de caso foi realizado no Centro de Ressocialização de Cuiabá (CRC), unidade prisional masculina, na cidade de Cuiabá-MT:

Queremos colaborar com a superação deste cenário no qual se encontram as penitenciárias brasileiras; acreditamos que para isso o envolvimento, a militância e a pesquisa se fazem necessários. As prisões não devem ser isoladas geográfica e socialmente se quisermos uma sociedade mais justa e solidária. (ALMEIDA, 2014, p. 7).

Na Penitenciária Feminina Ana Maria do Couto, em Cuiabá, Scariot (2013) aborda as práticas de leitura, escrita e letramento em uma sala de Primeiro Segmento⁴. A autora afirma que este tema é imprescindível para os contextos educacionais de pessoas em privação de liberdade, mas também para a sociedade. Afirma que “pensar a educação, nesse campo, envolve questões de segurança pública, reinserção social e realidade prisional e educacional brasileira” (SCARIOT, 2013, p. 8).

Sobre os abandonos da escola na prisão pelas alunas, Scariot (2013, p. 7) pontua que:

A análise de dados permitiu identificar que o abandono da escola por parte das alunas foi desencadeado por fatores familiares e econômicos, pois os pais apresentavam condições financeiras desfavoráveis e, ainda, a crença de que as filhas não deveriam estudar. Gravidez precoce, envolvimento

⁴ O Primeiro Segmento corresponde aos anos iniciais do ensino fundamental, também conhecido como Ensino Fundamental I (Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento/coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro, p. 228). (EDUCAÇÃO... 2001).

com amigos ou com drogas ilícitas também constituíram fatores de abandono e a culminância na prisão. Já o retorno à escola em ambiente prisional, para algumas alunas, representa a possibilidade de preencher o tempo ocioso, de aprender coisas novas, recuperar o tempo perdido ou distrair a mente; entretanto, as estrangeiras buscam o espaço escolar para aprender uma segunda língua.

Nas palavras de Scudder (2013, p. 126),

[...] no território da prisão todo tipo de afeto se mistura e escreve ‘uma história portadora talvez de coisas ruins’. Meu mundo da infância, por exemplo, foi subitamente evocado assim que dei os primeiros passos no chão imundo da prisão, e com ele e nele a música dos cultos afro-brasileiros e dos tambores encontrou as fissuras abertas na construção e invadiram e tomaram o ambiente. Sons que aumentavam a sensação de terror, mas também remetiam a algo conhecido, transpassavam meu corpo, tocavam em cada ponto da pele, faziam brotar uma tristeza incomparável, um abandono e solidão únicos.

Em seu estudo, Silva (2007, p. 6) analisou as interfaces da política educacional com a política da assistência social no que se refere às medidas de proteção especial no município de Porto Velho-RO, a partir de uma apresentação histórica do atendimento ao adolescente no Brasil. O autor concluiu sua pesquisa percebendo:

[...] que apesar das dificuldades enfrentadas para acompanhamento da medida, os técnicos têm conseguido, mesmo que de maneira lenta, fazer com que os adolescentes retomem suas atividades escolares e vislumbrem melhores perspectivas de vida. (SILVA, 2007, p. 6).

Nas Unidades Prisionais de Corumbá-MS, Barcelos (2017) analisa como 15 professoras, que lecionam nessa unidade prisional, significam a educação escolar. Os resultados obtidos apontaram para

[...] a descrição dos espaços escolares das unidades penais estudadas presentes em Corumbá; os significados e sentidos das professoras que atuam nessas unidades penais; a problematização de uma fronteira simbólica entre a cela e a sala de aula, quando (re)educandos parecem deixar de serem vistos por elas como presos e passam a ser alunos; necessidade de que as professoras atuantes sejam concursadas e que passem por uma formação mais robusta, incluindo curso de especialização; necessidade de se rever o Contrato de Compromisso; o reconhecimento da garantia dos resultados positivos através da disciplina ao passo que a busca pela remição e a falta de estrutura contribuem para resultados não tão positivos. Por fim, foi possível apontar também perspectivas no sentido de melhorar a educação escolar na prisão. (BARCELOS, 2017, p. 8).

Leandra Oliveira (2014, p. 9) afirma que “[...] a educação no âmbito dos Estabelecimentos Penais não tem cumprido com o seu papel de formação e ressocialização,

e que a sua implementação tem sido revestida de outras finalidades”. Sobre essas finalidades, a pesquisa ainda traz alguns exemplos “[...] como a de adaptação do homem ao meio e como mecanismo de remição de pena, haja vista que, o preso, ao passar para o regime de semiliberdade, acaba abandonando o processo de formação escolar” (OLIVEIRA, 2014, p. 9).

A educação no sistema prisional não vem sendo oferecida para todos os que dela necessitam ou a ela têm direito, como mostram os dados e pesquisas. Outro ponto que pudemos observar está relacionado à função ressocializadora da educação, amplamente anunciada em diferentes discursos (oficial, científico), que não têm funcionado. Além disso, a educação escolar oferecida tem sido considerada deficiente, ou não tem cumprido de modo eficiente a função que lhe é atribuída.

Apesar desse retrato traçado nas produções, o mapa da região Centro-Oeste evidencia, em vários trabalhos, que há uma valorização importante da escola na prisão, por parte daqueles que conseguem acessá-la.

Outro aspecto apontado nas produções, refere-se ao sistema punitivo/corretivo em nossa sociedade, como os abusos de poder e a negligência para com as classes menos favorecidas – as pesquisas dão visibilidade a um sistema punitivo “ineficiente”. Considerando o preconizado na legislação e o funcionamento institucional, a escola possui limitações para cumprir o que lhe é demandado dentro do sistema prisional.

1.2.1 Características gerais do sistema prisional em Mato Grosso do Sul

Segundo dados da Agepen (2015)⁵, o sistema prisional de Mato Grosso do Sul tem unidades prisionais em 20 municípios: Campo Grande, Aquidauana, Amambai, Bataguassu, Caarapó, Cassilândia, Corumbá, Coxim, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Ivinhema, Jardim, Jateí, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Rio brilhante, São Gabriel do Oeste e Três Lagoas. A administração das penitenciárias é de responsabilidade da Agepen.

No Infopen de 2016, os dados apontam que naquele ano havia 18.688 pessoas em situação de privação de liberdade, sendo 17.176 homens e 1.512 mulheres⁶ em situação de

⁵ Disponível em: <<http://www.agepen.ms.gov.br/unidades-penais/>>

⁶ A mulher em situação de prisão em Mato Grosso do Sul é, de modo geral, jovem, mãe solteira, afrodescendente e, na maioria das vezes, a prisão ocorreu devido ao envolvimento com o tráfico de drogas (BARROS, 2016, p. 25).

privação de liberdade, é clara a diferença quantitativa entre a quantidade de homens e mulheres presas.

Como estabelecido no PEE (2015, p. 11) sobre educação escolar nas prisões, o Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Silvio Cesar Maluf (2015) afirma que:

Ao longo dos anos o trabalho de conscientização da população carcerária para a necessidade da formação educacional foi intensificado e melhorado o serviço de educação a eles oferecidos e hoje temos, entre os mais de 13 mil internos de Mato Grosso do Sul, um grande número de estudantes que estão matriculados nas quase 30 unidades educacionais existentes nas penitenciárias do Estado.

Ainda segundo o PEE/MS (2015), a implantação de escolas específicas para o atendimento à Educação de Jovens e Adultos no Sistema prisional no Mato Grosso do Sul, só teve seu marco inicial por meio da Portaria/DSP nº 018, de 16 de janeiro de 1980, que regulamentou a criação da Escola de Formação Penitenciária. A educação escolar era oferecida em caráter apenas ocupacional, utilizando-se da programação do Telecurso⁷, e não havia qualquer tipo de certificação para quem a frequentasse.

Somente dezoito anos após esse marco, no ano de 1998, foi celebrado o primeiro convênio entre a Secretaria de Estado de Educação (SEE) e o Departamento do Sistema Penitenciário (DSP), que previa a cedência de professores. A Deliberação nº 5.178/98, do Conselho Estadual de Educação (CEE), por sua vez, autorizava o funcionamento da Escola de Serviços Penitenciários, como uma extensão do Centro de Estudos Supletivos (CES), formalizando a oferta de educação escolarizada na prisão.

De acordo com a Resolução/SED nº 1.442/2000 (2000 apud PEE, 2015, p. 21), os cursos supletivos foram extintos e a SEE adotou uma política nova de EJA e, conseqüentemente, uma nova política educacional para as pessoas privadas de liberdade passou a funcionar como extensão de outra instituição de ensino, a Escola Estadual Prof. Carlos Henrique Schrader. Contudo, em 2003, a Escola Estadual Polo Professora Regina Lúcia Anffe Nunes Betine, foi criada por meio do Decreto nº 11.514, de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003), credenciada pela Resolução/SED nº 1714, de fevereiro de 2003 (MATO GROSSO DO SUL, 2003), para ofertar Educação Básica, com funcionamento do ensino fundamental e do ensino médio. Inaugurada em dezembro 2006, a escola polo foi sede das

⁷ O Telecurso 2000 foi considerado o maior projeto de educação à distância em prática no Brasil, chegando a ter mais de 8 mil turmas funcionando simultaneamente em todos os Estados do país (MENEZES, 2001).

escolas de extensão que funcionavam nas prisões do Estado, até dezembro de 2018, ano em que cada município ficou responsável pela penitenciária correspondente.

Esses levantamentos sobre a história da implementação da educação escolar nas penitenciárias de Mato Grosso do Sul, mostram os avanços que ocorreram a partir de 1998, porém o processo como um todo se mostra um tanto quanto contraditório, considerando-se que apenas 1.239 pessoas estão em atividade escolar, sendo um dos motivos a baixa porcentagem de “adesão” dos presos aos processos educacionais, conforme o Infopen (2016). O ensino ocorre no sistema EJA, sendo oferecido em 23 unidades.

Sobre a universalização da educação prisional, Lucas Silva (2017, p. 54) afirma:

Muito ainda precisa ser feito para de fato universalizar a educação no sistema prisional, a fim de dotar as unidades escolares inseridas nos presídios de estruturas físicas condizentes, capacitar e valorizar os profissionais da educação inseridos nesse processo, que são desafiados a desenvolver uma proposta de ensino, distante da realidade das propostas que costumeiramente são desenvolvidas nas unidades escolares brasileiras.

A Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994 (BRASIL, 1994, p. 5-6), traz em seu capítulo XII:

Art. 38. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso.

Art. 39. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação e de aperfeiçoamento técnico.

Art. 40. A instrução primária será obrigatoriamente ofertada a todos os presos que não a possuam. Parágrafo Único – Cursos de alfabetização serão obrigatórios para os analfabetos.

Art. 41. Os estabelecimentos prisionais contarão com biblioteca organizada com livros de conteúdo informativo, educativo e recreativo, adequados à formação cultural, profissional e espiritual do preso.

Art. 42. Deverá ser permitido ao preso participar de curso por correspondência, rádio ou televisão, sem prejuízo da disciplina e da segurança do estabelecimento.

Em diálogo com Foucault (2012) pode-se afirmar que as leis não foram feitas para serem seguidas. Aspecto que acaba por justificar essa discrepância evidente nos dados, a grande maioria dos presos não está frequentando a escola, inclusive os analfabetos, ainda que, segundo o artigo 18 (BRASIL, 1984), o curso de 1º grau seja obrigatório, e que o artigo 40 (BRASIL, 1994) contemple que “A instrução primária será obrigatoriamente ofertada a todos os presos que não a possuam. Parágrafo Único – Cursos de alfabetização serão obrigatórios para os analfabetos”.

A prisão também não está ressocializando, como teoricamente se enuncia, aliás, muito pelo contrário. Eis a questão, o que faz a prisão com o sujeito então?

Para nos ajudar a refletir sobre a questão Foucault (2012, p. 32-33) afirma:

Muito antes de 1789, os juristas e os ‘reformadores’ haviam sonhado com uma sociedade uniformemente punitiva, na qual os castigos seriam inevitáveis, necessários, iguais, sem exceção ne escapatória possíveis. Por isso, esses grandes rituais de castigo, que foram os suplícios, destinados a provocar efeitos de terror e de exemplo – dos quais muitos culpados escapavam –, desaparecem diante da exigência de uma universalidade punitiva que se concretiza no sistema penitenciário.

Seguindo esse pensador outra pergunta emerge: “Mas por que a prisão e não outro sistema? Qual é o papel social do encarceramento, da reclusão dos “culpados”? Foucault (2012, p. 33), dá uma resposta que nos ajuda a entender a situação:

De onde vem a prisão? Eu responderia: ‘Um pouco de todas as partes’. Houve ‘invenção’, sem dúvida, mas invenção de toda uma técnica de vigilância, de controle, de identificação dos indivíduos, enquadramento de seus gestos, de sua atividade, de sua eficácia. E isso, a partir dos séculos XVI e XVII, no exército, nos colégios, escolas, hospitais, ateliês. Uma tecnologia do poder apurado e cotidiano, do poder sobre os corpos. A prisão é a figura última dessas eras de disciplinas.

Esse poder, como analisa Foucault (2012), que se exerce pela vigilância e pelo controle dos corpos individuais, não desapareceu, e algumas instituições sociais ainda o colocam para funcionar cotidianamente, ainda que nos dois últimos séculos um outro modo de exercer poder tenha a ele se articulado, tendo como alvo a população ou franjas dela.

A missão da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação (CARREIRA, 2009) apontou que a educação para pessoas encarceradas ainda é vista como um “privilegio” pela prisão – a educação ainda é algo estranho ao sistema prisional. Professores afirmam sentir a prisão como um ambiente hostil ao trabalho educacional. A educação se constitui, muitas vezes, como “moeda de troca” entre, de um lado, gestores e agentes prisionais e, do outro, encarcerados, visando à manutenção da ordem disciplinar.

Há um conflito cotidiano entre a garantia do direito à educação e o modelo vigente de prisão, marcado pela superlotação, por violações múltiplas e cotidianas de direitos e pelo superdimensionamento da segurança e de medidas disciplinares (CARREIRA, 2009).

No próximo capítulo, dirigimos a análise para a educação escolar que vem se desenvolvendo na PED, nos últimos dois anos, por meio das estatísticas e uma caracterização do espaço-tempo da prisão e da escola.

CAPÍTULO II

A PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE DOURADOS (PED) E EDUCAÇÃO ESCOLAR: TRABALHO E FORMAÇÃO

Neste capítulo, pretendeu-se conhecer e analisar a educação oferecida na extensão escolar do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA), na Penitenciária Estadual de Dourados (PED), identificando as estatísticas referentes à educação escolar e como funcionam as práticas nos espaços-tempos da prisão e da escola, enfatizando uma visita à PED e uma intervenção realizada junto aos internos matriculados no ensino fundamental e médio da extensão do Ceeja na PED.

A Penitenciária Estadual de Dourados é um estabelecimento penal de segurança máxima, destinado a presos do sexo masculino, condenados, que cumprem pena em regime fechado. Esta instituição foi inaugurada no dia 1º de dezembro de 1997, por meio do Decreto n. 8.976, de 1º de dezembro de 1997 (BRASIL, 1997).

Ressaltamos que a extensão escolar que funciona na PED era realizada, até dezembro de 2017, pela Escola Estadual Polo “Profª Regina Lúcia Anffe Nunes Betine”. Entretanto, a partir de 2018, essa extensão passou a ser gestada pelo Ceeja/Dourados.

2.1 As estatísticas sobre educação escolar na Penitenciária Estadual de Dourados

Algumas ações concorrem para que a pauta da educação escolar prisional se efetive nas penitenciárias do país. Além das leis que asseguram (mesmo que de maneira subjetiva) o direito à educação, podemos citar o Projeto “Educando para a Liberdade”, que se deu no começo de 2005, com o objetivo de que fosse instituído um Grupo de Trabalho para a discussão de estratégias de fortalecimento da oferta de educação básica nas unidades prisionais do país:

O projeto Educando para a liberdade⁸ representa uma referência fundamental na construção de uma política pública integrada e cooperativa capaz de atender o que apregoa a Lei de Execução Penal no que diz respeito à assistência educacional. Para além da ampliação da oferta e do incremento nas matrículas, entende-se imprescindível que a educação a ser oferecida nas prisões seja de qualidade, promova o desenvolvimento integral desses homens e mulheres e reduza suas vulnerabilidades ampliando as formas de participação na sociedade. (BRASIL, 2008, p. 70).

⁸ Documento “Educando para a Liberdade...”, da UNESCO/MEC/MJ (2006).

Para Torres (2019, p. 202):

Essa modalidade de atuação, adotada nos Seminários ‘Educando para a Liberdade’, problematizava a educação emancipadora e autônoma, mesmo para sujeitos privados de liberdade, na perspectiva de Paulo Freire. Também possibilitou maior aproximação entre os militantes comprometidos com a luta pela garantia de direitos à educação de pessoas presas, até então mobilizados nos estados federativos, e os especialistas do MEC e MJ, promovendo visibilidade à agenda por meio de discussão pública nacional.

Esse projeto deixa claro, desde o seu título, a função que o governo espera que a prisão assuma: “educar para a liberdade”. Embora no corpo do texto, encontrem-se termos como “reinserção”, o problema é que no período em que o interno está em privação de liberdade, ele é submetido a um sistema punitivo rigoroso. Nesses termos, a prisão é um espaço contraditório, pois em meio à sua “função social” estão presentes aspectos como punir, castigar, privar e, ao mesmo tempo, reeducar e reinserir.

Foucault (2012, p. 212) afirma que “[...] a garantia da liberdade é a [própria] liberdade”:

[...] a liberdade dos homens nunca é garantida pelas instituições e pelas leis que têm por função garanti-la. Essa é a razão pela qual podemos, de fato, fazer girar a maioria dessas leis e instituições. Não por elas serem ambíguas, mas porque a ‘liberdade’ é o que deve ser exercido. (FOUCAULT, 2012, p. 212).

Analisando o resultado quantitativo das instituições nacionais, nessa média expressivamente baixa de pessoas privadas de liberdade, em um ambiente de educação escolarizada dentro da prisão, essa crença em um processo de educação escolarizada vai além dos objetivos educativos, ou seja, teria um caráter ressocializador, mesmo que para uma minoria. Mais uma vez, evidencia-se o discurso da educação como “redentora” de todos os males sociais, e reforça-se a ideia da negação de que a mesma impõe limites. Porém, sofre limites sim, dentro e fora da prisão, pois no espaço prisional em meio ao jogo de forças entre os objetivos de segurança e educacionais, é difícil admitir que a educação dará conta de atingir os objetivos que lhe são atribuídos. Torres (2019, p. 99) evidencia que,

Por outro lado, em outro contexto, ao matricular-se na escola poderá ser absolvido pela acusação criminal e assim interromper abruptamente a formação do curso. Esses fatores intrínsecos aos casos de prisões provisórias prejudicam a efetivação da prática educativa desenvolvida nas prisões, especialmente por manter o sujeito encarcerado alheio aos desdobramentos jurídicos sobre a liberdade de ir e vir e daí pressupõe-se uma impotência para planejar aspectos cotidianos de sua própria vida.

Por mais que haja empenho da equipe pedagógica, havendo um distanciamento de valores que estão impregnados no ambiente prisional, o poder é exercício, ele se move, e a importância de um contexto determinante acaba omitindo a disputa política do ser professor na prisão, pelas formas de controle, pela autonomia dos sujeitos, por conta de disputas de poder. Então, é difícil não considerar que em meio a tantos aspectos em jogo e influências diversas, a escola poderia não sofrer limitações – os limites são comprovados com a alta taxa de reincidência criminal, mesmo em indivíduos que tiveram o “privilegio” de frequentar a escola dentro da prisão.

As pesquisas evidenciam que se impõe o aspecto punitivo (disciplina e controle) à dicotomia inserida na instituição prisional, punitiva/formativa. A prisão é uma instituição que disciplina ou tem tentado investir no controle dos indivíduos, tornando-os sujeitos de um tipo específico, por meio das atividades e do controle espaço-temporal que em seu interior funcionam.

A escola na instituição prisional está em meio a essa dualidade que lhe é própria, e esforça-se para efetivar (ou tenta) seus próprios objetivos, que são formativos. Mas como apontado, a escola é uma instituição que possui limites, evidenciados no interior das unidades prisionais, onde Secretarias de Segurança e Secretarias de Educação dividem o espaço institucional, o mesmo público e, ao mesmo tempo, em muitos casos, da mesma maneira. O espaço-tempo de escolarização articula-se e se aloja no prisional, tornando-se espaço-tempo de passagem, de provisoriedade (FOUCAULT, 2001).

Foucault (2009, p. 411) afirma que:

A época atual seria talvez de preferência a época do espaço. Estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso. Estamos em um momento em que o mundo se experimenta, acredito, menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do que como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama. Talvez se pudesse dizer que certos conflitos ideológicos que animam as polêmicas de hoje em dia se desencadeiam entre os piedosos descendentes do tempo e os habitantes encarnados do espaço.

A enunciada “reinserção social”, presente nos documentos oficiais, não se sustenta se submetida à crítica. Menotti e Onofre (2014, p. 134) explicitam que:

Há que se considerar que a penitenciária, como uma instituição fechada, que pretende devolver à sociedade indivíduos com outra conduta, por se constituir em um espaço regido por normas e regras rígidas, com o intuito de preservar a segurança, acaba por desestruturar física e psicologicamente

o sujeito, na medida em que não consegue suprir as carências dos/das encarcerados/das. Não basta retirar a pessoa da sociedade de pertencimento e inseri-la em outra, com a justificativa de que o isolamento e a privação de liberdade são pilares suficientes para que desenvolvam outra conduta, se não houver espaços na prisão que contemplem o diálogo e a reflexão crítica da realidade.

O sistema prisional de Dourados possui três estabelecimentos penitenciários, sendo: i) Penitenciária Estadual de Dourados; ii) Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, o Aberto e Assistência ao Albergado de Dourados; e, por fim, iii) Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto, Aberto e Assistência à Albergada de Dourados. Dessas instituições, apenas a Penitenciária Estadual de Dourados possui oferta de educação escolarizada, e para uma pequena parcela da população carcerária.

Em um levantamento realizado pela Agepen (2014, p. 54), na Penitenciária Estadual de Dourados, apontou-se que a população carcerária era de “2.069 homens”. O Quadro 5, aponta dados sobre o nível de escolaridade dos presos que cumprem pena na Instituição.

Quadro 5. Dados gerais sobre a escolaridade dos presos (2014)

Nível de escolaridade	Quantidade
Analfabetos	75
Alfabetização	56
Ensino fundamental incompleto	1.339
Ensino fundamental completo	236
Ensino médio incompleto	222
Ensino médio completo	128
Ensino superior incompleto	13
Ensino superior completo	-
Não informado	-
Total	2.069

Fonte: AGEPEN (2014, p. 54).

No Quadro 5, observamos que, em 2014, quase 65% da população carcerária da PED não havia concluído o ensino fundamental.

O Quadro 6 evidencia dados referentes à oferta de educação escolar. É possível notar o *déficit* em relação às vagas e à demanda educacional dos presos: a oferta é de, em média, 12% de vagas, um número baixíssimo fazendo a análise da demanda.

Quadro 6. Oferta de educação à população carcerária, de acordo com os níveis (2014)

Nível	Oferta de vagas	População carcerária	Percentual
Ensino fundamental – EJA	180	1.470	1.2%
Ensino médio – EJA	60	458	13%
Total	240	1.928	12.5%

Fonte: E. E. Polo “Regina Nunes Betine” (2014, p. 55).

O perfil educacional dos presos e também as vagas ofertadas estão descritas nos Quadros 5 e 6. Pode-se perceber, no Quadro 6, que, ao mesmo tempo em que no ensino fundamental existe um número excedente de alunos para a oferta de vagas, decorrente da lotação, a população carcerária que não concluiu o ensino médio era de 458 presos. Para este nível, foram ofertadas 60 vagas, porém somente 50 alunos-internos foram matriculados. Esse dado precisa ser esclarecido, pois os motivos podem ser variados: desde o fato de que nem todos os internos estão “autorizados” pela administração da prisão a frequentar a escola, às vezes também por motivos disciplinares, ou ainda por não haver uma obrigatoriedade legal para com esse nível da escolarização.

A ocupação das vagas de ensino fundamental oferecidas foi preenchida além do número limite, inclusive, e existem alguns motivos mais evidentes, como a regulamentação que torna a alfabetização obrigatória, de acordo com a Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994 (BRASIL, 1994). No Capítulo XII dessa Resolução, é apontado que “A instrução primária será obrigatoriamente ofertada a todos os presos que não a possuam”. E o Parágrafo Único define: “Cursos de alfabetização serão obrigatórios para os analfabetos”.

Quadro 7. Percentual de matrículas nos níveis de ensino

Nível	Quantidade em atividade educacional	Percentual
Ensino fundamental – EJA	193	9.3%
Ensino médio – FJA	50	2.4%
Total população carcerária	2.069	-

Fonte: MS/PEE (2015, p. 55).

O fato de a educação escolar não ser ofertada a todos os internos, conforme aponta o Quadro 7, permite refletir com Foucault (2012, p. 284) que:

Por vezes, essas estratégias são inteiramente conscientes. Pode-se dizer que a maneira como a polícia utiliza a prisão é mais ou menos consciente.

Apenas, em geral elas não são formuladas. Diferentemente do programa. O programa primeiro da instituição, a finalidade inicial é, pelo contrário, anunciada e serve de justificativa, ao passo que as configurações estratégicas com frequência não são claras aos olhos daqueles que nela ocupam um lugar e desempenham um papel. Mas esse jogo pode perfeitamente solidificar uma instituição. Penso que a prisão foi solidificada, apesar de todas críticas que se faziam, porque muitas estratégias de diferentes grupos vieram ali se cruzar nesse lugar particular.

A relação estabelecida entre a demanda educacional e a oferta estão descritas no Quadro 8.

Quadro 8. Relação entre a demanda educacional e a oferta

Nível	Demanda	Atendimento	% cobertura
Ensino fundamental – EJA	1.470	193	13%
Ensino médio – EJA	458	50	11%
Total população carcerária	2.069	243	11.7%

Fonte: MS/PEE (2015, p. 55).

Observa-se um *déficit* considerável em relação à demanda educacional e ao atendimento, porém os dados apontados fazem questionar sobre a baixa oferta de vagas, compreensível se considerarmos a “procura”.

Para Menotti e Onofre (2014, p. 134),

A escola pode ser considerada como espaço de diálogo e reflexão no interior das prisões, desde que compreenda as particularidades dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, visando uma sociedade menos desigual, sendo importante a participação do Estado na tarefa de garantir o direito de educação para todos/as, inclusive para os grupos menos privilegiados, marginalizados, e excluídos pela sociedade. Essa educação não deve ser pautada na compensação de uma eventual experiência de fracasso escolar, mas deve respeitar o conhecimento e a experiência de vida que o/a aluno/a adulto/a traz consigo.

As autoras tratam da importância de garantir o direito a educação para todos, mas indagam se o sujeito não desejar frequentar o espaço escolar e as atividades complementares (que são poucas), a prisão vai reeducá-lo, pura e simplesmente através da privação da liberdade deste dispositivo de controle.

2.2 O trabalho como princípio: espaços-tempos de produção na “formação” dos presos

Até novembro de 2019, não havia ainda autorização da Secretaria Estadual de Educação, nem mesmo da Agepen para realizar a pesquisa sobre a educação escolar desenvolvida na Penitenciária Estadual de Dourados. Dessa forma, não pude acompanhar algumas aulas, ter acesso a documentos, observar a dinâmica cotidiana da escola, nem mesmo conhecer seu interior. Porém, quando minhas esperanças de conhecer a escola antes da conclusão da pesquisa já estavam se esvaindo, fui gentilmente convidada pela gestão do Ceeja a conduzir uma roda de conversa na escola da PED, com o tema “Educação Escolar na Prisão”, e essa foi a oportunidade que tive para conhecê-la.

Nem imaginava que a primeira visita que faria a essa escola seria para conduzir uma roda de conversa. Confesso que esse fato causou certa angústia. Apesar da experiência anterior de lecionar em uma penitenciária, nunca havia entrado na PED, não conhecia o espaço, nem a equipe, exceto a equipe gestora. A angústia era também por não conhecer aquele público e por entender que, muito provavelmente, não teria outra oportunidade de retornar a esse espaço, antes de finalizar a pesquisa.

Enfim, cheguei à prisão! Em uma manhã quente de sexta-feira do mês de novembro de 2019, com o intuito de fazer uma roda de conversa com o tema “Educação Escolar na Prisão”, não estava ali como pesquisadora, não acessaria documentos e nem gravaria entrevistas. Isso, fora de qualquer cogitação. Infelizmente, confesso, senti frustração.

A roda aconteceria no espaço destinado à escola. Dada a quantidade de alunos e limitação do espaço físico da sala de aula, foi preciso dividi-los em quatro grupos – dois no período matutino e dois no período vespertino –, por sua vez, subdivididos em alfabetização e ensino médio, e cada grupo unia os alunos de duas classes do mesmo segmento:

A colocação em ‘série’ das atividades sucessivas permite todo um investimento da duração pelo poder: possibilidade de um controle detalhado e de uma intervenção pontual (de diferenciação, de correção, de castigo, de eliminação) a cada momento do tempo; possibilidade de caracterizar, portanto de utilizar os indivíduos de acordo com o nível que têm nas séries que percorrem; possibilidade de acumular o tempo e a atividade, de encontrá-los totalizados e utilizáveis num resultado último, que é a capacidade final de um indivíduo. Recolhe-se a dispersão temporal para lucrar com isso e conserva-se o domínio de uma duração que escapa. O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização. (FOUCAULT, 2014, p.157)

Chegando à PED, na primeira portaria, havia uma grande fila, majoritariamente de mulheres. Mais tarde, eu soube que eram as visitantes – mães, filhas, esposas, irmãs –, dos homens que estavam encarcerados.

Em sua pesquisa, Barros (2016) concebe um estudo da memória, baseado em narrativas orais de mulheres em situação prisional. Podemos, a partir desse estudo, refletir sobre a situação de mulheres e de homens aprisionados:

Ao contrariar as normas e expectativas para o comportamento feminino, essas mulheres são postas longe do convívio social, são encarceradas, conforme determinam as leis da sociedade em que estão. Uma vez na situação de encarceradas, a sociedade também tira delas a possibilidade de se integrarem para que possam cumprir com os papéis esperados. [...] O testemunho de Vanuza, ao declarar que —Nem minha mãe, nem meus irmão, num vem ninguém me visita, é uma marca do abandono e marginalização pelos quais passam a mulher encarcerada. Enquanto que, aos domingos, na prisão masculina, há 50, 60 visitantes, na PFRBR, geralmente o número de visitantes, não passa de 20, sendo que o número de internos é semelhante ao número de internas. (BARROS, 2016, p. 36-37).

A autora ainda faz uma análise sobre a condição da mulher, que ao cometer um delito é recusada pela família e companheiro muitas vezes, não só no período de cumprimento de pena, mas após sua saída da prisão, a opressão contra a mulher é evidente, o que geralmente não acontece o contrário, tamanho é o controle e abuso ao qual muitas delas são submetidas:

A condição de subalternidade dessas mulheres também é evidenciada quando, após a prisão, elas são abandonadas por seus companheiros e em diversas vezes pelos seus familiares. Suas vozes não conseguem chegar para além dos muros. O novo papel social, o de encarcerada, não é aceito nem pela sociedade que a produziu e nem pelos familiares que são seus consanguíneos. (BARROS, 2016, p. 37).

Ainda refletindo sobre as mulheres⁹ na fila, adentrei essa portaria, de carro, e fui rumo a um estacionamento, onde aguardei alguns minutos até estar mais próximo do horário combinado: às 8 horas. Fiquei observando o fluxo de pessoas, as mulheres da fila ainda aguardavam na portaria anterior, antes do estacionamento. Próximo ao local onde havia estacionado o carro, vi uma pequena porta de metal; os funcionários uniformizados chegavam, batiam nessa porta, eram identificados e entravam rapidamente. Supus que também eu, teria que entrar por ali.

Próximo ao horário combinado, conferi pela última vez meu material: um *pen-drive* com os *slides* que seriam usados durante a dinâmica do dia, documento de identificação com

⁹ Esse ponto merece ser objeto de estudo para futuras pesquisas.

foto, um pequeno caderno, um estojo com uma caneta, além de creme dental e escova de dentes (pois passaria o dia todo lá).

Caminhei até a portaria, percebi que o chão do estacionamento era revestido com o mesmo material que o estacionamento da Penitenciária de Assis (era um tipo de bloquete sextavado para piso de concreto), onde lecionei por 4 anos; a muralha era mais baixa, sem dúvida, e a quantidade de carros estacionados, bem menor. Me perguntei se havia estacionado no local certo, mas desisti da ideia de pesquisar isso e continuei caminhando até a pequena porta de metal. As árvores plantadas próximas ao estacionamento, eram da mesma espécie que as plantadas na penitenciária de Assis. Me perguntei se havia alguma regra quanto a isso, e continuei caminhando, observando, e lembrando os tempos que lecionei em uma penitenciária. Chegando mais próxima a essa entrada, outra pessoa chegou junto comigo, o que acreditei ser um funcionário da PED (pelo uniforme). Uma funcionária abriu uma pequena abertura que tinha na porta, perguntou meu nome, pediu o documento de identidade (que eu já havia mandado por e-mail), perguntou se eu era a palestrante agendada, ao que confirmei. Ela pediu que eu aguardasse. Então abriu a porta, e liberou a entrada do funcionário. Continuei aguardando por 5 a 8 minutos...

A janelinha se abriu e a funcionária disse que minha palestra estava agendada para o dia anterior! Quase entro em pânico, havia esperado muito por essa oportunidade de visita, não queria que fosse cancelada. Respondo a ela que não, que a data estava certa, e que o agendamento era para aquele dia mesmo. Mais uma vez ela pede que eu aguarde e fecha a janelinha. Pouco tempo depois ela libera minha entrada... respiro aliviada.

Figura 4. Penitenciária Estadual de Dourados



Fonte: NUCCI (2019).

No *hall* de entrada da PED, há alguns computadores, e armários. Minha identidade fica retida para ser retirada na saída. Uma funcionária pede meu estojo e diz que será necessário guardá-lo; guardo a chave do carro dentro do estojo, peço para levar a caneta e o *pen-drive* ela autoriza; retiro a caneta, o *pen-drive* e entrego o estojo. Outra funcionária me chama para acompanhá-la até uma sala ao lado do *hall*. Chegando lá, vejo o detector de metais, ela pede que eu passe por ele e após o processo pede licença para me revistar, e que eu a autorizo. Sou revistada rapidamente e liberada. Volto para o *hall* e a responsável pela escola está lá para me receber e mostrar a escola.

Apesar de estar bem atarefada naquele dia, ela foi atenciosa, me mostrando um pouco da escola e do setor administrativo educacional. Caminhando com ela, da entrada até a escola, percebo que o lugar aparenta ser novo, recém-pintado, piso muito limpo, com cheiro de lugar recém-lavado. Há grades por todos os lados, mas as portas deste setor estão abertas, o que facilita o trânsito. Os agentes penitenciários estão próximos às portas e percebe-se que os presos que transitam por entre os corredores, estão em alguma função: limpeza, indo até a escola ou indo para a enfermaria. Neste grande e espaçoso corredor (Figura 5) não há qualquer movimento que lembre algazarra ou bagunça.

Figura 5. Corredor interno da Penitenciária Estadual de Dourados



Fonte: OLIVEIRA, V. (22/11/2019).

Logo à frente, na lateral esquerda, avistamos uma porta aberta, identificada como sendo a escola. Entrando, ao lado direito, há uma mesa, e um agente penitenciário faz algumas anotações. Cumprimento-o e me apresento, ele é atencioso. O mesmo ocorre para com a responsável pelo setor educacional.

Atrás dele há janelas, percebo ser outro setor, pergunto e dizem ser o setor de costura e confecção de uniformes. A escola também tem um corredor amplo, as salas estão posicionadas do lado esquerdo e no final do corredor também há uma sala. Assim como os espaços por onde passei, a escola também é bastante limpa, recém-pintada e organizada. Tem cartazes expostos pelos corredores de trabalhos realizados pelos alunos com a temática da Consciência Negra.

Fui encaminhada até a sala dos professores, apresentada à equipe pedagógica, encontrei-me com a coordenadora pedagógica atual da escola e a professora que exercia a função de coordenadora pedagógica no recorte da pesquisa. Tive uma acolhida muito boa, com relatos sobre a escola e os setores, e conversamos sobre a dificuldade que enfrentei em conseguir as autorizações para o acesso à escola da PED. A coordenadora atual me explicou, mais uma vez, como seria a dinâmica do dia, me convidou a ir até o final do corredor ver os trabalhos que os alunos haviam produzido sobre a Consciência Negra: trabalhos de muita qualidade, a maioria pintados e desenhados à mão. Nesse momento, os alunos começaram a chegar à escola e se acomodar nas salas: são 6 salas, e destas, 4 são espaçosas, bem

iluminadas, que são utilizadas para as aulas; as outras 2 salas, também amplas, são utilizadas para atividades como cursos, reuniões, oficinas e atividades de leitura. Nesse dia, estas salas estavam sendo utilizadas como oficina para a produção de enfeites natalinos. Fui com a coordenadora, de sala em sala, sendo apresentada a eles, que eram avisados sobre a roda de conversa que aconteceria logo mais. Retornamos por mais alguns minutos à sala dos professores.

A sala dos professores tem um pequeno espaço com uma pia, uma mesa grande, um anexo com materiais didáticos e um banheiro. As janelas são grandes e a sala é bem iluminada. Os professores aguardam o horário de início das aulas nesta sala e, se não fossem as grades, seria possível esquecer que se estava em uma prisão, pela dinâmica escolar que toma conta naquele momento.

De repente, chega um aluno com uma garrafa grande de água gelada, todos se serviram e dirigiram-se para as salas.

Fui encaminhada à sala onde aconteceriam as rodas de conversa: a primeira seria com os alunos da alfabetização. Como citado, o tema de discussão seria a “Educação escolar na prisão”: o grupo prestou atenção nas falas, principalmente no que se dizia a respeito dos dados estatísticos, interagiram com timidez, ficaram curiosos ao saberem que eu já havia lecionado em penitenciárias e queriam saber se funcionava da mesma forma, se tinha vaga para todo mundo, se o professor ficava separado dos alunos, ou se era “normal” como na PED. Respondi que nos anos em que lecionei não havia grades entre professores e alunos, mas também não havia vaga para todo mundo que quisesse frequentar a escola, e eles disseram que lá era assim também. A roda durou mais ou menos 1h30min., e finalizamos nossa dinâmica com essa primeira turma que se retirou da sala para dar espaço ao segundo grupo, um grupo um pouco maior, do ensino médio.

Esses alunos eram mais questionadores, mesmo com o tema bem recortado, eles queriam saber se eu sabia como funcionava o “criminológico”, apesar de esta não ser a pauta do bate-papo. Em vários momentos da roda de conversa, eles interrompiam para falar sobre o exame criminológico, me questionar se dava para saber se uma pessoa era louca apenas amassando um papel, jogando no chão e pedindo para ela pegar, perguntavam se eu pegaria ou não o papel.

Sobre o exame criminológico Sá (2010) explica:

Pelo diagnóstico, a natureza do exame criminológico, tecnicamente falando, consiste em avaliar todo o contexto complexo do preso, a saber, suas condições pessoais, orgânicas e psicológicas, familiares, sociais e ambientais em geral, que estarão associadas a sua conduta criminosa e nos dariam subsídios para compreender tal conduta. Tal natureza, assim definida, não pressupõe, necessariamente, nenhuma concepção ontológica do crime. (SÁ, 2010, p. 191).

Como vários outros pontos, a questão do exame criminológico, das dúvidas a respeito deste, são mais um exemplo de aspectos que envolvem a prisão e que “vão para o papel”, mas que na prática não se operacionalizam, permitindo a crítica a inadequação deste atendimento:

A mudança sobre a previsão do exame criminológico como pressuposto para concessão de benefícios deveria ter sido realizada na própria legislação e em conjunto com reformas no âmbito carcerário, isso porque, mesmo quando constava na Lei de Execução Penal, nunca foi o exame realizado da forma como estava previsto. (SILVA, 2015, p. 290).

Em outros momentos, falavam sobre a remissão de pena, que não reduzia em nada a pena, porque em muitos casos era indeferida, ou o resultado do pedido da remissão vinha tardiamente, quando muitas vezes a pessoa já estava em liberdade. Foram vários questionamentos deste grupo, percebi que eles estavam incomodados com alguma situação recente, pois disseram que a “palestrante” anterior também não sabia responder isso. Eles demonstraram que valorizavam o espaço escolar e o trabalho que os professores desenvolviam, fizeram elogios em alguns momentos, mas volta e meia voltavam com a problemática do exame criminológico, e com a remissão de pena.

Segundo Torres (2019, p. 291), a legislação estabeleceu uma nova equação aos frequentadores da escola na prisão, de modo a calcular em dias, meses e anos, a redução de um dia de pena a cada 12 horas de frequência escolar. A medida abreviou o tempo de permanência na prisão e não se pode negar que auxilia o administrador prisional no disciplinamento institucional das pessoas privadas de liberdade. A disciplina é critério objetivo, tanto para a permanência do custodiado da justiça na escola, quanto durante a análise de possíveis faltas disciplinares, de natureza grave, antes de concessão do benefício pelo juiz de execução penal (BRASIL, 2011).

Após a finalização do período matutino de bate papo, chega o horário do almoço e o agente penitenciário responsável pela escola, muito solícito, faz um convite para conhecer mais instalações da penitenciária, que aceito de imediato. Afinal, queria muito conhecer o espaço, tão citado nesta pesquisa. A visita, que foi guiada por esse agente penitenciário, a

fizemos com a coordenadora da escola e um professor que atua na PED e que ainda não havia tido a oportunidade de conhecer outros espaços, além da escola.

A penitenciária é dividida em “raios”¹⁰, e estes são muito diferentes entre si, não pela estrutura, que em geral parecem iguais, mas em relação à organização/conservação do espaço. Nesta visita, íamos até uma espécie de gaiola, de onde era possível observar o pátio de sol e a porta das celas (Figura 6). Alguns desses raios eram muito limpos, havia vasos de plantas no pátio, e na parte externa um cultivo de hortaliças e flores. Já outros, mais desorganizados, aparentavam não ser um lugar tão limpo. Na parte externa, em vez das hortaliças e flores, o lixo (roupas, embalagens etc.).

Figura 6. “Pátio de Sol”¹¹ e parte externa das celas



Fonte: FREITAS (21/05/2019).

Passamos por uma parte mais estreita do corredor, que dava para outro corredor que se entrecruzava, este, com várias portas de metal. Era o espaço destinado para as “celas do castigo”, “disciplina”, “celas de isolamento” e/ou “solitária”. Quando passamos inicialmente por lá, estava silêncio. O agente que nos acompanhava, informou ou preveniu que os presos em castigo quando querem alguma coisa gritam e batem na porta com violência, mas naquele momento de ida o silêncio permaneceu.

¹⁰ Nome dado aos blocos e/ou pavilhões do presídio.

¹¹ Solário é o local onde os detentos recebem o banho de sol.

Para explicar a existência desses espaços de isolamento, podemos citar Foucault (2014):

Nessa tarefa de ajustamento, a disciplina encontra alguns problemas a resolver, para os quais a antiga economia do poder não estava suficientemente aparelhada. Pode fazer diminuir a “desutilidade” dos fenômenos de massa: reduzir aquilo que, numa multiplicidade, faz com que esta seja muito menos manejável que uma unidade; reduzir o que se opõe à utilização de cada um de seus elementos e de sua soma; reduzir tudo o que nela possa anular as vantagens do número; é por isso que a disciplina fixa; ela imobiliza ou regulamenta os movimentos; resolve as confusões, as aglomerações compactas sobre as circulações incertas, as repartições calculadas. Ela deve também dominar todas as forças que se formam a partir da própria constituição de uma multiplicidade organizada; deve neutralizar os efeitos de contrapoder que dela nascem e que formam resistência ao poder que quer dominá-la: agitações, revoltas, organizações espontâneas, conluíus — tudo o que pode se originar das conjunções horizontais. Daí o fato de as disciplinas utilizarem processos de separação e de verticalidade, de introduzirem entre os diversos elementos de mesmo plano barreiras tão estanques quanto possível, de definirem redes hierárquicas precisas, em suma de oporem à força intrínseca e adversa da multiplicidade o processo da pirâmide contínua e individualizante. (FOUCAULT, 2014, p. 212).

Adentramos mais ao interior da cadeia. Há uma ala menor, com celas menores, menos presos, e um pátio de sol bem reduzido de tamanho, também um espaço muito organizado. Pedimos licença aos presos que “moravam” em uma das celas e pudemos ver dentro desta, um preso que cortava o cabelo do outro – a cela era pequena, continha beliches de concreto e uma pequena TV; estava limpa e organizada, e parecia não comportar a grande quantidade de coisas, os pertences dos “moradores”, naquele espaço.

Na volta pelo largo corredor inicial, naquelas portas do setor de castigo, os presos começaram a bater e a gritar, um som ensurdecido, assustador. O agente com tranquilidade, habituado com aquela cena, disse para ficarmos tranquilos, que era só para chamar atenção, pois perceberam que estávamos passando, e que provavelmente estavam querendo alguma coisa. Confesso que mesmo tendo sido alertada, foi angustiante. Aquela cena representou a resistência, uma forma de se fazer ouvir, mesmo estando dentro daquele espaço de “mais” isolamento e prisão.

Assim, após ver a cela e passar pelo estreito corredor das celas do “castigo”, fomos até a fábrica de bolas de futebol, que fica dentro da PED mesmo. É um barracão bem grande, contém todos os equipamentos necessários, e havia vários presos trabalhando, mesmo com o calor intenso que fazia naquele momento. Na parte externa do barracão, há um espaço para

passar uma espécie de cola nas bolas e dois homens trabalhavam naquele momento usando EPI¹², pois o cheiro do material era forte mesmo em local aberto.

Logo após esse pátio aberto, há outro barracão, um pouco menor que o primeiro, onde estavam mais dois homens fazendo a finalização das bolas (Figura 7). Estes homens nos falaram que as bolas fabricadas ali vão para campeonatos importantes de futebol e são vendidas em *sites* e lojas renomados como a Netshoes¹³. Mostraram os modelos, os que eram lançamentos, falaram sobre a fabricação com orgulho e sobre o destino final com mais orgulho ainda. O produto pareceu-me de excelente qualidade, eram bolas bem-acabadas.

Figura 7. Preso fabricando bola



Fonte: FREITAS (31/07/2017).

Atravessamos de volta o barracão para conhecer o setor de cozinha. Mas primeiro fomos até a panificação, com equipamentos industriais e um cheiro maravilhoso de pão fresquinho e de panetones (Figura 8). Os homens que trabalhavam ali usavam toucas e nós também tivemos que usar para entrar. O ambiente estava bem limpo e eles falavam com orgulho sobre o trabalho desenvolvido ali, dizendo que os melhores pães da cidade eram feitos por eles, e os panetones também. Nos ofereceram pão de queijo para provar, o qual fazia realmente jus ao comercial que eles estavam fazendo. E dali fomos conhecer a cozinha, o lugar onde era preparada a comida de todas as pessoas que estavam na PED.

¹² Equipamento de Proteção Individual.

¹³ Loja de artigos esportivos *online*.

Figura 8. Setor de panificação da Penitenciária Estadual de Dourados.



Fonte: PÃES PRODUZIDOS... (23/11/2019).

Quando chegamos à cozinha, pudemos observar que cerca de 10 trabalhadores, todos em situação de privação de liberdade, faziam uma limpeza completa. Havia bancadas gigantescas e panelas industriais, pois alguns ainda cozinhavam, enquanto outros usavam baldes, vassouras, mangueiras. Muito calor, barulho alto das panelas de pressão enormes. Ficamos pouco tempo lá dentro. Os trabalhadores estavam muito atarefados, e não quisemos atrapalhar o andamento das atividades. Mesmo assim, um deles chegou a fazer algum comentário sobre a quantidade de comida.

Como a visita durou o dia todo, inevitavelmente, recordei-me da Penitenciária de Assis. Lá, a cozinha também era constantemente lavada, e o corredor próximo sempre estava úmido por ser lavado constantemente.

Saindo da cozinha, o agente perguntou se gostaríamos de conhecer a confecção de uniformes escolares, o que aceitamos seguindo-o até outro barracão. Várias máquinas, pessoas cortando, medindo, dobrando ou costurando. Uma senhora que supervisiona a atividade deles, ensina, orienta. São uniformes que vão para alunos atendidos em escolas municipais da região. Também havia um rapaz em uma máquina de costura, em um canto, que fazia bolsas e *nécessaires*. Perguntei-lhe o que era feito com as bolsas que produzia, ele respondeu que não sabia, que apenas fazia os modelos solicitados e as entregava à supervisora. Fiquei impressionada com a qualidade do trabalho.

Chamou-nos atenção, a falta de conhecimento sobre a finalidade dos produtos resultantes do trabalho a que alguns são submetidos, a desconsideração do sistema para com os sujeitos, que sequer merecem explicação do destino de seu esforço, enfim ao aspecto psicológico dos mesmos.

Figura 9. Setor de confecção da Penitenciária Estadual de Dourados



Fonte: Oliveira K. (06/12/2019).

Segundo o diretor da Penitenciária (2019),

[...], Antônio José dos Santos, atualmente 600 internos trabalham no estabelecimento penal. Além da padaria, existem oficinas de costura, barbearia, cozinha, costura de bolas, fabricação de tanques e pias em concreto (para atender a própria unidade), reciclagem, entre outros serviços (OLIVEIRA, 2019, n/p).

A proposta de colocar o trabalho como princípio educativo e formativo não é recente, e nem restrita à escolarização na prisão, ela também faz parte da história da educação de crianças e jovens no país, como aponta Ziliani (2009, p. 17):

[...] a educação participa dessa rede que confronta o dispositivo, é um dos seus elementos. Dispositivo de poder que acionou e colocou em jogo uma preparação e formação de crianças e jovens (pobres) para o mundo do trabalho [...] uma preparação para a vida que toma o trabalho como princípio, [e] que se fortaleceu no início do século passado – e permanece recolocada em nossa atualidade, como dimensão de prolongamento da história no presente.

Fomos a um auditório, mas estranhei porque ali também havia presos e varais. Havia também uma TV em cima do palco e os presos assistindo a um programa sentados em

cadeiras. Perguntei se eles “moravam” ali, e o agente explicou que eram presos que têm direito a prisão especial, por ter ensino superior, e que pelo fato de a cadeia não disponibilizar de celas exclusivas para eles, acabaram sendo acomodados naquele espaço.

De acordo com a Lei nº 10.258, de 11 de julho de 2001 (BRASIL, 2001):

§ 1º A prisão especial, prevista neste Código ou em outras leis, consiste exclusivamente no recolhimento em local distinto da prisão comum.

§ 2º Não havendo estabelecimento específico para o preso especial, este será recolhido em cela distinta do mesmo estabelecimento.

§ 3º A cela especial poderá consistir em alojamento coletivo, atendidos os requisitos de salubridade do ambiente, pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequados à existência humana.

§ 4º O preso especial não será transportado juntamente com o preso comum.

§ 5º Os demais direitos e deveres do preso especial serão os mesmos do preso comum.

Deste auditório, fomos ao refeitório dos funcionários, onde almocei com o grupo da visita. Depois retornamos à sala dos professores para aguardar o horário do segundo bloco de roda de conversas com a turma do período vespertino.

Na sala dos professores, relatamos a visita às instalações e algumas professoras confidenciaram que ainda não tinham tido a oportunidade de conhecer a cadeia, o que evidencia parte da relação que as duas instituições mantêm. O fato de que nem todos os professores que lecionam naquele espaço, conhecerem os outros espaços da cadeia, exceto a escola, confirma uma falta de articulação entre as duas instituições (escola e prisão). Importante ainda salientar que nem todas as professoras que lecionam no período da manhã estavam no vespertino, por isso acabaram não acompanhando a visita.

O período vespertino foi organizado como o matutino: início pelas turmas de alfabetização e terminando com as turmas do ensino médio.

A dinâmica foi bem parecida, alfabetização mais atenta, porém interagiam menos e não “fugiam” muito ao tema. O ensino médio novamente questionou o exame criminológico, e a remissão de pena, em cada oportunidade que surgia, ou não. Mas em geral, foi muito proveitoso, acredito ter conseguido “passar a mensagem” e ouvi-los: alguns perguntaram se eu havia visto os trabalhos deles que iam para a rua (I Mostra Cultural). Eu afirmei que sim e fiz elogios aos trabalhos. Então perguntaram se tinha mesmo muita gente, e respondi que sim: alguns sorriam entre si com orgulho.

Saí de lá com um sentimento de gratidão por ter estado naquele espaço que tanto queria conhecer, por ter sido bem acolhida pelas pessoas que me acompanharam, mas um pouco frustrada sim. Enquanto professora, em meu tempo de atuação em penitenciária, não havia tido essa visão de que os interesses nos benefícios legislativos que a escola trazia, como a remissão de pena, por exemplo, são, quase sempre, maiores que os interesses na educação escolarizada em si mesma. Realmente, se a educação escolarizada na prisão tem atraído muito para a questão da remissão de pena, os interesses acadêmicos e escolares têm atraído menos.

CAPÍTULO III

PROJETOS DESENVOLVIDOS E AS PRODUÇÕES DE ALUNOS-INTERNOS: ESCOLARIZAR, FORMAR E COMPOR SUBJETIVIDADES

Este Capítulo teve como objetivo analisar os aspectos centrais da educação escolar proposta aos internos da PED, a partir de alguns dos projetos de ensino desenvolvidos no ano de 2018 e que teve como ápice uma Mostra Cultural que ocorreu em novembro de 2018, em Dourados, além de buscar uma aproximação dos modos pelos quais os alunos internos que participam do processo escolar se apropriaram dessa proposta.

3.1 A educação desenvolvida pelo CEEJA na PED: “projetos” como metodologia de ensino-aprendizagem

Em 2018, a equipe pedagógica do CEEJA - Dourados, extensão da PED, trabalhou com a metodologia de educação por projetos. Segundo as conversas com a direção e coordenação (CEEJA/DIR.; COORD. PED., 2018), a adoção dessa metodologia é vista como uma maneira de articular o trabalho interdisciplinar, permitindo ainda valorizar as habilidades dos alunos-internos em cada projeto de ensino, em uma proposta pedagógica menos “engessada” – uma forma de incentivar o interesse pela escola e elevar a autoestima através do que os alunos “sabem fazer”.

Em conversa informal (CEEJA/DIR.; COORD. PED., 2018) na Instituição, tivemos acesso a uma pasta dos projetos que foram desenvolvidos durante o ano de 2018. Também fomos informadas que seria na Mostra Cultural, realizada ao final de cada ano letivo, que os produtos finais dos alunos referentes aos projetos seriam exibidos ao público.

Os projetos aos quais tivemos acesso, foram:

- 1) Histórias transformativas
- 2) Copa do Mundo 2018
- 3) O Bem que a leitura faz na educação
- 4) Dicionário PED
- 5) Festa Junina na Copa – Arraiá da Copa
- 6) Jogos teatrais
- 7) Leitura em cena

- 8) Mãe para sempre
- 9) Maio-Amarelo: atenção para vida, seguro para todos
- 10) O poder da música
- 11) Sabão ecológico: a partir da química transforma-se a matéria “óleo de cozinha usado” para obter o sabão sustentável.
- 12) Jogos de Tabuleiro.
- 13) Jogos de Xadrez.
- 14) Da teoria à prática: aprendendo a gostar de física.

E, por fim, o projeto conclusivo que se transforma em campo para a Mostra Cultural e exposição das produções dos demais projetos, denominado “Ciências, Arte e Cultura: plantando valores à vida por meio da cultura da arte e da ciência”.

Cacilda Oliveira (2006) afirma que a metodologia de projetos se tornou um suporte para a proposta educacional. Essa metodologia correlaciona aspectos da afetividade e do ensino-aprendizagem, pois possibilita o trabalho com grupos cooperativos, proporcionando subsídios para que os alunos “experimentem” as descobertas, desenvolvam autoconfiança na capacidade de aprender e, espera-se, fazendo escolhas apropriadas na vida. Pela interpretação dessa autora (p. 17), no âmbito dessa capacidade de aprender e “fazer escolhas apropriadas na vida”, poderia ser o motivo pelo qual a educação escolar está pautada na Pedagogia de Projetos. Dialogando como a autora, essa poderia ser uma resposta, pois permanentemente se aponta para o caráter ressocializador e educativo da prisão, apesar de que afirmar que um sujeito se torna “delinquente” somente pela incapacidade de fazer as escolhas “apropriadas” ainda é uma resposta simplista, rasa demais.

Ainda sobre a “educação por projetos”, Cacilda Oliveira (2006) está na contramão da pedagogia tradicional, da pedagogia que adota divisões por disciplina, trabalhos individuais, onde os conteúdos são verdades absolutas, da figura autoritária do professor e outras características.

Hernandez (1998, p. 67) caracteriza a “Metodologia de Projetos”, como:

Métodos de projetos, centros de interesse, trabalho por temas, pesquisa do meio, projetos de trabalho são denominações que se utilizam de maneira indistinta, mas que respondem a visões com importantes variações de contexto e conteúdo.

Na escolha do tema de cada projeto, a equipe gestora do Ceeja esclarece que geralmente são escolhidos de acordo com as datas comemorativas previstas no calendário,

como no caso do projeto “Mãe para sempre”; ou, conforme algum acontecimento em pauta na mídia, como por exemplo do projeto “Copa do Mundo 2018” e o projeto “Maio Amarelo: Atenção para vida, seguro para todos”, que originou-se de um movimento internacional¹⁴, ou, ainda, de alguma demanda interna da escola.

Os autores Moura e Barbosa (2006, p. 12) propõem uma definição sobre esses projetos escolares:

São projetos desenvolvidos por alunos em uma (ou mais) disciplina(s), no contexto escolar, sob a orientação do professor, e têm por objetivo a aprendizagem de conceitos e desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Esses projetos são conduzidos de acordo com uma metodologia denominada Metodologia de Projetos, ou Pedagogia de Projetos. [...] os projetos de trabalho são executados pelos alunos sob a orientação do professor visando a aquisição de determinados conhecimentos, habilidades e valores.

Hernandez e Ventura (1998, p. 61) assim esclarecem as funções dos projetos:

A função do projeto é favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação a: 1) o tratamento da informação, e 2) a relação entre os diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitem aos alunos a construção de seus conhecimentos, a transformação procedente dos diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio.

Segundo essa vertente da Pedagogia de Projetos, se bem aplicada, bem articulada quanto aos objetivos, poderá, em muito, contribuir durante o processo de escolarização na prisão.

De acordo com as informações do Plano Estadual de Educação nas Prisões do estado (MATO GROSSO DO SUL/PEE-PRISÕES, 2014), apontado no Quadro 9, alguns dos presos realizam o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), e também realizam o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Quadro 9. Exames de certificação

Exame Supletivo Estadual	-
ENCCEJA	Sim
ENEM	Sim

Fonte: MS/PEE (2015, p. 55).

¹⁴ É um movimento internacional de conscientização para redução de acidentes de trânsito (MAIOAMARELO, 2019).

A situação da escola na prisão não é muito diferente. Então, será que esses alunos-presos têm tido a mesma oportunidade de acesso ao currículo como os alunos que não estão em situação de privação de liberdade? É certo que a EJA em si tem características próprias, mas o público que acessa essa modalidade educacional possui especificidades econômicas, políticas e sociais, não muito destoantes das pessoas que se encontram em um penitenciária.

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente. (BRASIL, 2007, p. 11).

A desigualdade social, que se observa no Brasil, é causadora dos principais problemas entre a população e o estado, e neste ponto podemos inserir a questão do acesso à educação escolar básica. Silva (2017) aponta que a procura por profissionais que tenham mais escolarização, está cada vez mais demandada pelo mercado de trabalho, e os jovens estão despreparados para enfrentar essa procura. Para o autor este fato inviabiliza “empregos de salários dignos, o que facilita a entrada desses mesmos jovens na criminalidade, assim como a reincidência no crime” (SILVA, 2017, p. 30).

Foucault (2012, p. 191) salienta a necessidade de que haja uma reflexão efetiva sobre o que afinal merece ser punido: “O que pensar das divisões hoje admitidas entre o que é sancionável pela lei e o que praticamente não o é?” O autor ironiza que existe muita apreensão em relação aos “costumes”, para que estes não sejam desacatados, infringidos, nem os pudores sejam pervertidos, mas as preocupações em relação às necessidades básicas como emprego, saúde, os meios de existência em geral não são prioridades.

Essa relação é excessivamente incoerente, preocupar-se com bons costumes, perversão, Tateia possíveis delinquentes, porque estes, ironicamente, têm “o carimbo do futuro” do que farão com suas vidas desde o nascimento, mas não há essa efervescência toda em inquietar-se sobre quais ações poderiam ser tomadas para oferecer a toda sociedade, ao menos o básico para sobrevivência. Pensa-se na consequência, mas e a causa?

As ilegalidades ou “ilegalismos” são consentidos a uns e abolidos para outros; há um abuso de poder no que tange ao sistema punitivo em funcionamento. Sabemos para que funciona! Não “ressocializa” no sentido preconizado nos discursos, muito pelo contrário.

A esse respeito Foucault (2012, p.191) destaca que:

A ideia está agora admitida de maneira bastante comum, de que a prisão é um meio detestabilíssimo de sancionar. É preciso admitir também a ideia de que punir é sem dúvida uma maneira muito ruim de impedir um ato. Mas, sobretudo, é preciso não concluir que vale mais prevenir graças a sólidas medidas de segurança: porque isso não é muitas vezes senão uma maneira de multiplicar ocasiões de punir e de designar previamente possíveis delinquentes.

Pode-se afirmar que parte dos sujeitos não concluem a educação básica no país, isso quando chegam a acessá-la. E se a escolarização é tida como parte importante na inserção social, não ter acesso, ou nela permanecer, contribui para colocar alguns ou muitos à margem, ou em contato com a “delinquência”, se é que podemos chamar assim, porque em um modelo de sociedade excludente designa-se quem é o delinquente, antes mesmo deste cometer qualquer infração. Disso, o questionamento sobre o papel da educação escolar na prisão. Ressocializar seria inserir o sujeito em uma sociedade que se mantém desigual - eis a contradição. Mas como apontado, o crédito ao papel ressocializador da educação, em especial, escolar, é anunciado no discurso oficial e também em parte do científico. E, sabemos com Foucault (2006), que o discurso é produtivo, produz as pessoas e a realidade de que tratam.

O “trabalho de formiguinha”, ou a resistência, permanece nos que fazem a educação escolar, mesmo entendendo que nesse espaço-tempo a escola não é para todos, porque parte considerável desse “todo mundo” não tem o mínimo de condições de frequentar diariamente a sala de aula de uma escola, fora ou dentro da prisão.

O que acontece é que a educação, mais uma vez, tem sido considerada “tábua de salvação” para todos os problemas da sociedade. Todavia, a educação deve ser compreendida em seus limites, como parte do modelo de sociedade na qual está inserida e, por isso, espera-se que por meio das práticas dos sujeitos que a fazem funcionar, contribua para as resistências e lutas contra os abusos de poder e a desigualdade social e econômica, por exemplo. Não há como pensar a escola na prisão, sem pensar a função social de ambas as instituições. Para Foucault (2012, p. 191):

Os que tentaram formular seriamente o problema da prisão o dizem há anos: a prisão foi instaurada para punir e emendar. Ela pune? Talvez. Ela emenda? Certamente, não. Nem reinserção, nem formação, mas constituição e reforço de um ‘meio delinquente’. Quem entra na prisão pelo roubo de alguns milhões de francos tem muito mais chances de sair gângster do que homem honesto.

3.1.1 Proposta do CEEJA para a Educação de Jovens e Adultos

Desde o ano de 2018, o Ceeja em sua extensão na Penitenciária Estadual de Dourados trabalha a EJA por meio da metodologia de projetos, tendo como projeto maior o Projeto “Conectando Saberes”.

É importante lembrar quem são os sujeitos que compõem a população prisional, com apoio de Torres (2019, p. 259):

Cabe lembrar que a população prisional é composta por indivíduos adultos que não permaneceram na escola regularmente, em tempo oportuno, durante o período socialmente esperado para acessar a educação escolar formal. Portanto, trata-se de sujeitos oriundos das camadas populares que incorporaram o fracasso escolar às suas trajetórias, como concepção individualizada e característica neoliberal.

Ou seja, reforça que há uma especificidade do público, que acessa a EJA nas prisões, diferente do público dessa modalidade que acessa a escola fora dos muros prisionais.

No dia 10 de fevereiro de 2016, foi publicado no site da Secretaria do Estado de Educação (MATO GROSSO DO SUL, 2016a) uma matéria com o título “Secretaria de Educação apresenta Projeto Pedagógico de Curso da EJA – Conectando Saberes”. A matéria em questão, aponta que a SED havia apresentado o Projeto Conectando Saberes, na modalidade EJA, para diretores e diretores-adjuntos de oito escolas estaduais de Campo Grande-MS, e que essas escolas seriam “pilotos” na operacionalização do Projeto Conectando Saberes.

O texto ainda cita que, durante este encontro, os técnicos do Núcleo da Educação de Jovens e Adultos apresentaram características do projeto, e os representantes das escolas tiveram a oportunidade de esclarecimento de dúvidas:

O Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes é constituído de uma especificidade curricular que privilegia a ação interdisciplinar entre as diferentes áreas do conhecimento, articulados aos eixos temáticos que consideram as características próprias dos jovens, adultos e idosos, assim como seus interesses, suas condições de vida, de trabalho e suas motivações para a construção de novos conhecimentos (MATO GROSSO DO SUL/SED, 2016a, s/p).

No dia 11 de dezembro de 2017, a SED publicou no Diário Oficial a Resolução nº 3.360, de 8 de dezembro de 2017 (MS/SED, 2017, p. 3), que autoriza o funcionamento do curso nas etapas de ensino fundamental e médio: “Autoriza o funcionamento do Curso de

Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, nas escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul”.

A SED, com fundamento no Artigo 55 da Deliberação CEE/MS nº 9.090, de 15 de maio de 2009 (MS/CEE, 2009), e considerando o Projeto Pedagógico do Curso de Educação de Jovens e Adultos – Conectando Saberes, da Rede Estadual de Ensino/MS, aprovado pela Resolução/SED nº 3.122, de 7 de novembro de 2016 (MS/SED, 2016b), resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos - Conectando Saberes, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, nas escolas da Rede Estadual de Ensino/MS, identificadas no Anexo Único desta Resolução, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar de 1º de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

O documento de 2019 intitulado “Projetos e Programas 2019 - Censo Escolar” (MS/SED, 2019), no subtítulo “Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), traz a informação de que na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul – a EJA, está dividida da seguinte forma: Módulos Iniciais e Intermediários (Ensino Fundamental) e Módulos Finais (Ensino Médio)¹⁵. Sobre o projeto “EJA - Conectando Saberes”, autorizado pela Resolução/SED nº 3.122 (MATO GROSSO DO SUL/SED, 2016b), diz que este é modular com conclusão semestral, e que o aluno poderá ter dentro do mesmo ano letivo duas matrículas, e, ainda, que o aluno tem “direito ao exame final e ao exame especial”. A mesma Resolução traz uma tabela em que lista as “Escolas estaduais que ofertam a (EJA) conectando saberes ensino fundamental e médio”. Na lista (Quadro 10) aparece no município de Dourados a extensão do Ceeja na PED.

¹⁵ Na Rede Estadual de Ensino, a EJA está dividida da seguinte forma: Módulos Iniciais e Intermediários (Ensino Fundamental) e Módulos Finais (Ensino Médio). Os Módulos Iniciais I e II compreendem os conhecimentos equivalentes à 1ª fase da etapa do ensino fundamental. Equivalentes aos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental (anos iniciais). Já os Módulos Iniciais III e IV compreendem os conhecimentos equivalentes à 2ª fase da etapa do ensino fundamental. Equivalente ao 4º e 5º anos do EF (anos iniciais). Os Módulos Intermediários I e II compreendem os conhecimentos equivalentes à 3ª fase da etapa do ensino fundamental. Equivalente ao 6º e 7º anos do EF. (Anos Finais). Desta forma, os Módulos Intermediários III e IV compreendem os conhecimentos equivalentes à 4ª fase da etapa do ensino fundamental. Equivalente ao 8º e 9º ano do EF (anos finais). Assim, os Módulos Finais I e II compreendem os conhecimentos equivalentes à 1ª fase da etapa do ensino médio. Equivalente ao 1º ano e metade do 2º ano do EM (anos iniciais). E os Módulos Finais III e IV compreendem os conhecimentos equivalentes à 2ª fase da etapa do ensino médio. Equivalente à metade do 2º ano e 3º do EM (anos finais) (SED, 2019).

Quadro 10. Relação de escolas estaduais que ofertam EJA (Projeto “Conectando saberes”)

Dourados	ESCOLA ESTADUAL PRES. GETÚLIO VARGAS	EJA Conectando Saberes - Ensino Médio (Semestral)
Dourados	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DOURADOS-CEEJA MS -EXTENSÃO PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE DOURADOS	EJA Conectando Saberes - Ensino Fundamental (Semestral)
Dourados	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DOURADOS-CEEJA MS -EXTENSÃO PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE DOURADOS	EJA Conectando Saberes - Ensino Médio (Semestral)
Dourados	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DOURADOS-CEEJA MS -	EJA Conectando Saberes - Ensino Fundamental (Semestral)
Dourados	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DOURADOS-CEEJA MS -EXTENSÃO PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE DOURADOS	EJA Conectando Saberes - Ensino Fundamental (Semestral)
Dourados	EE INDÍGENA INTERCULTURAL GUATEKA - MARÇAL DE SOUZA	EJA Conectando Saberes - Ensino Médio (Semestral)

Fonte: GESTA (2016).

Entre os documentos consultados, não localizamos nenhum que indicasse a existência de qualquer tipo de processo seletivo formal, ou critérios de seleção para o acesso às vagas na escolarização ofertada na prisão.

Na Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de EJA em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, está previsto que:

As ações de educação em contexto de privação de liberdade devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema prisional. (BRASIL, 2010, p. 28).

Sobre alguns dos problemas enfrentados pelo sistema prisional, Torres (2019, p. 257-258) aponta possíveis causas:

[...] no âmbito da execução da pena, a insuficiência de estruturas físicas também inviabiliza a ampliação e a execução das assistências penitenciárias: material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa, previstas no artigo 11 da LEP. As considerações anteriores agravam-se aliadas à precariedade estrutural e insuficiência dos espaços adequados para o desenvolvimento de trabalho e estudo nas prisões, aliadas a ausência de trabalhadores qualificados para o atendimento dos indivíduos privados de liberdade.

A estrutura física é insuficiente, o número de profissionais reduzido, entre outros problemas, e não se observam medidas eficazes para resolução desses problemas, visto que em vários trabalhos tais problemas são levantados. É como se tudo fosse a uma direção planejada, em um processo cego e ineficaz, mas não parece causar incômodo por parte dos poderes, pois os objetivos continuam elencados, e as metas não alcançadas. Observa-se que faltam ações mais efetivas, pois estes sujeitos em situação de privação de liberdade não são funcionais para a sociedade.

Torres (2019, p. 273) ainda evidencia que:

Os índices levantados lançam pistas de que o ensino na prisão ainda é realizado de forma descontínua, incipiente e necessita de maior atenção dos gestores educacionais e de segurança pública, sobretudo, prestigiando os parâmetros mínimos de qualidade de oferta da EJA, conforme previsão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que perpassa aos pré-requisitos de oportunizar não apenas o acesso, mas também preocupar-se com a permanência destes sujeitos de direito à escola.

No próximo item – 3.2 –, analisamos um dos projetos desenvolvidos na PED, que contemplam as produções dos internos relativas aos vários projetos de ensino desenvolvidos pela escola, em 2018, esperando encontrar alguma novidade, decorrente das resistências e lutas dos sujeitos, mesmo privados ou por estarem privados de liberdade.

3.2 A educação escolar e os projetos de ensino

Como descrito no primeiro item deste Capítulo, a metodologia adotada na extensão do Ceeja na PED, prioriza a elaboração e o desenvolvimento de projetos de ensino. Durante a Mostra Cultural realizada em 2019 e abordada no último tópico deste Capítulo, os vários projetos desenvolvidos em 2018 foram apresentados, incluindo a pasta com todos eles impressos (Figura 10).

Figura 10. Pasta com os projetos aplicados durante o ano de 2018, dicionário dos alunos e peça artesanal na I Mostra Cultural do CEEJA

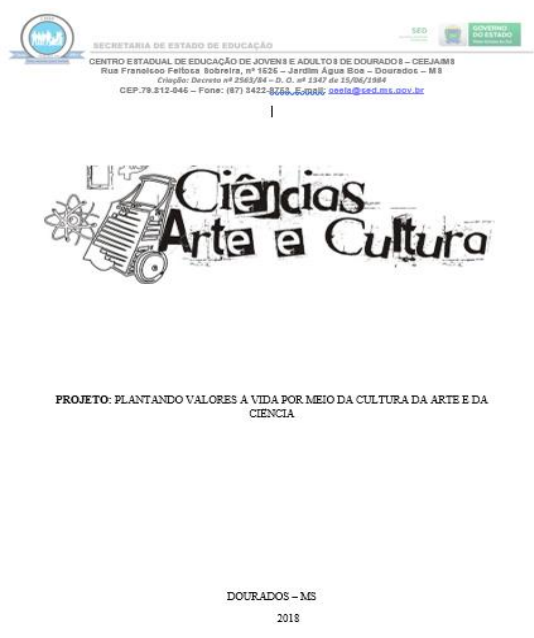


Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Para ilustrar essa metodologia descrevemos três dos projetos aos quais tivemos acesso e que foram elaborados e desenvolvidos no ano de 2018.

3.2.1 Projeto “Plantando valores à vida por meio da cultura da arte e da ciência”

Figura 11. Capa do Projeto “Plantando valores a vida por meio da cultura, da arte e da ciência”



Fonte: CEEJA (2018).

O projeto intitulado “Plantando valores à vida por meio da cultura da arte e da ciência” (CEEJA/ PROJ. PLANTANDO VALORES, 2018) foi desenvolvido pelo Ceeja - extensão PED, e aplicado em 2018, teve como público alvo os alunos dos módulos inicial, intermediário e final do Projeto EJA “Conectando Saberes”.

Este projeto possui 9 páginas, contendo capa, contracapa e é dividido em 8 partes, sendo: justificativa, introdução (intitulada “a influência da cultura e da ciência na formação do cidadão”), objetivo geral e específicos, metodologia, recursos, cronograma (2018), avaliação e referências.

A primeira parte do projeto – Justificativa – faz uma crítica contundente à falta de valores que há na sociedade:

Atualmente a sociedade vive uma condição de falta de valores e isso tem tornado a vida social das pessoas sem importância e sem amor, tornando-os(as) em seres humanos frios. Essa falta de amor reflete-se principalmente na família e nas escolas, tendo em vista que, ao nascer o ser humano perpassa pela primeira sociedade, sendo esta sua família e logo é inserido pela segunda sociedade que é a escola. *Sendo* assim, há a necessidade de lançar um olhar crítico a *esta* realidade onde é na *família* e na *escola* que o ser (pessoa) vive seu primeiro contato com regras e leis dentro de uma sociedade e é nesse momento que se *tem* a sua formação social (CEEJA/PROJ. PLANTANDO VALORES, 2018d, p. 3).

Entre as críticas existentes nesta justificativa, são apontados elementos como a “falta de amor”, que influencia no contexto familiar e escolar, e que é nesse momento de vida no contexto escolar é que se tem a formação social. Para Ziliani (2014, p. 41):

Alguns dos discursos e práticas em circulação na passagem do século XIX para o XX engendraram saberes e fazeres, que associaram ou estereotiparam o espaço público como lugar de miséria e crianças e jovens que o frequentaram como sujeitos ‘delinquentes e perigosos’. Elementos esses que se tornaram fundamentais para a produção/aceitação da instituição escolar como ‘o’ melhor lugar para educa-las e formá-las.

Em um trecho da justificativa do Projeto, ainda há uma afirmação que “A evolução da humanidade é contínua e dinâmica, assim modificam-se os valores, as crenças, os conceitos e as ideias acerca da realidade”.

A segunda parte desse Projeto – “A influência da cultura e da ciência na formação do cidadão” –, e possui dois tópicos, nos quais os temas cultura e ciência são definidos.

Na sequência, o Projeto afirma:

Atualmente, tanto a família, assim como na escola, tem apresentada uma condição de descrédito, sendo que este crédito é a confiança que se tem em algo, é uma crença fundada nas qualidades de uma pessoa ou '*coisa confiada*', quando se perde essa qualidade nesses espaços origina-se um espaço de violência, onde os valores de outrora se encontram deteriorados, sendo muitas vezes palco de agressões físicas e verbais. Diante deste contexto, é precíval que a Cultura e a Ciência não são inseridas neste tipo de sociedade, em que esta tem o comprometimento na formação do cidadão (CEEJA/PROJ. PLANTANDO VALORES, 2018d, p. 4, grifo do original).

No último parágrafo, finalmente a justificativa do Projeto:

[...] a elaboração desse projeto se justifica pela grande relevância que tem na aplicabilidade aos alunos privados de liberdade em que esses irão perpassar por conceitos na divulgação de trajetórias de vida de pessoas conhecidas e/ou anônimas, que são verdadeiros exemplos de valores já esquecidos e abafados e que estes podem ser cultivados durante a vida toda (CEEJA/PROJ. PLANTANDO VALORES, 2018d, p. 4).

A terceira parte do projeto traz o objetivo geral e cinco objetivos específicos, sendo que o objetivo geral do projeto em questão é "Levar os alunos [...] a uma reflexão de valores evidenciados nas trajetórias de vida tanto de pessoas conhecidas como, um cientista, autor, teórico etc." (CEEJA/PROJ. PLANTANDO VALORES, 2018d, p. 5)

Os objetivos específicos estão citados a seguir:

- Sensibilizar toda a comunidade escolar da necessidade de se cultivar bons valores à vida;
- Despertar nos alunos a importância da boa convivência para criar um ambiente agradável e harmonioso em: sala de aula, família onde quer que ele esteja inserido;
- Reconhecer que, podemos desenvolver e aplicar métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano;
- Compreender as ciências como produção humana que ocorre em meio social;
- Contribuir na divulgação de valores constituídos na vida de grandes protagonistas da história por meio da cultura, da arte e da ciência e principalmente se inserir enquanto ator principal. (CEEJA/PROJ. PLANTANDO VALORES, 2018d, p. 5, grifo do original).

A parte seguinte do projeto trata da metodologia descrita no Projeto, informa que o mesmo será aplicado no ano de 2018 e o processo acontecerá nos momentos de aula; depois aborda sobre o público alvo, que são todas as turmas do Ensino Inicial, Intermediário e Final:

Nessa perspectiva, um fator relevante no desenvolvimento desse projeto é aplicação de uma atividade inicial, tendo como objetivo auxiliar e identificar os conhecimentos que os alunos apresentavam antes das aulas. Se os alunos mostram conhecimento sobre algum assunto relevante ao tema abordado. Por outro lado, se desconheciam determinado tema, ou seja, com as respostas dos alunos podem ser melhor enfatizados as explicações dos temas/conteúdos abordado no projeto, e isso se constitui em uma avaliação formal do desempenho dos alunos. E assim, decorrerá em todas as etapas do desenvolvimento do projeto, sendo um projeto Interdisciplinar (CEEJA/PROJ. PLANTANDO VALORES, 2018d, p. 5, grifo do original).

Na parte metodológica, são ainda citados exemplos de como será a implementação do Projeto, e de que forma será “inserido” nas disciplinas. Importante esclarecer aqui, que há uma advertência no texto explanando: “Podendo este ser alterado de acordo com a ementa curricular do Projeto Pedagógico, Projeto Pedagógico do Curso de Educação de Jovens e Adultos - Conectando Saberes II Etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio” (CEEJA/PROJ. PLANTANDO VALORES, 2018d, p. 6). A metodologia finaliza na exposição de como serão abordadas as aulas das disciplinas, separadamente.

Em seguida, o projeto aborda quais os recursos serão necessários para o desenvolvimento, sendo estes: Sala de Tecnologia Educacional (STE) com as mídias existentes como, TV, computador, máquina fotográfica, multimídia, filmes, além de textos, lápis, caneta, lápis de cor, cartolina, régua, folha de sulfite, esfera, balões, papel pardo, entre outros materiais.

O Projeto apresenta ainda um cronograma, evidenciando que será desenvolvido durante os meses de março a novembro de 2018; prevê ainda que, nesse mesmo período, ocorrerá a coleta do material a ser utilizado nas atividades. De março até junho, prevê a apresentação da proposta e elaboração do projeto junto à coordenação. Nos meses de abril, junho, agosto e outubro, os alunos seriam levados à STE para assistir aos filmes que foram propostos no projeto. Abril é o mês inicial da aplicação e contextualização do projeto correspondente a cada disciplina descrita. Essa etapa deve ser contínua durante os meses seguintes, e concluída no mês de novembro. Assim, para o tempo selecionado para a confecção dos painéis e atividades referentes a esse Projeto, foram previstos os meses de abril, junho, julho, setembro, outubro e novembro.

O item número 7 do Projeto é a avaliação:

A avaliação será pontuada pela participação do aluno e contínua como:

- Sua interação tanto nas atividades como sua apropriação com os conteúdos, total (01) pontos;
- Participação das atividades proposta pelo professor, total (01) pontos;
- Participação em grupo e também individual, total (01) pontos;
- Questões sobre as atividades referente aos conteúdos, totalizando um quantitativo de pontos (05).

A nota terá um somatório de (08) oito pontos. (CEEJA/PROJ. PLANTANDO VALORES, 2018d, p. 8, grifo do original).

A finalização do documento apresenta apenas cinco referências, entre elas o projeto “Conectando saberes” da SED (2016) e quatro matérias *online* sobre ciência e pesquisa. Não há livros ou artigos sobre o tema base do projeto que é a questão de valores.

O ápice deste projeto¹⁶ foi a I Mostra Cultural, que aconteceu na sede do CEEJA em Dourados.

3.2.1.1 I Mostra Cultural do CEEJA

Os trabalhos de artesanato, pintura, poesia etc., resultado dos projetos de ensino desenvolvidos no ano de 2018, compuseram a I Mostra Cultural (CEEJA, 2018c), que aconteceu entre os dias 06 e 09 do mês de novembro desse mesmo ano, foi um evento aberto a toda comunidade douradense e coberto pelos veículos de mídia locais.

Trouxemos nesta parte, algumas figuras que ilustram esse evento e que foram obtidas durante visita à I Mostra Cultural. Para apresentá-las, estão organizadas em cinco blocos. O primeiro bloco de Figuras (12 a 15) remete à abertura do evento e imagens do local destinado a exposição dos trabalhos da PED, a biblioteca. O segundo bloco, composto pelas Figuras 16 a 20, é ilustrado por algumas maquetes e representações que foram expostas. As Figuras 21 a 31 compõem o terceiro bloco: este bloco ilustra as imagens de alguns dos brinquedos e jogos pedagógicos produzidos pelos alunos-presos. O quarto bloco (Figuras 32 a 40) mostra fotografias de trabalhos que foram o produto final ou ilustraram aulas de disciplinas como língua portuguesa, matemática, física, química, biologia, geografia e história. Por fim, o quinto bloco (Figuras 41 e 42) são imagens de dois dos quadros expostos no evento.

¹⁶ O projeto na íntegra encontra-se disponível no Apêndice A do trabalho.

Além desses blocos, incluímos a Figura 43, que ilustra um dos trabalhos de escrita expostos, que foi o texto “Sem Saber” e a Figura 44, que ilustra o momento da entrega do termo de doação dos materiais expostos durante a I Mostra Cultural do CEEJA.

Os objetos expostos no evento, possuíam placa de identificação, estas placas não eram padronizadas em relação as informações contidas. Basicamente nomeavam a disciplina que estava ligada ao projeto executado, o título e/ou a definição do objeto/projeto, turmas ligadas a produção e execução, professor responsável e no rodapé da identificação “Equipe PED”. Mas, enquanto algumas das placas traziam o objetivo do projeto, outras traziam apenas o título dado ao objeto exposto. Em algumas havia o nome dos professores, em outras peças ao invés do nome dos professores a informação era a denominação da disciplina em que foram produzidas.

Sobre o nome dos alunos ligados aos projetos, havia uma minoria de identificações com essa descrição; a informação mais comum estava relacionada a identificação da turma que realizou cada projeto, mas quando o nome do aluno aparecia exposto, este aparecia na íntegra, sem o uso de iniciais. Então não havia padrão neste sentido, talvez por uma questão ética e/ou de segurança. Suponho que não havia autorização para expor o nome de todos os alunos, por esse motivo essa informação não apareceu em todos os trabalhos.

As Figuras de 12 a 15 registram a abertura do evento e da biblioteca, local destinado à exposição dos trabalhos da PED.

Figura 12. Cerimônia de abertura da I Mostra Cultural do CEEJA



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Na Figura 12, podemos ver o auditório do Ceeja onde foi realizada a cerimônia de abertura da I Mostra Cultural. Estavam presentes autoridades, representantes da Agepen, a equipe do Ceeja e convidados. Neste auditório, foram mostrados vídeos de apresentações dos alunos da extensão do Ceeja na PED.

Após a solenidade de abertura, todos os visitantes foram encaminhados às salas onde aconteciam as exposições. Os trabalhos realizados na escola da PED foram expostos na biblioteca do Ceeja (Figura 13).

Figura 13. Parte externa da porta de entrada da Biblioteca



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Um arco de flores coloridas feitas de papel (Figura 13) enfeitava a entrada da biblioteca do Ceeja, onde estavam expostos os trabalhos realizados na PED. Na entrada da biblioteca (Figura 14), enfeites e trabalhos na parte interna da porta aberta, para que à saída os visitantes pudessem também apreciá-los.

Figura 14. Parte interna da porta de entrada da Biblioteca



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Ao adentrar a biblioteca, logo na porta estavam expostos os trabalhos realizados pelos alunos – como o “Dicionário dos alunos privados de liberdade” (Figuras 10 e 14) –, uma pequena locomotiva produzida artesanalmente com palitos de sorvete e, ao lado, a pasta com a escrita dos projetos realizados naquele ano.

Pela disposição encontrada, os visitantes exploravam esse espaço mais no momento da saída da sala.

Figura 15. Banner de apresentação da I Mostra Cultural



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Um *banner* da Mostra ilustrava também a entrada da biblioteca, *hall* de entrada da exposição (Figura 15); este banner estampado de cores escuras ao fundo, trazia a logomarca da Agepen e do Ceeja nas laterais superiores, assim como o título da exposição centralizado também na parte superior. Abaixo, uma figura de duas cabeças de cores diferentes, ilustravam/simbolizavam trocas. E abaixo da imagem das cabeças, o nome da Penitenciária Estadual de Dourados.

As Figuras 16 a 20, que compõem o segundo bloco, são ilustrados por algumas maquetes e representações que foram expostas.

Um dos trabalhos que ilustrou parte das reportagens e chamava atenção era a maquete de palitos de sorvete (Figura 16).

Figura 16. Maquete de um sobrado com jardim



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Essa maquete, em sua riqueza de detalhes, efetiva a réplica de um sobrado com seu jardim externo. Produzida a partir de palitos de sorvete, o acabamento deste trabalho era impecável, foi um dos trabalhos mais elogiados durante a exposição.

E na Roda de Conversa realizada na PED em 2019, um aluno comentou que ele havia feito a maquete e que disseram a ele que um professor do curso de arquitetura havia visitado

a I Mostra e elogiado, fotografando a maquete para ilustrar como exemplo a seus alunos do curso de graduação.

Figura 17. Um recorte da maquete do sobrado. Ao fundo, a coordenadora sendo entrevistada



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

As Figuras 16 e 17 mostram uma maquete produzida pelos alunos a partir de materiais recicláveis, tendo como matéria prima principal palitos de sorvete.

Na Figura 17, vê-se, ao fundo, a coordenadora do Ceeja sendo entrevistada por uma repórter de uma emissora de televisão local. Este evento foi coberto por vários veículos regionais, além da SED.

Figura 18. Barco Pirata



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

O “Barco Pirata” (Figura 18), como a maioria dos trabalhos expostos, foi construído a partir de materiais recicláveis. Rico em detalhes, tal como as maquetes, impressionou e arrancou elogios de parte dos visitantes que passaram pela Mostra por sua qualidade e beleza.

Figura 19. Maquete História Zigurate¹⁷



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

A maquete representando a Zigurate também foi produzida a partir de palitos de sorvete; esta réplica foi realizada dentro da disciplina de História.

Figura 20. Maquete de uma casa



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

¹⁷O zigurate era uma espécie de templo construído pelos assírios, babilônios e sumérios, povos da Antiga Mesopotâmia.

As Figuras 21 a 31 compõem o terceiro bloco, trazendo imagens de alguns dos brinquedos e jogos pedagógicos produzidos pelos alunos internos. São materiais infantis que foram produzidos com a finalidade de doação para a brinquedoteca de uma escola estadual de Dourados. A importância social dessa ação de produção dos brinquedos, para a efetivação dessa doação é indiscutível. Porém, em termos de aprendizagem, de formação para o preso, os conteúdos e conhecimentos escolares que permearam a confecção desses brinquedos e materiais pareceram um pouco descontextualizados para quem visitou o evento.

Muitos desses trabalhos, principalmente as maquetes produzidas, traziam vários detalhes, inclusive internos como evidencia a Figura 21, que foi uma proposta da disciplina de língua inglesa e que tinha por objetivo “trabalhar” os nomes dos cômodos da casa construída.

O Pimbolim (Figura 21) foi produzido com papelão, palitos e prendedores.

Figura 21. Pimbolim de sucata



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

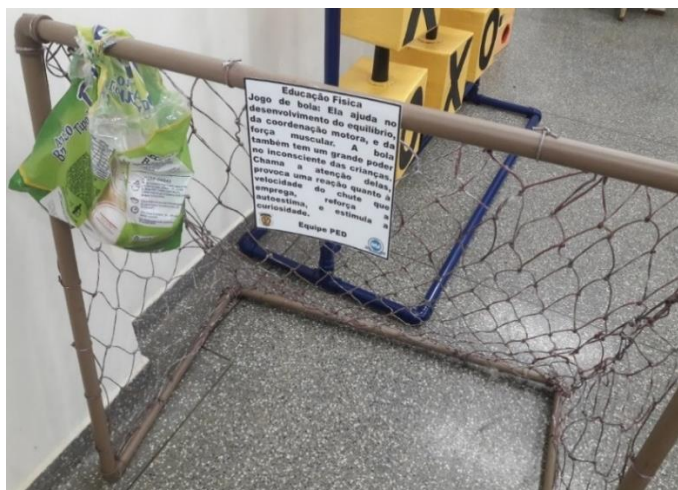
Figura 22. Jogo pedagógico “Tabuada Prática” e outros trabalhos expostos na Mostra Cultural



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

A Tabuada Prática é um jogo pedagógico utilizado na alfabetização matemática. Para a produção desse material pedagógico, os alunos utilizaram caixa de papelão e caixas de fósforo.

Figura 23. Trave feita com materiais alternativos



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

A trave produzida para uso em jogo de bola, foi confeccionada com canos e conexões de PVC¹⁸: para a rede foram utilizadas embalagens de açúcar e arroz para confecção das

¹⁸ PVC é a sigla inglesa de *Polyvinyl chloride* que em português significa policloreto de polivinila (ou policloreto de vinil), um plástico também conhecido como vinil.

cordas. Cordas estas que também são utilizadas para confecção de redes de descanso e varais (estes utilizados na PED) por ser um material bastante resistente.

Figura 24. Pufes coloridos



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Para os pufes coloridos, os alunos utilizaram garrafas pets para fazer a estrutura e no acabamento colorido e continuando na proposta de sustentabilidade, foram utilizados retalhos de tecidos.

Figura 25. Cantinho da leitura em formato de “casinha”.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Para a estrutura do “Cantinho de Leitura” (Figura 25), os canos e conexões em PVC também foram utilizados, tecidos para cobrir a casinha deram um aspecto de tenda, e para se tornar um lugar mais aconchegante, o interior foi preenchido com colchonetes, almofadas e livros.

As Figuras 26 e 27 mostram as cozinhas infantis feitas com os mais diversos materiais de sucata, como papelão, tampas, tubos, embalagem de marmitex, retalhos de tecido, etc. Essas cozinhas tinham vários detalhes, foram pintadas à mão e algumas partes tinham funcionalidade, como as gavetas e portas abrirem e fecharem.

Figura 26. Cozinhas infantis feitas de materiais recicláveis



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Figura 27. Cozinha infantil planejada



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Figura 28. Bilboquês e carrinhos



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Figura 29. Labirinto de bolinha



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

As Figuras 28 e 29 apresentam mais brinquedos feitos a partir de materiais recicláveis. Vê-se que foram utilizados pneus e madeira, foram produzidos brinquedos de balanço, como mostra a Figura 30.

Figura 30. Brinquedo de balanço



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

As garrafas pet serviram também de matéria prima para mais jogos pedagógicos como o “boliche dos números” (Figura 31), em diferentes tamanhos, e colorido, produzido para ser utilizado em alfabetização matemática para as crianças da escola contemplada com as doações.

Figura 31. Boliche dos números



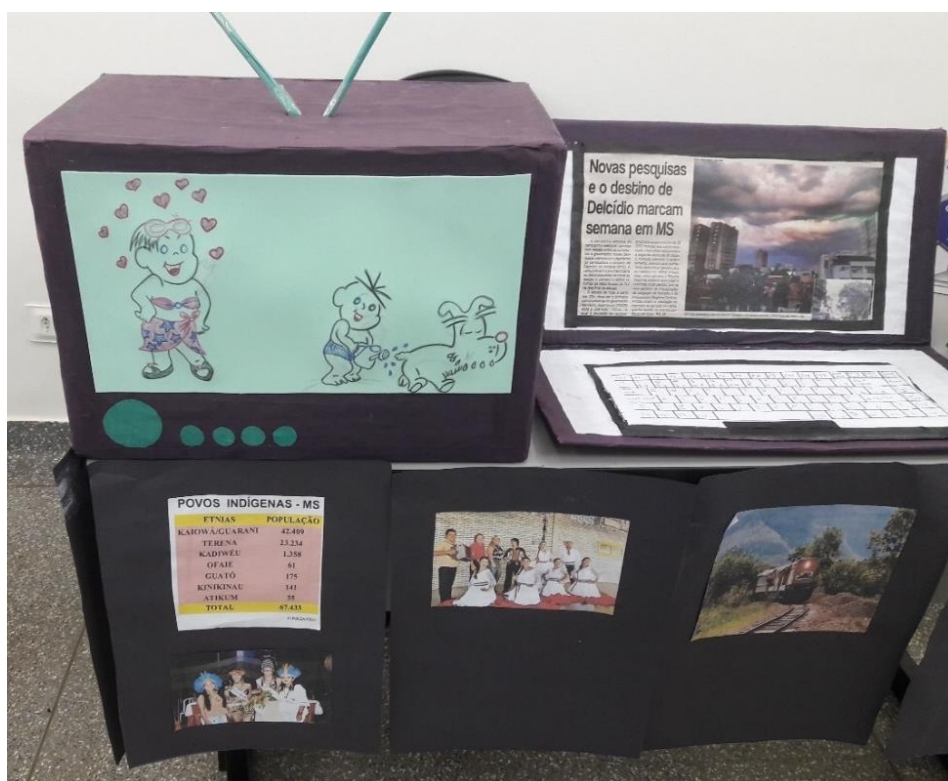
Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

No bloco apresentado a seguir, que inclui as Figuras de 32 a 40, encontram-se trabalhos produzidos em aulas de várias disciplinas como língua portuguesa, matemática e outras.

Para representar a mídia, a tecnologia a partir de notícias e entretenimento, a Figura 32 mostra réplicas de uma televisão e um notebook. Na televisão há um desenho dos personagens da Turma da Mônica¹⁹. No notebook aparece o recorte de um jornal com notícias do Mato Grosso do Sul.

Colado abaixo da mesa onde aparecem a réplica dos dois aparelhos, podemos observar uma tabela sobre os povos indígenas de Mato Grosso do Sul, e ao lado fotos representando o Estado. Lembrando que a Mostra Pedagógica aconteceu no ano em que o Estado de Mato Grosso do Sul completou 40 anos, a partir da divisão do Estado de Mato Grosso²⁰.

Figura 32. Televisão e notebook, entretenimento e notícias

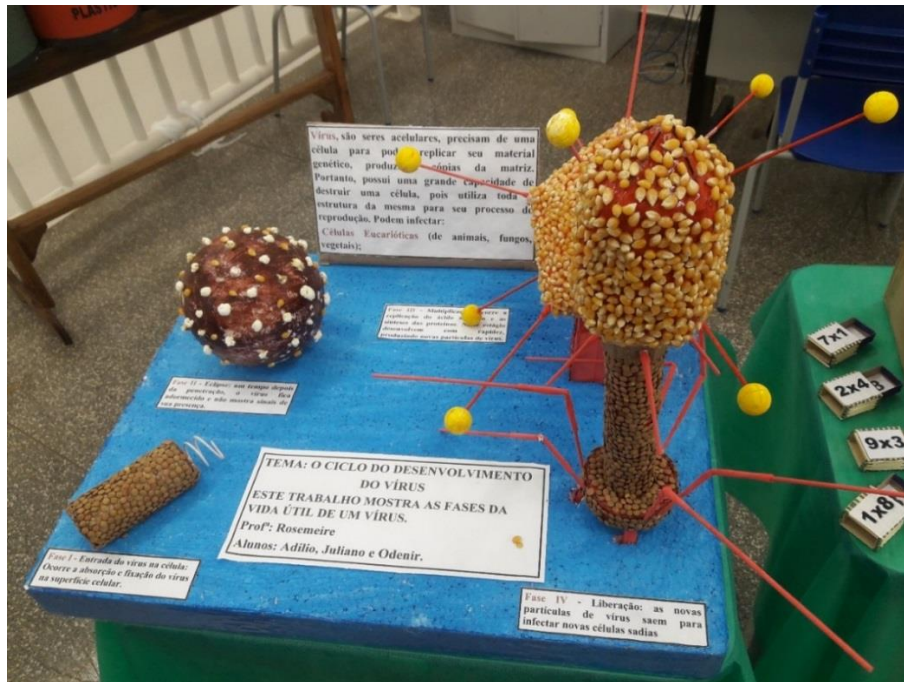


Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Figura 33. Representação do vírus

¹⁹Turma da Mônica é uma série de histórias em quadrinhos brasileira, criada pelo cartunista e empresário Mauricio de Sousa.

²⁰O Estado de Mato Grosso foi dividido em 1977, quando foi criado o Estado de Mato Grosso do Sul, conforme a Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977 (BRASIL, 1977).



Fonte: Acervo da pesquisadora (201)

A Figura 33 mostra uma maquete com a representação das fases de vida útil do vírus, feita com sucata e grãos.

Figura 34. Formas de energia renovável



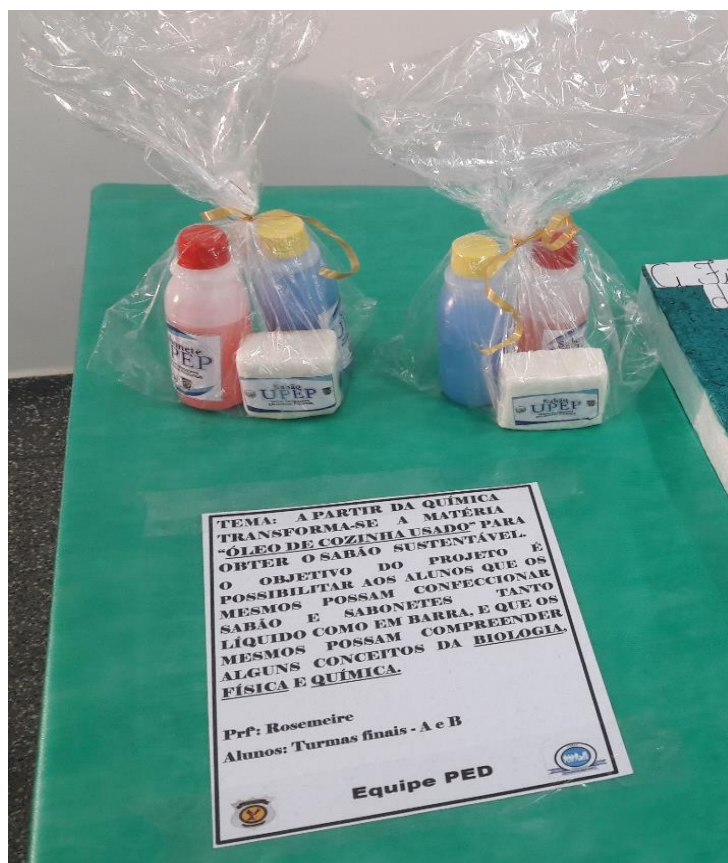
Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Outra maquete foi produzida para ilustrar as formas de energia renovável, essa também rica em detalhes e funcionalidade.

A Figura 35 mostra produtos feitos a partir da reutilização de óleo de cozinha, resultado do projeto “Sabão Ecológico” que foi desenvolvido entre o período de julho a dezembro de 2018, na disciplina de química, pela professora Rosemeire Aparecida Nunes de Oliveira. O objetivo geral desse projeto foi:

Produzir sabão a partir do óleo comestível residual de fritura; ampliando as possibilidades de construção do conhecimento de forma mais completa, tendo como o eixo a aprendizagem significativa no ensino da Disciplina de Química, que poderá estender a outras disciplinas e também aos Eixos temáticos: **Cultura e Ciência - Modulo Final I, Sociedade e Trabalho - Modulo Final II, Meio Ambiente, Saúde e Tecnologia Modulo Final III e por fim Economia e Globalização Modulo Final IV**. (CEEJA/PROJ. SABÃO ECOLÓGICO, 2018e, p.4, grifo do original).

Figura 35. Sabão sustentável



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Figura 36. Utensílios artesanais de cozinha



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Figura 37. Porta chaves com decoração artesanal



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

A Figura 36 mostra utensílios de cozinha feitos com material de baixo custo. Podemos observar nesta figura, um porta-talher, bases para panelas e porta guardanapos feito com parte de prendedores, uma fruteira em formato de estrela feita com palitos de sorvete, e um porta treco também com palitos de sorvete.

A Figura 37 exhibe trabalhos feitos na disciplina de língua portuguesa: são porta chaves em madeira, enfeitados com pérolas.

Figura 38. Painel com trabalhos de educação artística: pintura, colagem



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Figura 39. Origami de Cisnes



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

O Origami de Cisnes (Figura 39) foi um trabalho de matemática que contemplou conteúdos como geometria e ângulos na construção do cisne. Segundo relatos no evento, este trabalho envolveu bastante os alunos, e os mesmos inclusive chegavam a levar os papéis

para fazer as dobraduras nas celas e trazerem no outro dia para a escola e assim otimizar o tempo de conclusão do produto. Os cisnes foram exibidos no centro da sala de exposição.

Figura 40. Sala da Biblioteca com exposição



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

A Figura 40 revela uma fotografia tirada ao fim da primeira noite de exposição da I Mostra Cultural do Ceeja. Do lado direito superior, pode-se visualizar o cisne (Figura 39) um pouco abaixo ainda do lado direito, cavalinhos com cabo de vassoura, no centro mais um cantinho de leitura, este feito com papelão, logo atrás os jogos pedagógicos. À esquerda, as cozinhas infantis, objetos artesanais e trabalhos expostos na parede. Ao fundo da foto vemos os brinquedos de balanço, acima as maquetes. Nesta foto, podemos observar poucas pessoas, mas nas primeiras duas horas da exposição era difícil até se locomover dentro da biblioteca tão grande era o número de visitantes.

Por fim, com as Figuras 41 e 42, apresentamos dois quadros. O primeiro, Figura 41, representa uma índia e foi produzido com lápis de grafite. Desenho rico em detalhes, mostra uma mulher indígena de cabelos longos, cocar na cabeça, pintura no rosto e olhar distante em meio a um campo.

A Figura 42 mostra a representação de caça em arte rupestre²¹, em tons de marrom e preto. Esse trabalho foi desenvolvido na disciplina de história.

²¹ Arte rupestre é a denominação das criações artísticas realizadas no período pré-histórico, principalmente entre o Paleolítico (40.000 a.C.) e o Neolítico (10.000 a 6.000 a.C.). Era caracterizada por pinturas e gravuras feitas em paredes e rochas de cavernas, bem como ao ar livre, e retratavam os costumes e práticas humanas daquela época.

Figura 41. Índia

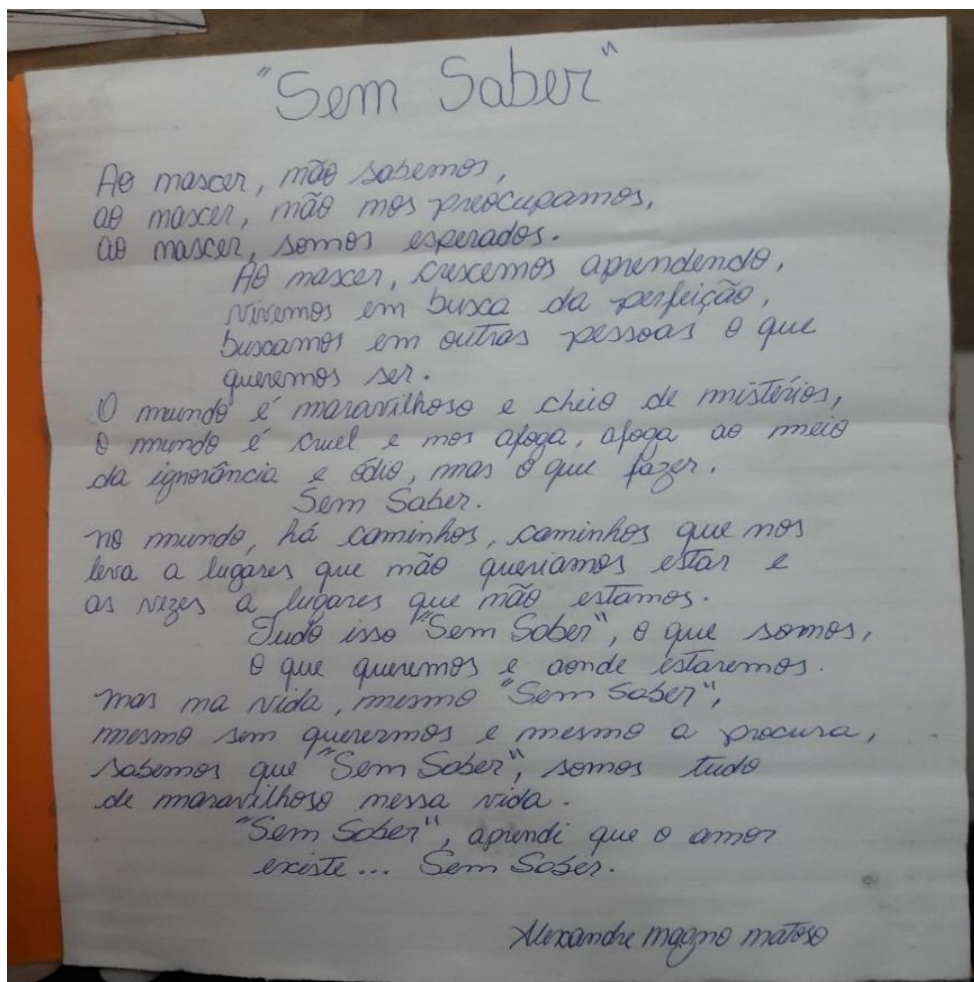


Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Figura 42. Caça



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Figura 43. “Sem Saber”

Fonte: Matoso (2018).

O aluno Alexandre Magno Matoso, produziu um texto intitulado “Sem Saber”, texto este que também foi exposto no evento.

O título do texto “Sem Saber” traz a ideia de incerteza. No início do texto o autor discorre sobre fatos ligados ao nascimento: “Ao nascer, não sabemos, o nascer, não nos preocupamos, ao nascer somos esperados”. A ideia apresentada seria de uma inocência “quase” infantil, e da fragilidade do indivíduo na composição de sua subjetividade, desde o nascimento. E quando o autor usa a palavra “esperado”, a suposição é que é esperado por alguém, projeto deste.

O autor continua, “Ao nascer, crescemos aprendendo, vivemos em busca da perfeição, buscamos em outras pessoas o que queremos ser.”

Essa busca que Matoso (2018) comenta em seu texto, remete claramente ao poder disciplinar (Foucault, 2014), ao adestramento dos corpos, a idealização que a sociedade impõe aos indivíduos, para torna-los sujeitos.

Foucault (2014) explica:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. [...] ‘Adestra’ as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. (p.167)

Matoso (2018) continua “O mundo é maravilhoso e cheio de mistérios, o mundo é cruel e nos afoga, afoga ao meio da ignorância e ódio, mas o que fazer. Sem saber”. Neste trecho, o autor faz uma metáfora do mundo com o mar ou a água, trazendo a ideia do mundo ser contraditório e traiçoeiro, mas ele parece querer se referir a algumas pessoas, ou melhor, às relações de poder:

[...]o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (FOUCAULT, 2014, p. 29).

E Matoso (2018, p. 1) finaliza o texto nos seguintes termos:

No mundo, há caminhos, caminhos que nos levam a lugares que não queríamos estar e as vezes a lugares que não estamos.
Tudo isso “sem saber”, o que somos, o que queremos e aonde estaremos.
Mas na vida, mesmo “sem saber”, mesmo sem querermos e mesmo a procura, sabemos que “sem saber”, somos tudo de maravilhoso nessa vida.
“Sem saber”, aprendi que o amor existe... Sem saber.

O texto explana sobre uma certa predestinação a caminho, a falta de controle sobre o próprio destino, a busca incessante a perguntas sobre a própria vida, sobre o “eu”. E finaliza com a afirmação de que somos, apesar de não sabermos bem todos os questionamentos

anteriores, tudo de maravilhoso. Ou seja, mesmo com tantos questionamentos, a certeza é que há algo bom nessa resposta.

Neste sentido podemos citar os modos de subjetivação-objetivação, que para Foucault (2009, 408) são os

[...] modos em que o sujeito aparece como objeto de uma determinada relação de conhecimento e de poder. Com efeito, os modos de subjetivação e de objetivação não são independentes uns dos outros; seu desenvolvimento é mútuo. Se, como Foucault, chamamos "pensamento" ao ato que instaura, segundo diferentes relações possíveis, um sujeito e um objeto, uma história do pensamento seria a análise das condições em que se formaram e modificaram as relações entre o sujeito e o objeto para tornar possível uma forma de saber. Essas condições, para Foucault, não são nem formais nem empíricas; elas devem estabelecer, por exemplo, a que deve submeter-se o sujeito, que estatuto deve ter, que posição deve ocupar para poder ser sujeito legítimo de conhecimento, sob que condições algo pode converter-se em objeto de conhecimento, como é problematizado, a que delimitações está submetido. Essas condições estabelecem os jogos de verdade, as regras segundo as quais o que um sujeito pode dizer inscreve-se no campo do verdadeiro e do falso.

Figura 44. Entrega do termo de doação dos materiais durante a Mostra Cultural



Fonte: SANTINONI (2018).

Após a exposição dos trabalhos, a EE Vereador Moacir Djalma Barros foi contemplada com a doação dos brinquedos, jogos pedagógicos e materiais produzidos pelos alunos-internos para a nova brinquedoteca. A entrega do termo de doação foi realizada pelo diretor-presidente da Agepen, Aud de Oliveira Chaves, (primeiro da direita para esquerda) em conjunto com o diretor da PED, Manoel Machado (primeiro da esquerda para a direita)

e a diretora do Ceeja, Rose Betoni (segunda da esquerda para a direita) para a diretora da escola, Estela Maris Kolinski (segunda da direita para a esquerda)

A coordenadora pedagógica afirmou que “Todos estavam bem empenhados nas atividades em sala de aula e a proposta de fazer algo diferente e que pudesse contribuir com a população foi realmente deles”.

Para o diretor-presidente da Agepen, Aud de Oliveira Chaves (Santinoni, 2018), “É preciso valorizar essa mão de obra prisional, e principalmente em benefício da sociedade, pois isso se torna uma ferramenta essencial no resgate de valores e mudanças comportamentais”.

Mais uma vez, e na visão de um gestor de penitenciárias, é o trabalho como mão de obra que se coloca em questão. E, em sentido claramente explicitado, permite retomar as análises foucaultianas de trabalho, como disciplinamento dos corpos e dos comportamentos.

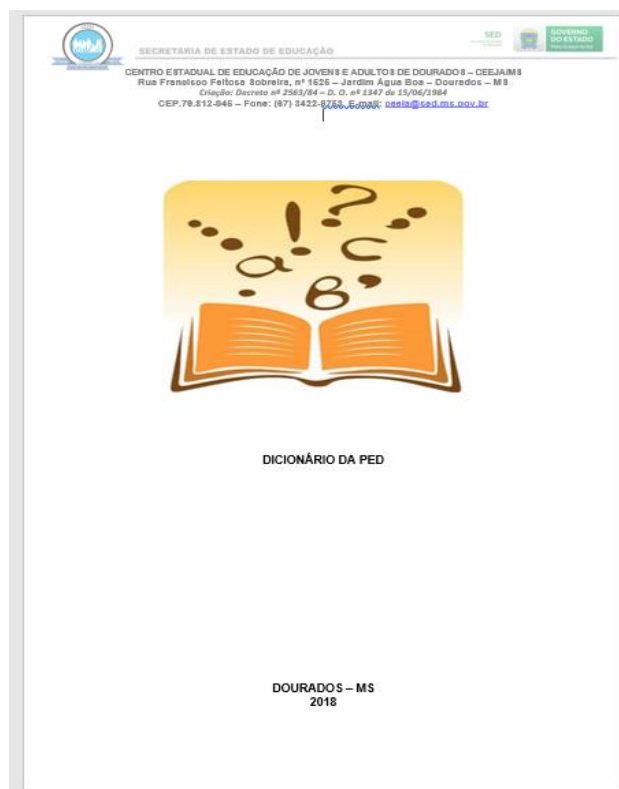
É imprescindível conhecer as especificidades dos alunos, para que então sejam criadas propostas que se enquadrem em suas necessidades, que tenham mais sentido aos alunos, que englobe até mesmo possibilidades de trabalho. Que os conteúdos escolares aprendidos os preparem para a vida e o trabalho. Como o enunciado de reinserção e ressocialização também permeia o ambiente escolar, é importante que as propostas pedagógicas sejam pensadas para a vertente de vida e trabalho. Para Santiago (2016, p. 117-118):

Refletir sobre educação pressupõe não só pensar na aquisição ou construção do conhecimento, mas remete a uma ideia de transformação, de sociedade mais justa e igualitária, de cidadania e atitude política. Ao abordar essa temática, geralmente, se idealiza uma prática que promova potencialidades libertadoras, pensamento crítico e condições para o indivíduo atuar na sociedade, de forma a modificar algumas conjunturas, denunciando sempre a ideologia dominante [...].

3.2.2 Projeto: Dicionário da Penitenciária Estadual de Dourados

Durante o ano letivo de 2018, foi produzido pelos alunos internos, e desenvolvido pela professora de língua portuguesa Rachel Calegão, o projeto “Dicionário dos alunos privados de liberdade” (Figura 45). Essa produção foi desenvolvida na escola e contou com a colaboração dos professores e da gestão tanto do Ceeja quanto da PED. Este projeto teve por objetivo “Conhecer o vocabulário restrito dos jovens e adultos privados de liberdade” (CEEJA/ PROJ. DICIONÁRIO DA PED, 2018b).

Figura 45. Capa do projeto “Dicionário da PED”



Fonte: CEEJA (2018b).

O projeto possui 8 páginas, contendo introdução, justificativa, objetivo geral, objetivos específicos, metodologia, cronograma de execução das fases do projeto, avaliação, recursos humanos, recursos materiais e referências bibliográficas.

A introdução do projeto discorre sobre a linguagem, trata sobre manifestações culturais a partir da linguagem, o uso de gírias e expressões:

A maioria dos grupos sociais desenvolve termos ou expressões particulares o seu universo e tais termos são uma espécie de especialização da linguagem. A essas novas palavras são criadas para situações momentâneas, são as gírias. Muita gente sente simpatia por elas, todavia essas expressões estão impregnadas no dia a dia dos nossos alunos privados de liberdade, numa demonstração da dinamicidade cultural da língua portuguesa. [...]. Em razão do grande interesse dos professores em desvendar a comunicação cotidiana dos alunos privados de liberdade, será trabalhado o “Projeto Dicionário” cujo objetivo será conhecer a linguagem interna dos alunos da PED [...]. (CEEJA/ PROJ. DICIONÁRIO DA PED, 2018b, p. 3-4).

A palavra “desvendar” remete a segredo, então o projeto consiste basicamente em trazer “verdades” sobre a comunicação cotidiana dos alunos em situação de privação de liberdade, a partir de um código desvendado? Desvendado pelos próprios alunos, que trarão

à tona as “gírias” escolhidas por eles, não necessariamente todas, não necessariamente as reais.

O projeto traz como sua principal justificativa:

As gírias utilizadas pelos alunos da PED são diferentes daquelas utilizadas em outras escolas ou até mesmo em outros presídios, por exemplo, assim como uma gíria utilizada por um determinado grupo pode ser desconhecida para outro. Essa forma diferente de comunicação é criada por um grupo social restrito e sua vigência pode ser curta, já que estão sujeitas a contínuas transformações, o curioso é que a gíria utilizada na escola penitenciária tem apresentado uma característica sólida e particular crescente, a qual chama a atenção dos educadores que demonstram o desejo em desvendar os significados dessas palavras tão curiosas e presentes no ambiente cotidiano dos alunos e professores [...] Na vida pessoal, a comunicação constitui-se como um fator de extrema importância para que possamos transmitir informações, fatos, ideias, desejos, etc., tornando-se evidente que quem não comunica eficazmente, acaba por ficar fora do círculo que nos permite sentir parte integrante. (CEEJA/ PROJ. DICIONÁRIO DA PED, 2018b, p. 4-5).

É certo que para os professores, conhecer as gírias torna a comunicação mais eficaz entre estes e os alunos. A gíria circula por grupos específicos, e a homogeneização do vocabulário, a compreensão, faria de fato essa comunicação mais eficiente dentro do ambiente escolar. O projeto fala da importância da adequação vocabular, mas reconhece que há certa flexibilidade.

Indo ao objetivo geral do projeto, que é o de conhecer o vocabulário restrito dos alunos privados de liberdade da PED. Já como objetivos específicos o projeto traz quatro, sendo que o segundo objetivo específico trata novamente sobre a universalização da linguagem/comunicação na escola da PED.

- Ressaltar a criatividade na formação de novos significados que possibilitam a comunicação entre eles.
- Criar um dicionário específico para que assim alunos, professores e funcionários da unidade da escolar compreendam essa linguagem interna.
- Incentivar a criatividade dos alunos.
- Propiciar a socialização dos alunos por meio da interação no desenvolvimento do projeto. (CEEJA/ PROJ. DICIONÁRIO DA PED, 2018b, p. 5).

O próximo item desse projeto é a metodologia. Já no início, há uma informação conflitante sobre a escola, que no ano de aplicação do projeto já não era mais da Escola

Estadual Polo Prof.^a Regina Lucia Anfee Nunes Betine - Extensão PED, e sim, CEEJA – extensão PED.

Conforme a metodologia, os alunos têm a função de pesquisar as palavras que são utilizadas, no dia a dia, no interior da prisão, as quais fazem parte da comunicação “restrita”:

O “Projeto Dicionário” será desenvolvido no Projeto Conectando Saberes desde a etapa Inicial I e II do Ensino Fundamental, até a etapa Final do Ensino Médio da Escola Estadual Polo Prof.^a Regina Lucia Anfee Nunes Betine Extensão PED, com a participação e colaboração dos professores do período vespertino nas disciplinas de Ciências, Matemática, Língua Portuguesa, Geografia, História e Educação Física.

Inicialmente, será realizada a apresentação e motivação do projeto para que os alunos possam tomar conhecimento, além de estarem informados a respeito do trabalho ser desenvolvido no segundo semestre do ano, assim como a participação dos mesmos.

Os professores, por meio da colaboração dos estudantes, iniciarão uma pesquisa através da coleta de palavras e significados, onde os internos ficarão responsáveis de buscar e pesquisar no interior dos raios, palavras que são utilizadas no dia a dia, que fazem parte da comunicação restrita, porém, possuam significado desconhecido aos educadores e demais funcionários do Estabelecimento Penal.

Após a coletânea das palavras, os professores estarão direcionando os alunos a digitar e organizar as palavras em ordem alfabética. Na etapa final, serão confeccionados dicionários que estarão disponíveis na unidade para interação e socialização de todos os internos. (CEEJA/PROJ. DICIONÁRIO DA PED, 2018b, p. 5-6).

A quinta parte do projeto é o cronograma, este aponta que as atividades serão iniciadas em julho e a finalização do projeto se dá em novembro. No cronograma, as etapas do projeto estão organizadas da seguinte maneira: a etapa de planejamento e elaboração do projeto estava prevista para julho, a coleta de dados sobre os tipos de gírias entre os alunos foi marcada para os meses de agosto, setembro e outubro, assim como a coleta do material utilizado. Nos meses de agosto até novembro deu-se a aplicação e contextualização do projeto de acordo com cada disciplina. E por fim, a confecção do dicionário e a culminância do projeto foram previstos para acontecer no mês de novembro.

Sobre a avaliação dos alunos a respeito do projeto, será a participação dos alunos e, sobretudo, o cumprimento dos objetivos no projeto.

A avaliação do ‘Projeto Dicionário’ irá ocorrer em todas as etapas do período vespertino, desde seu início com a apresentação do projeto aos alunos, até a execução, que ocorrerá na unidade escolar. Durante o trabalho, será verificada a aceitação do Projeto pelo público-alvo, assim como as demais metas, serão observadas de forma contínua, verificando, sobretudo o cumprimento dos objetivos propostos. Os alunos serão observados durante todo o projeto através da observação do interesse,

participação e realização das tarefas solicitadas pelos professores. (CEEJA/ PROJ. DICIONÁRIO DA PED, 2018b, p. 6-7).

O sétimo item do projeto são os recursos humanos, “Direção, coordenação, professores e alunos (CEEJA/ PROJ. DICIONÁRIO DA PED, 2018, p. 7)”. Em seguida, o item de número 8 são os recursos materiais, descritos como “Folha sulfite, pen-drive, TV, computador, máquina de xérox, impressora, câmera digital entre outros (CEEJA/ PROJ. DICIONÁRIO DA PED, 2018b, p. 7)”.

A última parte do projeto é composta pelas referências bibliográficas, sendo estas:

CALVET, Louis-Jean. Variações diastráticas, diatópicas e diacrônicas: o exemplo da gíria. In: *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 4. ed., 2002.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*, 36. ed., São Paulo: Nacional, 1997.

CUNHA, Celso; **CINTRA**, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

PERINI, Mário. 2010. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 41. ed., São Paulo: Cortez, 2001 (CEEJA/ PROJ. DICIONÁRIO DA PED, 2018b).

Pelas datas de acesso das referências bibliográficas, é possível supor que esse projeto vinha sendo idealizado a pelo menos dois anos, visto que observamos as datas de acesso serem em março de 2016, e o projeto foi concluído em novembro de 2018.

3.3 Resistência e invenção: (re)significando o mundo no interior da prisão

Com o projeto finalizado, o dicionário tem o formato de livreto, contendo 11 páginas, estas trazendo 156 palavras e/ou expressões e seu respectivo significado ou sinônimo a seguir.

As palavras que compõem tal dicionário, são palavras/gírias/códigos utilizados dentro da comunidade de pessoas privadas de liberdade em seu cotidiano. Para Foucault (1996):

A troca e a comunicação são figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição; e sem dúvida não poderiam funcionar sem estes. A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define

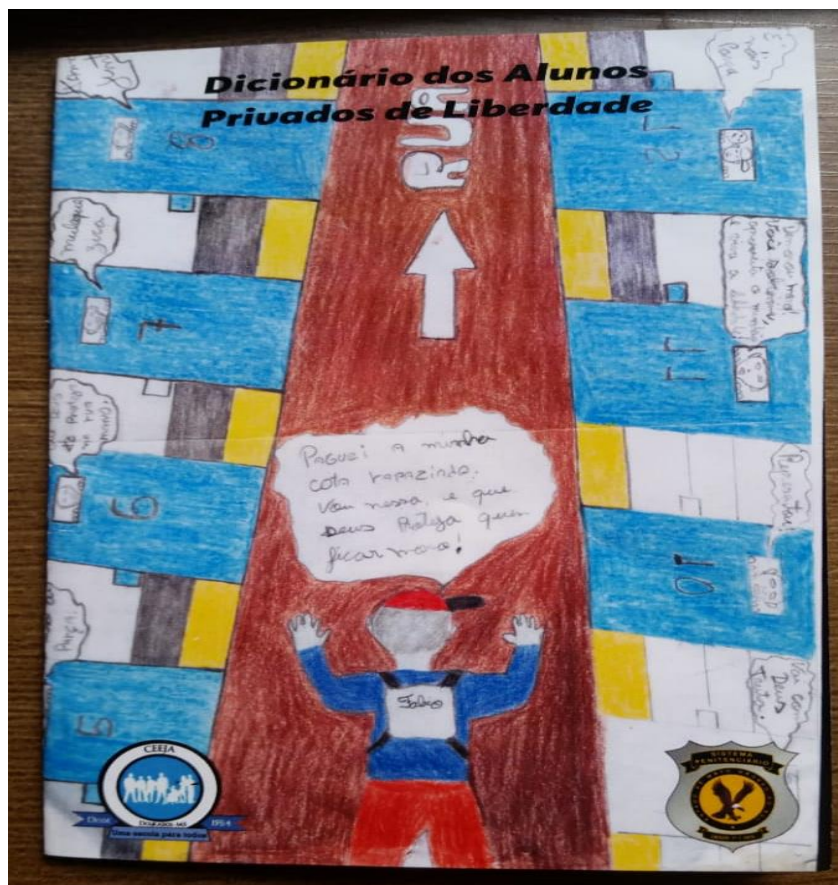
os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. (FOUCAULT, 1996, p. 38-39)

Portanto, podemos ver nessa situação, a subjetivação como um processo na constituição do indivíduo, e para se tornar indivíduo é necessário tornar-se antes sujeito (este em vários sentidos da palavra): esse processo se dá nas relações de poder. Ter espaço dentro da escola para construir esse dicionário, e posteriormente expor para a comunidade, diz muito sobre a resistência e a construção de formas de subjetividades, mesmo dentro de um ambiente de repressão, como é a prisão. Para Lourenço Silva (2017, p. 57):

Um dos maiores desafios é o de criar, dentro desse espaço de repressão, um espaço que abrigue a construção da liberdade, seja por meio da formação crítica dos alunos, seja por meio da busca por sua emancipação, abrindo novas possibilidades para que o apenado, mesmo estando momentaneamente privado de sua liberdade, possa construir subjetividades, que o auxiliem na sua trajetória de vida. É preciso que o preso não veja o crime como sua condição permanente de vida, a partir de novas possibilidades, quiçá pela formação educacional, pela qualificação para o trabalho e pelo exercício da cidadania.

Segundo Foucault (2006, p. 634), a constituição de si mesmo como sujeito se torna emprego de uma tentativa de conhecimento próprio, que tem função de diminuir a distância entre o que o sujeito acredita ser, e o que realmente é, ou “verdadeiramente”. O autor ainda continua “[...] o que faço, os atos que realizo só têm valor enquanto me ajudam a melhor me conhecer”.

Figura 46. Capa do dicionário dos alunos privados de liberdade



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Analisando a imagem na capa do dicionário, podemos observar um corredor de celas fechadas e numeradas, as portas destas celas são pintadas de azul. E uma única cela tem a porta de cor branca. Nesse corredor vemos uma seta grande sinalizando a palavra “**RUA**” em letras maiúsculas. Em cada uma dessas celas aparece o rosto de uma pessoa presa, e neste corredor um homem de boné, com o que parece ser uma mochila nas costas, identificada com o nome “**Fábio**”, este homem fala:

-Paguei a minha cota rapazinho. Vou nessa, e que Deus proteja quem ficar mano!

E os balões de diálogo, indicando a fala das pessoas que estão nas celas indicam as seguintes falas (despedidas a Fábio):

O preso na cela 5 diz: -... parça.

Seguido do que está na cela 6: - Que Deus te proteja na rua mano.

Então o preso da cela 7 completa: - Muleque zica.

Enquanto a fala do preso que está na cela 8 é: - Tamo junto.

A cela com a porta branca não tem número, mas pela ordem nos desenhos esta pode ser a cela 9, ou a pintura branca pode representar uma cela especial, ou cela de castigo. O preso trancado nesta cela em questão diz: - Vai com Deus truta.

Na cela 10, a fala dirigida ao homem que está saindo da prisão é a seguinte: - Representou.

O preso que está na cela 11 fala: - Demorou mano! Você sobreviveu, aproveita o mundão e vive a liberdade!

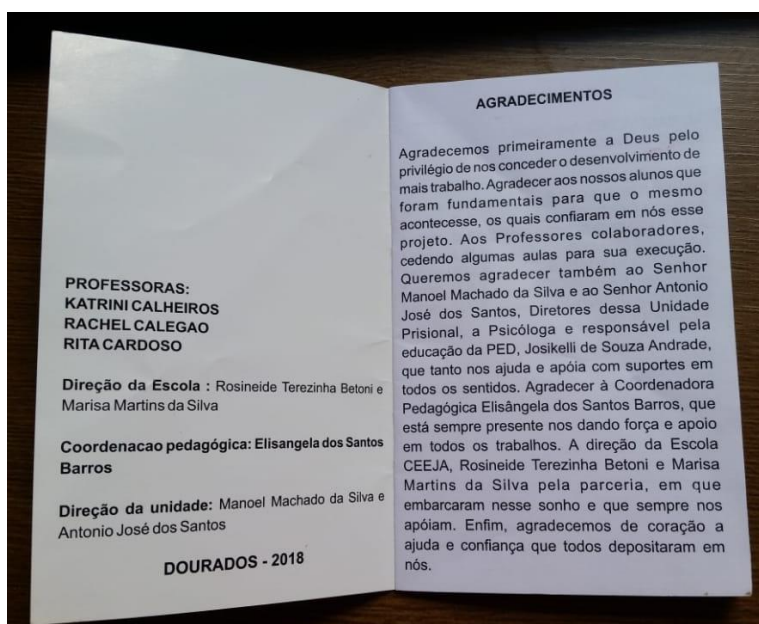
A imagem mostra dois presos na cela 12, e um deles diz: - É nós parça.

Esta imagem ilustra a despedida e mostra o caminho para a rua, retrata a possibilidade de sair da prisão, de adquirir novamente o direito a “liberdade”. As falas entre eles mostradas nos balões de diálogo são repletas de gírias, de palavras cujos significados estão no dicionário dos alunos privados de liberdade. Mas essas falas demonstram certa amizade e empatia tanto para com o personagem que retorna a “rua” (Fábio), quanto para aqueles que continuam privados de liberdade, representando a relação social construída no grupo, buscando suprir uma necessidade de “sobrevivência”.

Sobre as práticas e relações sociais Oliveira et al. (2009, p.5) aponta que:

[...] cabe salientar que elas se constroem em relações que se estabelecem entre pessoas, pessoas e comunidades nas quais se inserem, pessoas e grupos, grupos entre si, grupos e sociedade mais ampla, num contexto histórico de nação e, notadamente em nossos dias, de relações entre nações.

Figura 47. Elementos pré-textuais do dicionário dos alunos privados de liberdade



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Uma característica é trazida a tona, a singularidade da população prisional, a sua linguagem, através de uma minoria de pessoas em privação de liberdade que frequentam a escola, e esta minoria se faz representante de um grupo muito maior, ao momento que constrói um dicionário específico, com características utilizadas em seu grupo, com o apoio de toda uma equipe que está envolvida no funcionamento desta escola.

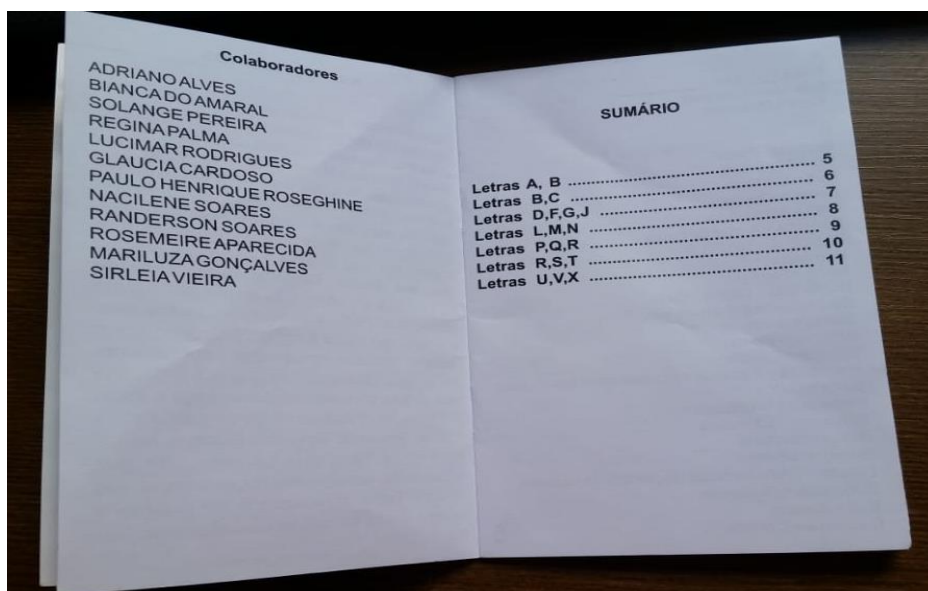
Em *A Ordem do Discurso*, Foucault (1996) pontua:

E a instituição responde: ‘Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém’. (FOUCAULT, 1996, p.7).

A escola na prisão, a partir de mais um trabalho, consegue criar nesse espaço de repressão, cheio de contradições, um espaço de emancipação temporária, onde esse sujeito a partir de sua resistência (e ter um vocabulário próprio é resistir, levar o mesmo para dentro do ambiente escolar, pode ser resistir muito mais) possa construir e reconstruir sua subjetividade:

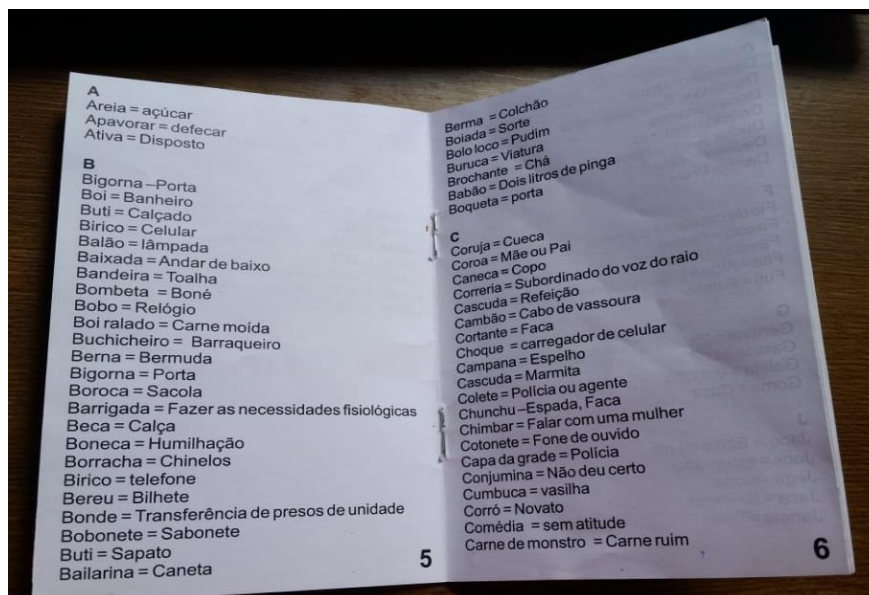
Quem se salva é quem está em um estado de alerta, de resistência, de domínio e soberania sobre si, que lhe permite repelir todos os ataques e todos os assaltos. "Salvar-se a si mesmo" quererá igualmente dizer: escapar a uma dominação ou a uma escravidão; escapar a uma coerção pela qual se está ameaçado, e ser restabelecido nos seus direitos, recobrar a liberdade, recobrar a independência. (FOUCAULT, 2006, p. 226).

Figura 48. Continuação dos elementos pré-textuais do dicionário dos alunos



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Figura 49. Páginas do dicionário dos alunos privados de liberdade



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

A leitura do dicionário foi interessante. Sabemos que algumas palavras têm uma variação regional, outras, sentido totalmente oposto. As palavras utilizadas pelas pessoas privadas de liberdade têm um significado na língua portuguesa totalmente diferente. São códigos (não mais secretos) utilizados por um grupo.

Ou, em diálogo com Foucault (1996, p. 37):

[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala.

Com a organização do dicionário, esses dizeres e seus significados foram, de certa forma, “capturados” pelas duas instituições e, posteriormente, abertos à comunidade. Porém, é possível que alguns termos, significados, tenham sido preservados pelos sujeitos internos, como garantia dessa privacidade, dessa linguagem paralela como forma de resistência, que circula e caracteriza esses homens dentro do espaço prisional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as pesquisas sobre a temática da educação prisional, o sistema penitenciário tem se mostrado uma instituição falha, pois trabalha com níveis de superlotação. Mesmo sendo a ressocialização o objetivo presente em diferentes documentos, especialmente legais, não tem conseguido ressocializar, reeducar ou formar a grande maioria dos indivíduos, conforme apontam seus críticos. Privar o indivíduo de sua “liberdade”, vigiar e punir, tem servido para reforçar desigualdades, portanto não tem a pretensão de mudar valores do preso ou, indiretamente, da sociedade.

A palavra ressocialização presente em tantos enunciados e documentos também pode ser problematizada, pois se do ponto de vista histórico ele jamais tenha sido socializado, como será ressocializado? Embora, isso não signifique que o enunciado da ressocialização do preso ou da educação para sua reinserção social não circule permanentemente nos discursos, ou o enunciado “educar para a liberdade”, como afirma documento da Unesco de 2006 (UNESCO/MEC/MJ). E, lembremos com Foucault que o discurso é produtivo, basta olharmos com atenção a legislação e os estudos sobre o tema. Esse enunciado aparece nos mais variados ditos e escritos sobre o tema. E, em certo sentido, é uma referência que alimenta a esperança de que algo ainda pode ser feito, principalmente através da educação escolarizada, sendo este um aspecto contraditório, visto que o acesso a ela é rarefeito, sendo vista como privilégio ou mesmo “moeda de troca”. Mas, como apontam as estatísticas, ela sequer alcança a “todos” que não concluíram o ensino fundamental e menos ainda o médio.

E se ela atendesse a “todos”, o problema se resolveria? Sabemos que é uma pergunta inadequada, pois a escola é uma instituição social, e como tal contribui para aprofundar desigualdades, moldar e (con)formar subjetividades, úteis ou pelo menos adaptadas ao modelo de sociedade no qual está inserida. Sociedade, na qual a educação básica, garantida a todos como direito e obrigação do Estado desde 1996, não se efetivou. Por que ou como isso poderia acontecer na prisão?

O Capítulo I, selecionou aspectos relevantes da história da educação prisional no país e relacionou com as políticas e práticas realizadas em presídios de Mato Grosso do Sul.

No Capítulo II, conheceu-se a educação oferecida na extensão escolar do Ceeja na PED, identificando a posição ocupada pela escola no espaço-tempo prisional, os

projetos educacionais e outras atividades desenvolvidas pelo Centro na prisão. Neste capítulo foi incluído um relato de visita à PED, e a apresentação de seu espaço e atividades de trabalho e de educação escolar desenvolvidos, assim como uma roda de conversa sobre a “Educação Escolar na Prisão”, que aconteceu na extensão da escola durante a visita.

O Capítulo III analisou a educação escolar proposta aos internos da PED, levando em conta alguns dos projetos de ensino desenvolvidos no ano de 2018, e que teve como ápice o evento da I Mostra Cultural do CEEJA que ocorreu em novembro de 2018, em Dourados, trazendo vários trabalhos desenvolvidos pelos alunos-presos, como artesanatos, brinquedos e jogos pedagógicos confeccionados para serem doados a uma escola estadual de educação infantil do município, além de maquetes, os escritos, dentre eles um dicionário com gírias usadas no interior da prisão.

A pesquisa evidenciou que há “fragilidades” aparentes nos textos das leis e o quanto as ilegalidades parecem ser lícitas; e a lei não funciona para todos, as ilegalidades são permitidas para alguns.

O sistema prisional não tem feito esforços suficientes para garantir o acesso dos presos à educação escolar. O mapeamento apontou que em algumas penitenciárias existe um grande jogo de forças entre as secretarias (de segurança e de educação).

Idealizou-se que a prisão teria um caráter mais terapêutico do que disciplinador, e sabemos pela sua história que não é isso o que vem acontecendo. Entre os problemas observados para efetivação de um programa de educação escolar prisional, encontra-se a dicotomia instaurada na prisão entre formar o preso para reinseri-lo socialmente ou minimizar a liberdade/punição para educá-lo. O Estado, pela via do sistema prisional, resumiu o papel educacional à escolarização e, desse modo, “terceirizou” a sua obrigação de educar o preso para reinseri-lo na sociedade, conforme previsto na legislação prisional em vigor.

A pesquisa pretendeu contribuir para o campo de reflexões desse conhecimento específico na compreensão das singularidades acerca da educação escolar. Os resultados evidenciam que a educação escolar afeta de diferentes modos os internos que a ela têm acesso, e o trabalho dentro do espaço-tempo prisional também tem parcela importante na construção das subjetividades dos sujeitos em situação de privação de liberdade; contudo, como no aspecto educacional, não atende a demanda da maioria das pessoas que se encontram em situação de privação de liberdade. E, ainda que faça esforços, a escola não

tem subsídio para atingir todos objetivos que lhes são atribuídos, mas a importância do espaço-tempo que a mesma ocupa na prisão, é inquestionável tanto aos alunos-presos quanto aos professores. A temática contempla outros estudos, novas questões e outras problematizações.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Janisley Gomes. Os desafios da educação na prisão. **Territorial**. Caderno Eletrônico de Textos, v. 6, n. 8, 11 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.cadernoterritorial.com/news/os-desafios-da-educacao-na-prisao-janisley-gomes-de-abreu/>> Acesso em: 02 jul. 2018.
- AGEPEN. **Unidades Penais** (2015). Disponível em: <<http://www.agepen.ms.gov.br/unidades-penais>>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Violar memórias e gestar a história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. **CLIO**. Série Arqueológica (UFPE), v. 15, p. 39-53, 1994.
- ALMEIDA, Guilherme Rosa. **As territorialidades e o cotidiano da prisão**: estudo de caso do centro de ressocialização de Cuiabá/MT. 2014. 201f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.
- ALMEIDA, Luciana Maria. **Nas trilhas do fazer e do saber a possibilidade de ser**: os caminhos do trabalho e da educação na prisão. 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.
- ARAGÃO, Ariane Martins; ZILIANI, Rosemeire de Lourdes Monteiro. Celas e salas: a recente produção acadêmica sobre educação escolar na prisão (2003-2017). **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 2, abr. 2019. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/12632/pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 19-50.
- BARCELOS, Clayton da Silva. **Educação escolar na prisão**: os significados e sentidos das professoras que atuam em unidades penais de Corumbá, Mato Grosso do Sul. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2017.
- BARRETO, Mariclei Eduardo Cintra. **Os sentidos de ressocialização para os sujeitos segregados em uma unidade prisional de Mato Grosso**. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2016.
- BARROS, Maria Aparecida de. **Por detrás das grades: memórias de mulheres em situação de prisão**. 2016. 122f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.
- BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil (1988)**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 jul. 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994. Dispõe sobre regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil. **Diário Oficial da União**, de 2 de dezembro de 1994, Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento base**. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Educação para jovens e adultos**: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento. Coordenação e texto final Vera Maria Masagão Ribeiro. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. 239 p.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 04, de 9 de março de 2010**. Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4445-pceb004-10&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 05 20 jul.18.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. INFOPEN atualizado. Thandara Santos (Org.). Brasília, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em: 05 jul. 2018.

BRASIL. Grupo de trabalho interministerial. **Reorganização e reformulação do sistema prisional feminino**. Presidência da República, Secretaria Especial de políticas para mulheres. Brasília, 2008.

BRASIL. UNESCO. Ministério de Educação e Cultura. Ministério da Justiça. **Educando para a Liberdade**: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. Brasília: Unesco/Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006.

BENTHAM, Jeremy. O Panóptico ou a casa de inspeção. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O Panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 13-87.

CABRAL, Ruth do Prado. **Reintegração social em Goiás**: o perfil do apenado e a atuação do patronato em prol do egresso. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

CARREIRA, Denise; Carneiro, Suelaine. **Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação**: educação nas prisões brasileiras. São Paulo: Plataforma Dhesca Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.cmv-educare.com/wp-content/uploads/2013/07/FINAL-relatorioeduca%C3%A7%C3%A3onasprisoenov2009.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CARVALHO, Claudia Cristina Ferreira. **Os espelhos das exclusões radicais**: o mundo prisional feminino brasileiro visto do outro lado da linha abissal. 2017. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

CEEJA - CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Conversa informal** - com Direção e Coordenação pedagógica do CEEJA. Dourados: CEEJA, 2018a.

- CEEJA - CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Dicionário dos alunos**. Dourados: CEEJA, 2018b.
- CEEJA - CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Projeto I Mostra Cultural do CEEJA**. Dourados: CEEJA, 2018c.
- CEEJA - CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Projeto Plantando Valores**. Dourados: CEEJA, 2018d.
- CEEJA - CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Projeto Sabão Ecológico**. Dourados: CEEJA, 2018e.
- CORRESPONDÊNCIA. **Ofício Doc. FAED/UFGD nº 01/2019**. Dourados, de 02 de abril de 2019. 2f.
- CORRESPONDÊNCIA. **Ofício Doc. FAED/UFGD nº 02/2019**. Dourados, de 23 de maio de 2019. 2f.
- DUARTE, Clarice Seixas. Direito público subjetivo e políticas educacionais. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 113-118, June 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392004000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS. Ensino Fundamental. MEC. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmento/propostacurricular.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2019.
- FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Rev. Adm. Pública** [online]. 2010, v. 44, n. 2, p. 367-383. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122010000200008>>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (Ditos & Escritos III).
- FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder, saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos & Escritos IV).
- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: **Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos & Escritos V)
- FOUCAULT, Michel, **A hermenêutica do sujeito** / Michel Foucault: edição estabelecida sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana, por Frédéric Gros; tradução Márcio Alves da Fonseca. Salma Tannus Muchail. - 2ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, penalidade e prisão**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (Ditos & Escritos VIII).
- FEITAS, Hélio. Detentos do maior presídio de MS reduzem pena fabricando 4 mil bolas por mês. **Jornal Campograndenews**, Dourados, 30 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/detentos-do-maior-presidio-de-ms-reduzem-pena-fabricando-4-mil-bolas-por-mes>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. Presos se negam a voltar para celas e clima é tenso em presídio de Dourados. **Jornal Campograndenews**, Dourados, 25 maio 2019. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/presos-se-negam-a-voltar-para-celas-e-clima-e-tenso-em-presidio-de-dourados>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

GESTA. **Projeto Conectando Saberes**. Disponível em: <<http://gesta.org.br/imprimir/?ids=337>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no Sistema Penitenciário Brasileiro**. 2009. 433 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LAMARCK, Sarah. **Análise do programa justiça terapêutica no município de Goiânia nos anos de 2010-2013**. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas; Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios). Livro digital. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>> Acesso em: 07 jun. 2018.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 8,976, de 01 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a criação da Penitenciária Estadual de Dourados. **Diário Oficial**, Campo Grande, 1997.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 11.514, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a criação da Escola Estadual Polo Professora Regina Lúcia Anffe Nunes Betine. **Diário Oficial**, Campo Grande, 2003.

MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação apresenta Projeto Pedagógico de Curso da EJA - Conectando Saberes**. 2016a. Disponível em: <<http://www.sed.ms.gov.br/secretaria-de-educacao-apresenta-projeto-pedagogico-de-curso-da-eja-conectando-saberes/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Resolução/SED nº 3.122, de 7 de novembro de 2016**. Aprova o Projeto Pedagógico EJA “Conectando Saberes”. 2016b. Disponível em: <<http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/PROGRAMAS-E-PROJETOS-2019.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MATO GROSSO DO SUL, Resolução /SED nº 1.714, de 14 de fevereiro de 2003. **Diário Oficial de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2003.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual de Educação nas Prisões do Estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2015. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/dirpp/cgpc/acoes-de-educacao/planoestadualdeeducaonaspriessedoms.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2018.

MATOSO, Alexandre Magno. **Sem saber**. Texto produzido por aluno-interno da PED. Dourados: CEEJA, 2018.

MEDEIROS, Jane Maria Silva Nóbrega. **O sentido da educação para mulheres em privação de liberdade: vivências e perspectivas**. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

MENEZES, Ebenezer Takuno; SANTOS, Thais Helena. Verbete Telecurso 2000. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/telecurso-2000/>>. Acesso em: 20 de set. 2019.

MENOTTI, Camila Cardoso. **O exercício da docência entre as grades: reflexões sobre a prática de educadores do sistema prisional do estado de São Paulo**. 2013. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

MENOTTI, Camila Cardoso; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A experiência docente de monitores sobre o ofício de professores na prisão. **Revista Teias**, [S. l.], v. 16, n. 41, p. 205-222, mar. 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/revistateias/article/view/24522/17502>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MIRABETE, Julio Fabrini; FABRINI, Renato. **Execução penal: Comentários à Lei n° 7.210, de 11-7-1984**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MOREIRA, Fábio Aparecido. **A política de Educação de Jovens e Adultos em Regimes de Privação da Liberdade no Estado de São Paulo**. 2008. 84 f. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

NUCCI, Renan. Polícia encontra bomba em presídio durante pente-fino em ala do PCC. **Jornal Midiamax**. 19 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.midiamax.com.br/policia/2019/durante-pente-fino-em-ala-do-pcc-agentes-encontram-bomba-em-presidio>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

OLIVEIRA, Cacilda Lages. **Significados e contribuições da afetividade, no contexto da Metodologia de Projetos, na Educação Básica**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – CEFET/MG, Belo Horizonte MG, 2006.

OLIVEIRA, Keila. De camisetas a mochilas, uniformes escolares são confeccionados em presídios de MS com economia de 40%. **AGEPEN**. Dourados, 06 dez. 2019. Disponível em: <<http://www.agepen.ms.gov.br/de-camisetas-a-mochilas-uniformes-escolares-completos-sao-confeccionados-em-presidios-no-interior-do-ms/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

OLIVEIRA, Leandra Salustiana Silva. **Educação prisional: um estudo do processo educativo dos presos do regime semiaberto**. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2014.

OLIVEIRA, Maria Waldenez. (et al). Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. Anais 32ª Reunião ANPED, 2009.

OLIVEIRA, Viviane. Seis são condenados por morte de preso após 14 horas de julgamento. **Jornal Campo Grande News**, Campo Grande, 22 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/seis-sao-condenados-por-morte-de-preso-apos-14-horas-de-julgamento>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

O MOVIMENTO Maio Amarelo. **Maio Amarelo: atenção pela vida.**, 2019. Disponível em: <<https://maioamarelo.com/o-movimento/>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

PÃES PRODUZIDOS na Penitenciária de Dourados garantem reforço na alimentação de meninos em situação de acolhimento. **Jornal Douradosagora**, Dourados, 23 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/paes-produzidos-na-penitenciaria-de-dourados-garantem-reforco-na-alimentacao>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POPULAÇÃO carcerária já é a terceira maior do mundo. **Isto É**. Ed. n. 2618 - 13/03. 08 dez. 2017. Disponível em: <<https://istoe.com.br/populacao-carceraria-no-brasil-ja-e-terceira-maior-do-mundo/>>. Acesso em: 20 maio 2018.

QUADRADO, Jaqueline Carvalho. **Fragmentos de uma genealogia de mulheres no contexto prisional: um estudo de relatos sobre a experiência de aprisionamento**. 2014. 208f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

RAMOS, Rowayne Soares. **Educação de jovens e adultos no contexto do centro de ressocialização em Cuiabá-MT: práticas de leitura, escrita e letramento**. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

REDE JUSTIÇA CRIMINAL. **Informativo**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/b948337bc7690673a39cb5cdb10994f8.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

SÁ, Alvino Augusto. **Criminologia Clínica e Execução Penal**. São Paulo: RT, 2010.

SANTIAGO, Nilda Gonçalves Vieira. **A educação de jovens e adultos em privação de liberdade: um estudo da unidade prisional de Goianésia-GO**. 2016. 221 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias) - Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2016.

SANTINONI, Tatyane. Escola de Dourados recebe nova brinquedoteca com peças produzidas por detentos. **Mato Grosso do Sul: transparência pública**. 08 nov. 2018. Disponível em:

<<http://www.ms.gov.br/?s=Escola+de+Dourados+recebe+nova+brinquedoteca+com+pe%C3%A7as+produzidas+por+detentos>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

SCARIOT, Luciana Ferreira Silva Moraes. **Práticas de leitura, escrita e letramento na penitenciária feminina em Cuiabá-MT: a visão da professora e suas alunas**. 2013. 208f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

SCUDDER, Priscila Oliveira Xavier. **A arte de viver em cubículos: um diagrama auto/otobiográfico com Nietzsche e prisioneiros sobre a prisão**. 2013. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

SILVA, Lucas Lourenço. **O direito à educação escolar prisional: uma realidade entre grades.** 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

SILVA, Raika Fabíola Guzman. **A influência da medida socioeducativa de liberdade assistida na vida escolar do adolescente infrator no município de Porto Velho-RO.** 2007. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2007.

SILVA, Talita Gancedo. Exame criminológico na fase da execução penal: diagnósticos e prognósticos. **Revista Transgressões**, Natal, v.3, n.1, maio. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/7206>. Acesso em 15 jun. 2020.

TORRES, Eli Narciso. **Prisão, educação e remição de pena no Brasil: a institucionalização da política para a educação de pessoas privadas de liberdade.** Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

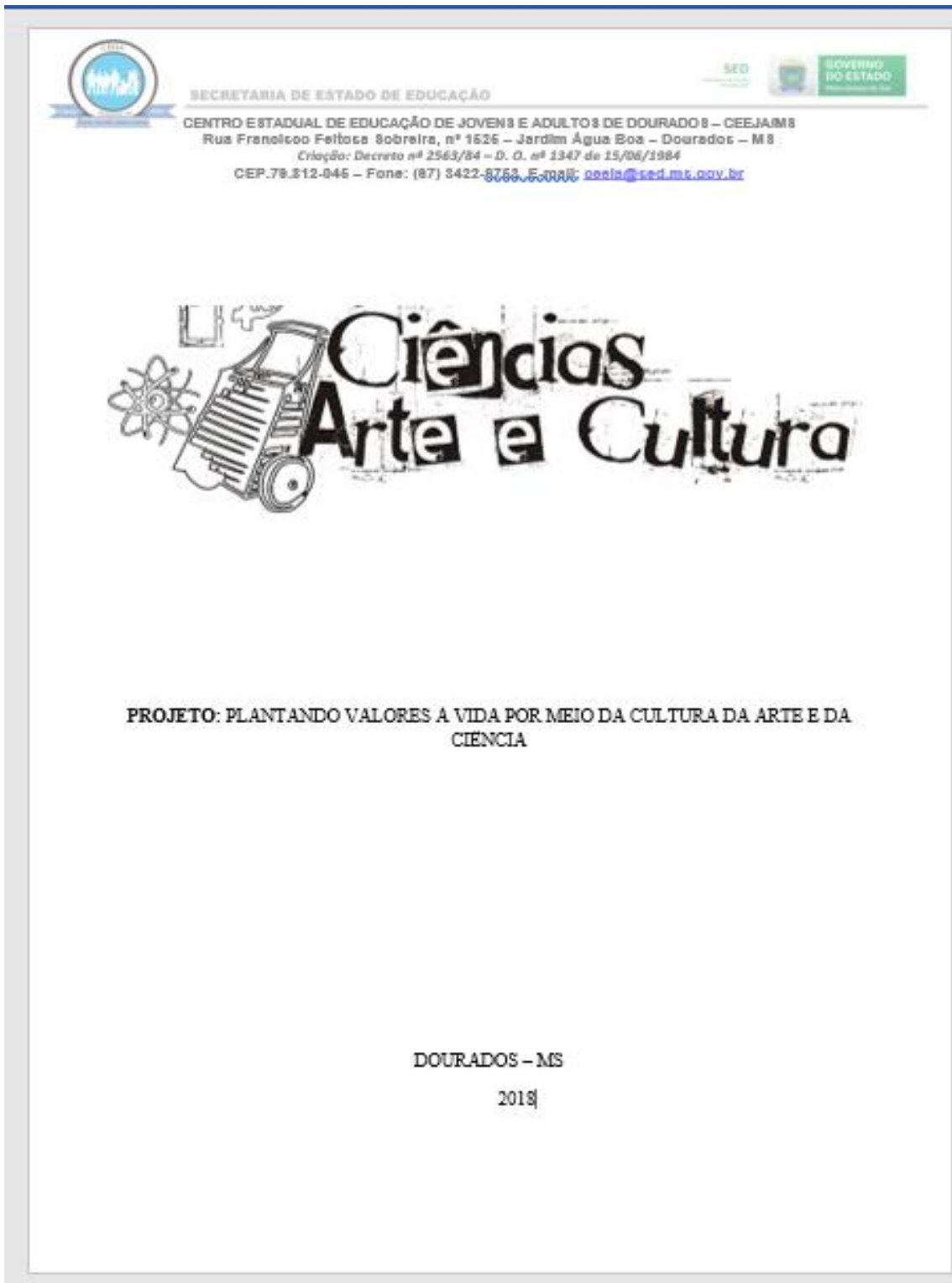
ZANETTI, Maria A.; CATELLI JUNIOR, Roberto. Notas sobre a produção acadêmica acerca da educação em prisões - 2000/2012. In: FALCADE-PEREIRA, Ires A.; ASINELLI-LUZ, Araci (Orgs.). **O espaço prisional: estudos, pesquisas e reflexões de práticas educativas.** Curitiba: Appris, 2014. p. 19-58.

ZILIANI, Rosemeire de Lourdes Monteiro; OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Ética e práticas sociais contemporâneas. **Intermeio** (UFMS), Campo Grande-MS, v. 10, n. 20, p. 74-84, 2004.

ZILIANI, Rosemeire de Lourdes Monteiro. Escolarização como dispositivo: controle e normalização de subjetividades infantis e jovens. In: ZILIANI, Rosemeire de Lourdes Monteiro; RIZZO, Deyvid Tenner de Souza (Orgs.). **(Re)Pensar o Sujeito Contemporâneo: educação, corpo, gênero e subjetividade.** Jundiaí: Paco Editorial, 2014. p. 41-70.

ANEXO A

Projeto “Ciências, Arte e Cultura: plantando valores à vida por meio da cultura da arte e da ciência” (2018)



The image shows the cover of a project report. At the top left is the logo of the Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Dourados (CEEJA/MS). To its right is the text 'SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO'. Further right are the logos for 'SED' and 'GOVERNO DO ESTADO Mato Grosso do Sul'. Below these is the address: 'CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE DOURADOS – CEEJA/MS', 'Rua Francisco Feltosa Sobreira, nº 1526 – Jardim Água Boa – Dourados – MS', 'Criação: Decreto nº 2563/84 – D. O. nº 1347 de 15/06/1984', and 'CEP.79.812-046 – Fone: (87) 3422-8753. E-mail: ceja@sed.ms.gov.br'. The central graphic features the title 'Ciências Arte e Cultura' in a stylized, hand-drawn font. 'Ciências' is the largest word, with 'Arte e Cultura' below it. To the left of the text are illustrations of a microscope, a book, and a gear. Below the title is the project name: 'PROJETO: PLANTANDO VALORES A VIDA POR MEIO DA CULTURA DA ARTE E DA CIENCIA'. At the bottom center, it says 'DOURADOS – MS' and '2018'.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE DOURADOS – CEEJA/MS
Rua Francisco Feltosa Sobreira, nº 1526 – Jardim Água Boa – Dourados – MS
Criação: Decreto nº 2563/84 – D. O. nº 1347 de 15/06/1984
CEP.79.812-046 – Fone: (87) 3422-8753. E-mail: ceja@sed.ms.gov.br

**Ciências
Arte e Cultura**

PROJETO: PLANTANDO VALORES A VIDA POR MEIO DA CULTURA DA ARTE E DA
CIENCIA

DOURADOS – MS
2018



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SED
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO



CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE DOURADOS – CEEJA/MS
Rua Francisco Feltosa Sobreira, nº 1626 – Jardim Água Boa – Dourados – MS
Criação: Decreto nº 2563/84 – D. O. nº 1347 de 15/06/1984
CEP.79.812-046 – Fone: (87) 3422-8763, E-mail: ceaja@sed.ms.gov.br

**TEMA –PROJETO - PLANTANDO VALORES A VIDA POR MEIO DA CULTURA DA ARTE
E DA CIENCIA**

Projeto desenvolvido pela professora de Biologia, Física e Química: Rosemeire Aparecida Nunes de Oliveira, aos educandos do período matutino e vespertino do Ensino Inicial, Intermediário e Médio Final- EJA da Escola Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Dourados – CEEJA/MS Extensão PED – Penitenciária Estadual de Dourados – MS. O Projeto contará com orientação da Coordenadora Pedagógica: Elisângela dos Santos Barros. Diretoras: Rosineide Terezinha Betoni e Marisa Simões.

DOURADOS – MS

2018



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE DOURADOS – CEEJA/MS

Rua Francisco Feitosa Bobreira, nº 1525 – Jardim Água Boa – Dourados – MS

Criação: Decreto nº 2563/84 – D. O. nº 1347 de 15/06/1984

CEP.78.212-046 – Fone: (87) 3422-8753, E-mail: seela@sed.ms.gov.br

1. JUSTIFICATIVA

Atualmente a sociedade vive uma condição de falta de valores e isso tem tornado a vida social das pessoas sem importância e sem amor, tornando-os(as) em seres humanos frios. Essa falta de amor reflete-se principalmente na família e nas escolas, tendo em vista que, ao nascer o ser humano perpassa pela primeira sociedade, sendo esta sua família e logo é inserido pela segunda sociedade que é a escola. Sendo assim, há a necessidade de lançar um olhar crítico a esta realidade onde é na família e na escola que o ser (pessoa) vive seu primeiro contato com regras e leis dentro de uma sociedade e é nesse momento que se tem a sua formação social [1].

A evolução da humanidade é contínua e dinâmica, assim modificam-se os valores, as crenças, os conceitos e as ideias acerca da realidade. Essas mudanças paradigmáticas estão diretamente relacionadas ao olhar e à vivência do observador. Os paradigmas são necessários, pois fornecem um referencial que possibilita a organização da sociedade, em especial da comunidade científica quando propõe continuamente novos modelos para entender a realidade e a partir das relações culturais somos influenciados pela sociedade. Por outro lado, pode ser limitada a visão de mundo, quando homens e mulheres resistem ao processo de mudança e insistem em se manter no paradigma conservador. A aceitação ou resistência a um paradigma reflete diretamente na abordagem teórica e prática da atuação do ser[2]. Sendo assim, é importante o indivíduo ser inserido no contexto cultural e da ciência. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Educação de Jovens e Adultos - Conectando Saberes II Etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio[1].

Os conteúdos específicos de cada componente curricular deverão estar articulados de forma interdisciplinar aos eixos temáticos, bem como a realidade, considerando sua dimensão sócio histórica, vinculada ao mundo do trabalho, à ciência, às novas tecnologias, à cultura, dentre outros[2].

Esse projeto propõe a quem vai aplicar faz parte deste trabalho pedagógico, elaborar atividades de forma interdisciplinar, em conformidade com os eixos temáticos sendo que nesse momento inicial do ano letivo será abordado no módulo final das disciplinas Biologia, Química e



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE DOURADOS – CEEJAEM

Rua Francisco Feltosa Sobreira, nº 1626 – Jardim Água Boa – Dourados – MS

Criação: Decreto nº 2563/84 – D. O. nº 1347 de 15/06/1984

CEP.79.812-046 – Fone: (87) 3422-8753. E-mail: cejaem@sed.ms.gov.br

SED



GOVERNO DO ESTADO

Mato Grosso do Sul

Física da Primeira Fase do Ensino Médio sendo articulado com o Eixo Temático: Cultura e Ciência [1].

A INFLUÊNCIA DA CULTURA E DA CIÊNCIA NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO

(a). **Cultura:** significa todo aquele complexo que inclui o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo ser humano não somente em família, como também por fazer parte de uma coletividade da qual é membro. Logo, a cultura é parte do que somos nela está o que regula nossa convivência e nossa comunicação em sociedade [3]. Na maioria das vezes o que se percebe no meio social que muitos dos jovens e também crianças não possuem exemplos de vida a qual possam se espelhar para a vivência de valores. São vítimas de uma sociedade individualista, indiferente, desumana, no qual o amor é “ridículo/brega”, preponderando à violência – falta de respeito entre as pessoas.

(b). **Ciência:** significa saber e conhecimento. Na atualidade ciência designa se por toda informação que adquire através do estudo ou da prática, baseado em princípios exatos, isto é, pelo que é verdade [4]. Logo, a ciência é um conjunto de conhecimentos sistematizados adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, e formulados metódica e racionalmente. No qual, experimenta-se os conhecimentos na família e na escola por meio da observação e identidade.

Atualmente, tanto a família, assim como na escola, tem apresentada uma condição de descrédito, sendo que este crédito é a confiança que se tem em ~~algo~~ uma crença fundada nas qualidades de uma pessoa ou “coisa confiada”, quando se perde essa qualidade nesses espaços origina-se um espaço de violência, onde os valores de outrora se encontram deteriorados, sendo muitas vezes palco de agressões físicas e verbais. Diante deste contexto, é perceptível que a Cultura e a Ciência não são inseridas neste tipo de sociedade, em que esta tem o comprometimento na formação do cidadão [5].

Dessa forma, a elaboração desse projeto se justifica pela grande relevância que tem na aplicabilidade aos alunos privados de liberdade em que esses irão perpassar por conceitos na divulgação de trajetórias de vida de pessoas conhecidas e/ou anônimas, que são verdadeiros exemplos de valores já esquecidos e abafados e que estes podem ser cultivados durante a vida toda.



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SED



GOVERNO DO ESTADO

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE DOURADOS – CEEJA/MS

Rua Francisco Feltosa Bobreira, nº 1626 – Jardim Água Boa – Dourados – MS

Criação: Decreto nº 2563/84 – D. O. nº 1347 de 15/06/1984

CEP.79.812-046 – Fone: (87) 3422-8753, E-mail: ceja@sed.ms.gov.br

3. OBJETIVOS

3.1. Geral: Levar os alunos da Escola Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Dourados – CEEJA/MS Extensão PED – Penitenciária Estadual de Dourados – MS, leva-los a uma reflexão de valores evidenciados nas trajetórias de vida tanto de pessoas conhecidas como, um cientista, autor, teórico e etc.

3.2. Específicos:

- Sensibilizar toda a comunidade escolar da necessidade de se cultivar bons valores à vida;
- Despertar nos alunos à importância da boa convivência para criar um ambiente agradável e harmonioso em: sala de aula, família onde quer que ele esteja inserido;
- Reconhecer que, podemos desenvolver e aplicar métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano;
- Compreender as ciências como produção humana que ocorre em meio social;
- Contribuir na divulgação de valores constituídos na vida de grandes protagonistas da história por meio da cultura, da arte e da ciência e principalmente se inserir enquanto ator principal.

4. METODOLOGIA

O projeto será desenvolvido durante o ano letivo de 2018, e esse processo ocorrerá em momentos de aula, contemplando todas as turmas do Ensino Inicial, Intermediário e Ensino Médio Final. Nessa perspectiva um fator relevante no desenvolvimento desse projeto é aplicação de uma atividade inicial, tendo como objetivo auxiliar e identificar os conhecimentos que os alunos apresentavam antes das aulas. Se os alunos mostram conhecimento sobre algum assunto relevante ao tema abordado. Por outro lado, se desconheciam determinado tema, ou seja, com as respostas dos alunos podem ser melhor enfatizados as explicações dos temas/conteúdos abordado no projeto, e isso se constitui em uma avaliação formal do desempenho dos alunos. E assim, decorrerá em todas as etapas do desenvolvimento do projeto, sendo um projeto Interdisciplinar.



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SED
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE DOURADOS – CEEJAIM8
 Rua Francisco Feitosa Bobreira, nº 1626 – Jardim Água Boa – Dourados – MS
 Criação: Decreto nº 2563/84 – D. O. nº 1347 de 15/06/1984
 CEP.79.812-046 – Fone: (87) 3422-8763. E-MAIL: cejaia@sed.ms.gov.br

Abaixo alguns exemplos de implementação, ou seja, como será efetuado o projeto e consecutivamente inserindo nas disciplinas. Podendo este ser alterado de acordo com a ementa curricular do Projeto Pedagógico, Projeto Pedagógico do Curso de Educação de Jovens e Adultos - Conectando Saberes II Etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, e principalmente voltado a:

- Ciência - qual a importância da Ciência para a humanidade
- Cultura - cultivar os valores morais em uma sociedade e sua importância social.
- Arte - explorar elementos materiais e das técnicas artísticas.

Abaixo segue alguns exemplos de momentos de aulas que serão desenvolvidos no projeto:

Biologia: será abordado o conteúdo – Origem da vida

Aula expositiva e dialogada sobre a origem da vida, apresentando o Filme/documentário: Origem do Universo de Stephen Hawking para facilitar a compreensão sobre a vida e como a ciência explica a origem da vida; em seguida será apresentada aulas expositivas e dialogadas sobre Criação Ou Evolução; levantando reflexão sobre: Quem somos de onde viemos a que viemos e para onde vamos são questionamentos que permeiam a nossa espécie desde os tempos mais remotos, sendo retratados, inclusive, em pinturas rupestres e mitos bem antigos. Aqui os alunos vão verificar como é importante saber e entender sobre:

Em uma aula exibir o Filme: A PROCURA DA FELICIDADE, aqui os alunos vão verificar como é importante saber e entender sobre de que forma este filme nos traz algumas lições como:

- Acredite no seu potencial;
- Defenda seus sonhos;
- Tenha humildade;
- Respeite as pessoas;
- Faça relacionamentos sinceros e amigáveis;
- Dê o melhor de si, em tudo aquilo que fizer na vida.

Esse filme fala sobre um homem que luta para sobreviver e sustentar seu filho. Mesmo na dificuldade/sofrimento, ele não ignora os valores da vida e nem perde a esperança. O filme esboça o



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE DOURADOS – CEEJAM

Rua Francisco Feltosa Sobreira, nº 1525 – Jardim Água Boa – Dourados – MS

Criação: Decreto nº 2563/84 – D. O. nº 1347 de 15/06/1984

CEP.79.812-046 – Fone: (87) 3422-8753. E-mail: ceejam@sed.ms.gov.br

sonho americano, em que o trabalho duro pode dar oportunidades ao ser humano. Esse filme serve como motivação para as pessoas que perderam a razão de viver também mostra que a integridade das pessoas não depende da sua conta do banco, mais sim o que ela faz/age/indole/caráter e principalmente a ética.

Atividades extras: citar nomes de pessoas honestas/integra como: Ex. Joaquim Barbosa e fazer um comentário/abordagem sobre a importância de se ter os valores na vida, (biografia/apresentar texto, assim possibilitará o educando realizar pesquisa sobre os temas abordados).

Física As aulas serão abordados os conteúdos – Concepções Históricas da Dinâmica e Concepções históricas da astronomia, gravitação e outros conteúdos do referencial curricular do Projeto EJA.

As aulas serão de caráter expositiva e dialogada sobre os conteúdos do Projeto EJA, será exibido aos alunos o Filme: “A Teoria de Tudo” de Stephen Hawking e o Documentário: Origem do Universo de Stephen Hawking. Após a exibição do filme e do documentário os alunos irão realizar o experimento com 4 balões grande com uma esfera vão reproduzir a teoria da relatividade discutir o buraco negro no espaço. A importância de Ensinar a Física por meio de uma abordagem histórica é aprender as concepções errôneas sobre o método científico e o uso desse processo corretamente.

Química Nestas aulas será abordado o conteúdo - História da Química que se refere a competência e habilidade em demonstrar como a Química acompanhou e acompanha a vida humana desde a antiguidade a atualmente. Qual é a contribuição da química na formação da origem do Universo a questão da matéria e átomo.

Arte Reciclar, coletar e modificar um material que possa ser transformado em novos produtos. Em que os alunos trabalharam a importância dos 3Rs, Redução, Reutilização e Reciclagem.

5. RECURSOS

Sala de Tecnologia Educacional - STE com as mídias existentes como, TV, computador, máquina fotográfica, multimídia – filmes, textos, lápis, caneta, lápis de cor, cartolina, régua, cartolina, folha sulfite, esfera, balões, papel pardo entre outros.



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE DOURADOS – CEEJA/MS

Rua Francisco Feltosa Sobreira, nº 1626 – Jardim Água Boa – Dourados – MS

Criação: Decreto nº 2563/84 – D. O. nº 1347 de 15/06/1984

CEP.79.812-046 – Fone: (87) 3422-8753, E-mail: ceja@sed.ms.gov.brGOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul**6. CRONOGRAMA – 2018**

Ações	Mar.	Abr.	Ma.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.
Apresentação da proposta e elaboração do projeto junto a coordenação.	X	X	X	X					
Levar os alunos na STE para assistir os filmes proposto no projeto.		X		X		X		X	
Coleta do material que será utilizado nas atividades.	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aplicação e contextualização do projeto mediante a cada disciplina descrita no projeto.		X	X	X	X	X	X	X	X
Confecção de painéis e atividades referente ao projeto.		X		X	X		X	X	X
*Culminância do projeto									

*Poderá ser apresentado no dia da feira de ciência e cultura.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação será pontuada pela participação do aluno e continua como:

- Sua interação tanto nas atividades como sua apropriação com os conteúdos, total (01) pontos;
- Participação das atividades proposta pelo professor, total (01) pontos;
- Participação em grupo e também individual, total (01) pontos;
- Questões sobre as atividades referente aos conteúdos, totalizando um quantitativo de pontos (05).

A nota terá um somatório de (08) oito pontos.



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE DOURADOS – CEEJAIM8

Rua Francisco Feltosa Bobreira, nº 1626 – Jardim Água Boa – Dourados – MS

Criação: Decreto nº 2563/84 – D. O. nº 1347 de 15/06/1984

CEP.79.812-046 – Fone: (87) 3422-8763, E-mail: ceeja@sed.ms.gov.br



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

8. REFERENCIAS

[1] https://www.unitins.br/BibliotecaMidia/Files/Documento/BM_633856684394224298a_postila_aula_2.pdf. Acessado em: 23/02/2018.

[2]-Material de propriedade do Estado de Mato Grosso do Sul. Reprodução autorizada desde que citada à fonte: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO Projeto Pedagógico do Curso de Educação de Jovens e Adultos - Conectando Saberes II Etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Campo Grande – MS. (2016)


[3]-http://www.suapesquisa.com/o_que_e/cultura.htm. Acessado em 24/02/2018.

[4]-<https://www.significados.com.br/ciencia/>. Acessado em 24/02/2018.

[5]- <http://jornalgen.com.br/blog/luisnassif-como-a-ciencia-influencia-o-modo-de-pensar-da-sociedade>. Acessado em: 01/03/2018.

1. ANEXO B

Projeto “Conectando Saberes”



GESTA
Galeria de Estudos e Avaliação
de Iniciativas Públicas

Projeto Conectando Saberes

Objetivos

Ações

É uma modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) constituída de especificidade curricular que privilegia a ação interdisciplinar entre as diferentes áreas do conhecimento. Os eixos temáticos são articulados de forma a considerar as características próprias dos jovens, adultos e idosos, assim como seus interesses, suas condições de vida, de trabalho e suas motivações para a construção de novos conhecimentos.

Localidade: Mato Grosso do Sul

Quem implementa: Secretaria de Educação

Público Alvo: Jovens e adultos que, por algum motivo, não concluíram o Ensino Fundamental e/ou o Médio na idade apropriada.

Ano:

Avaliação de Impacto:

Referências

<http://www.sed.ms.gov.br/secretaria-de-educacao-apresenta-projeto-pedagogico-da-curso-da-eja-conectando-saberes/>